

Débora Cardia de Castro

SOCIOLOGIA APLICADA:

A EXPERIÊNCIA DOS INTELLECTUAIS DO DIEESE E DO CESIT



ARARAQUARA – SÃO PAULO

2007

Débora Cardia de Castro

**SOCIOLOGIA APLICADA:
A EXPERIÊNCIA DOS INTELLECTUAIS DO DIEESE E DO CESIT**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito **parcial** para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

ARARAQUARA – SÃO PAULO

Débora Cardia de Castro

**SOCIOLOGIA APLICADA:
A EXPERIÊNCIA DOS INTELLECTUAIS DO DIEESE E DO CESIT**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito **parcial** para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Data de aprovação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista, FCL/Ar

Membro Titular: Marco Aurélio Nogueira
Universidade Estadual Paulista, FCL/Ar

Membro Titular: Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha mãe

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho não seria possível sem o apoio essencial de algumas pessoas. A todas elas manifesto a minha mais sincera gratidão. Agradeço particularmente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Milton Lahuerta, pela contribuição efetiva, levando-me a agregar novos conhecimentos, bem como, por seu apoio e compreensão diante dos obstáculos da pesquisa e de feitura do texto.

Agradeço aos Professores Doutores José Antônio Segatto e Marco Aurélio Nogueira, presentes no Exame de Qualificação, pelos inestimáveis e rigorosos comentários e sugestões, muitos dos quais me esforcei por incorporar na presente Dissertação de Mestrado. Evidentemente, isento a todos de responsabilidade quanto às limitações do texto.

Aos funcionários da Biblioteca e à secretária do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Selma de Fátima Chicareli, da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP – Araraquara pela atenção e, principalmente, pela paciência.

Gostaria também de estender meus agradecimentos à Seção de Pós-Graduação em Sociologia da FCL/UNESP, especialmente a Cristiana Gobato Lopes Castro por sua gentileza e atenção quanto aos procedimentos burocráticos durante o curso de Mestrado.

Aos funcionários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos sou grata pela acolhedora atenção, colocando à minha disposição seus arquivos, especialmente Eliana Martins do Centro de Documentação e Cornélia Nogueira Porto, responsável pelo Índice do Custo de Vida.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Informação “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Também agradeço a minuciosa orientação estatística e de microeconomia do Prof. Dr. Sérgio Rangel Figueira, do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP.

Aos amigos e colegas da Faculdade de Ciências e Letras Katia Baptista, Edison Bariani, Wagner Taveira, Renata Santos, Martha Vasquez e Patrícia Souza, por colaborarem de modo afetivo, com suas sugestões e críticas. Agradeço também aos amigos Marcelo Domingues, Carla Barreto, Fausto Scote, Gabriela Camargo, Marco

Dias e Andressa Munhoz com quem venho mantendo estreitos vínculos de amizade, alguns desde os tempos da graduação.

À minha família, especialmente Rita de Cássia (*in memoriam*), meus padrinhos, Ernesto e Hermínia e à minha mãe, Maria da Glória Castro, a quem dedico esta Dissertação.

Agradeço também ao Prof. Dr. Evaldo Sintoni (*in memoriam*) por ter sido o primeiro a estimular minha preocupação com a pesquisa sociológica e ter sempre questionado algumas afirmações feitas, levando-me a repensar o fundamento das mesmas.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsas de estudos sem as quais a presente pesquisa não teria se realizado.

Araraquara, julho de 2007

À espera dos bárbaros

O que esperamos na agora reunidos?

É que os bárbaros chegam hoje.

*Por que tanta apatia no senado?
Os senadores não legislam mais?*

*É que os bárbaros chegam hoje.
Que leis hão de fazer os senadores?
Os bárbaros que chegam as farão.*

*Por que o imperador se ergue tão cedo
e de coroa solene se assentou
em seu trono, à porta magna da cidade?*

*É que os bárbaros chegam hoje.
O nosso imperador conta saudar
o chefe deles. Tem pronto para dar-lhe
um pergaminho no qual estão escritos muitos nome e títulos.*

*Por que hoje os dois cônsules e os pretores
usam togas de púrpura, bordadas,
e pulseira com grande ametistas
e anéis com tais brilhantes e esmeraldas?
Por que hoje empunham bastões preciosos,
De ouro e prata finamente cravejados?*

*É que os bárbaros chegam hoje,
tais coisas os deslumbram.*

*Por que não vêm os dignos oradores
derramar o seu verbo como sempre*

*É que os bárbaros chegam hoje
E aborrecem arengas, eloqüências.*

*Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?*

*Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros*

*Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução*

CASTRO, Débora Cardia de. **Sociologia Aplicada: a experiência dos intelectuais do DIEESE e do CESIT**. 2007. 152f. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

RESUMO

A principal proposta deste estudo é apontar alguns produtos da “escola uspiana de sociologia” durante a década de 1960. Neste estudo buscaremos pesquisar a incursão do intelectual no tecido social e a aplicação da sociologia a partir da exposição das realizações de dois grupos de intelectuais alocados em instituições diferenciadas: o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE/1955), vinculado ao meio sindical, e o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT/1962), ligado à Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP).

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, DIEESE, CESIT, Sociologia Aplicada e São Paulo.

ABSTRACT

The main propositions of this dissertation's sharpen studies from "school of paulista sociology" in the course of 1960's decade. In this study we'll research about the intellectual incursion on society and the application of sociology from two kinds of intellectuals groups. The first one it's Department of Statistics e Social-Economics Studies (Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE/1955), linked to syndicate environment. The second one it's Center of Industrial and Labour Sociology (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho-CESIT/1962), tied to Sociology I Cathedra of São Paulo's University (USP).

KEYWORDS: Intellectuals, DIEESE, CESIT, Applied Sociology and São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 NA ESTEIRA DO MODERNISMO.....	20
2.1 A necessidade de elites “orientadoras”.....	22
2.2 Departamento de Cultura.....	23
2.3 Escola Livre de Sociologia e Política.....	30
2.3 “Grupo do Estado”	32
3 DIEESE – A SOCIOLOGIA ALÉM DOS MUROS UNIVERSITÁRIOS.....	39
3.1 Manipulação e ausência de informação.....	41
3.2 Primeiras Atividades.....	43
3.3 Ação sindical e conhecimento técnico-científico.....	44
3.4 Produção sociológica.....	47
3.5 “Boletim do DIEESE”	49
3.6 “Revista de Estudos Sócio-Econômicos”.....	70
4 CESIT – A EMPRESA INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	86
4.1 Renovação teórico-metodológica.....	94
4.2 “Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo”.....	102
4.3 “Greves operárias em São Paulo”.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

1 Introdução

*... as idéias, para mim, são como as nozes,
e até hoje não descobri melhor processo
para saber o que está dentro de umas e
de outras, - senão quebrá-las.*

Machado de Assis, no conto O mundo das idéias, 1885

Desde a década de 1940, em especial com o fim da Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do país, registra-se uma significativa mudança em termos de análise histórico-social, provocada – em grande medida – pelos experimentos universitários ocorridos no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. O reconhecimento dessa mudança explica o interesse pela reflexão sociológica brasileira, que tem instigado muitos pesquisadores a explorarem as intersecções entre espaço urbano, instituições universitárias e organizações culturais, por um lado, e suas inflexões na modelagem de distintas gerações de intelectuais, por outro.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a análise das condições em que o trabalho intelectual é realizado apresenta “a possibilidade de uma liberdade real diante das determinações por ela desvendadas¹”. A partir dessa liberdade relativa, o sociólogo francês considera que a história social das instituições de ensino e a história (esquecida ou recalcada) da relação entre o intelectual com essas instituições podem oferecer revelações sobre as estruturas objetivas e subjetivas, tais como classificações, hierarquias, problemáticas etc., mas que a despeito da própria figura e representação do intelectual apresentam-se configuradas como orientadoras do pensamento desse mesmo intelectual (BOURDIEU, 2001: 19).

A presente dissertação procura, de certa forma, através de uma análise primordialmente institucional, compreender como foram construídas as formulações a respeito da Sociologia Industrial e do Trabalho, e como esta disciplina foi sendo consolidada. Secundariamente, nossa proposta busca investigar parcela das produções confeccionadas pelas instituições por nós analisadas.

¹ Bourdieu, Pierre. *Meditações pascalinas*; tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001, p. 148.

Neste sentido, nosso estudo pretende abordar parte da reflexão sociológica brasileira da década de 1960 relacionada aos estudos sobre a crescente industrialização pela qual a cidade de São Paulo passava, e as ferramentas utilizadas pelas Ciências Sociais para analisar essa transformação. Para examinarmos esse processo, selecionamos parcela da produção de dois centros de pesquisa e parcela de suas publicações: os “Boletins” e as “Revistas de Estudos Sócio-Econômicos” do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/1955), que busca realizar e publicar informações para um dos “produtos” gerados pela emergente sociedade urbano-industrial: o operário, ou melhor, o operário sindicalizado; e alguns dos trabalhos acadêmicos do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho/1962) anexo à Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo, cuja preocupação primordial é a análise da transição de uma sociedade “tradicional” para uma sociedade moderna, de cunho urbano-industrial.

Encontramos o fio condutor para examinar a produção das instituições assinaladas nos apontamentos metateóricos de Florestan Fernandes e Octávio Ianni sobre a sociologia. Para Florestan Fernandes (1976b), a ciência precisa ser institucionalizada, de acordo com os padrões universais de desempenho, assumindo-se como ciência aplicada, em função de um planejamento racional e transformador da sociedade. Decorre dessa sua concepção de ciência uma preocupação com as transformações estruturais da sociedade mediante técnicas sociais apropriadas, objetivando a constituição de uma sociedade na qual a democracia seja um dos seus pilares fundamentais. Incisivo quanto ao papel do cientista, Fernandes atribui a este considerável elemento de responsabilidade na tarefa de combater o “atraso cultural” da sociedade a qual faz parte. E, neste sentido, o cientista (intelectual) deve impor a si mesmo uma “ética de responsabilidade científica”. Segundo essa apreensão, para Florestan, no mundo moderno, os sociólogos deveriam unir a ciência à militância, visando elevar o nível intelectual das grandes massas. Nessa perspectiva, deve haver não somente uma identificação entre a verdadeira ciência e o processo de transformação social, com vistas à construção de um projeto nacional, mas também um comprometimento do cientista que não deve esgotar-se no plano teórico, mas voltar suas forças eminentemente para a prática social.

Segundo Fernandes (1976b), a sociologia possui dois epifenômenos: a sociologia geral e a sociologia aplicada. A sociologia geral teria como objetivo a análise de questões universais e a elaboração de conceitos histórico-estruturais resultantes de

estudos teórico-dedutivos. As teorias sobre as estruturas sociais e as classes sociais estariam, por exemplo, no âmbito de uma sociologia geral. Já a sociologia aplicada seria o campo da ciência social que procuraria dar conta de questões específicas, historicamente determinadas, tendo por objetivo básico o controle ou planejamento da vida social (nos termos mannheimianos). O estudo dos mecanismos de mobilidade social – princípios que orientam a possibilidade de um indivíduo modificar sua posição social numa dada sociedade – por exemplo, estaria no campo da sociologia aplicada. Sua preocupação seria mais histórica do que universal, seus métodos seriam mais pragmáticos do que teóricos, seu alcance, mais particular do que objetivo.

Segundo Ianni (1975) ao analisar a produção sociológica dos anos 1945-1974, a partir da verificação da produção de estudos científicos voltados para o entendimento da vida social, podemos examinar duas tendências distintas que, segundo nossa percepção estariam subordinadas à sociologia aplicada: a sociologia técnica² (descreveria e interpretaria os fatos como coisas, partindo para uma análise particularmente exógena) e a sociologia crítica (abordaria os fenômenos em termos de relações, processos, qualidade, significações, configurações históricas, estruturas externas e internas).

Isto é, a sociologia técnica dedicar-se-ia àqueles estudos nos quais não seria exigida do intelectual uma preocupação com o desenvolvimento de uma atitude crítica a respeito do fenômeno estudado. Fariam parte desse universo as pesquisas orientadas para o levantamento de dados, necessariamente próximos à ciência econômica. A finalidade desses levantamentos sociométricos seria eminentemente pragmática, cuja apresentação teria como base instrumentos quantitativos nos quais seriam buscados, principalmente, a confiabilidade, a legitimidade, como questionários e formulários. A sociologia técnica seria, então, aquele campo de pesquisa que se desenvolve a partir de necessidades externas à própria ciência, e, teria como objetivo último a intervenção na sociedade a partir de pesquisas de abrangência mais pontual: teria uma intenção pragmática explícita e sua contribuição para o desenvolvimento teórico da ciência, ou para uma maior compreensão da natureza da vida em sociedade, poderia ser considerado como de menor alcance do que a promovida pela sociologia crítica.

² No decorrer dos capítulos desta dissertação procuraremos realizar uma análise mais aprofundada acerca da tipificação dos dois tipos de sociologia (técnica e crítica) apresentadas por Octávio Ianni em *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, especialmente o capítulo XI, “Sociologia: técnica e crítica”.

A sociologia crítica, por seu lado, teria como preocupação fundamental e objetivo de estudo o estabelecimento dos pressupostos teóricos e dos métodos de investigação que possibilitassem o desvendamento das bases da sociedade. Estaria preocupada não com a sociometria, mas com os processos que a desencadeiam, seus significados e suas explicações mais amplas. Esse tipo de sociologia desenvolveria estudos propostos pelas necessidades teóricas diretamente relacionadas ao desenvolvimento da ciência visando, principalmente, o conhecimento, a verificação de hipóteses e o entendimento crítico da vida social. De acordo com os pressupostos da sociologia crítica, os dados de uma pesquisa não se referem a uma situação imediata, mas a um processo histórico mais amplo. Não buscaria somente causas ou funções de um fenômeno, mas principalmente a dinâmica do processo, a estrutura na qual se realiza e as contradições que revela. De maneira que, a diferença entre uma sociologia técnica e uma sociologia crítica estaria, portanto, na amplitude da análise e até na eventual intervenção social do pesquisador no processo estudado.

Enfim, o problema de nosso estudo apresenta-se em torno da questão da sociologia crítica e da sociologia técnica e, segundo essa definição, da aplicabilidade do conhecimento sociológico, ou, nos termos de Florestan Fernandes, da sociologia aplicada. O plano de trabalho de Florestan desenvolveu-se a partir da reformulação da expressão “só quem quer algo socialmente vê algo sociologicamente”, de Hans Freyer, para “só quer algo socialmente quem vê algo sociologicamente” (BÔAS, 1997). A proposta defendida³ e pretendida por Florestan Fernandes é a de que os sociólogos participem ativamente do que ele denomina de conversão dos conhecimentos sociológicos em forças sociais (FERNANDES, 1976b).

Assim, tendo como pano de fundo o processo de industrialização brasileiro, nossa pesquisa pretende analisar duas formas de realização da sociologia aplicada: a sociologia técnica e a sociologia crítica, justapostas em graus de realização diferenciados em razão de seus propósitos. Isto é, de um lado observamos o DIEESE, uma instituição que nasce a partir da concepção do uso do conhecimento técnico-

³ Florestan era partidário da idéia anunciada por Karl Mannheim de que os cientistas sociais precisariam alargar a sua noção de teoria, no sentido de estendê-la à investigação dos processos deliberados de intervenção na tessitura social. Essa concepção de intervenção, na qual o sociólogo tem papel ativo, segundo seu controle, é orientada pela percepção da parcialidade e da ineficácia de políticos e “homens de ação” na resolução dos problemas sociais. Ainda segundo o entendimento de Florestan, a ciência deveria estar a serviço da política, posto que a intervenção racional na realidade constitui-se em um processo de natureza sócio cultural. Isto é, a busca pela sociologia como artífice do controle social ou de “sociedade planificada” nos termos manheimianos. (FERNANDES: 1976b, 109-110).

científico consoante às necessidades primeiras do meio sindical. Por outro lado, verificamos a organização do CESIT, um centro construído a partir das observações sobre a estrutura social e ocupacional da cidade de São Paulo, cuja proposição apresentava-se inscrita na obtenção de um “diagnóstico de situação” do fenômeno da industrialização. Ou seja, os dois organismos embora distintos no âmbito institucional procuraram, de acordo com seus propósitos, ultrapassar o próprio leito organizacional⁴ a fim de propiciar análises singulares sobre os novos protagonistas da cidade de São Paulo: o empresário industrial e o operário sindicalizado.

A presente dissertação compõe-se, primeiramente pelo capítulo “Na esteira do modernismo”, onde buscamos explorar a historicidade de algumas das instituições e grupos de intelectuais que procuraram analisar o processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do município de São Paulo, com foco na industrialização e urbanização. Nosso segundo capítulo, “DIEESE – A Sociologia além dos muros universitários” visa expor o processo de institucionalização do Departamento (ocorrido no segundo quinquênio da década de 1950) e analisar parcela da publicação de dois de seus periódicos: “Boletim do DIEESE” e “Revistas de Estudos Sócio-Econômicos” (lançados na década seguinte). E o terceiro capítulo, intitulado “CESIT – A empresa industrial em São Paulo” possui dois momentos definidos. Inicialmente procuramos destacar as preocupações inscritas nas obras “A Sociologia numa Era de Revolução Social”, de Florestan Fernandes; “Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil”, de Leôncio Martins Rodrigues; e “Estrutura e Expansão na Indústria em São Paulo”, de José Carlos Pereira. Optamos por tais estudos por acreditarmos que eles revelam – ainda que apenas parcialmente – os novos rumos da Cadeira de Sociologia I (transição da temática racial para as investigações do processo do desenvolvimento urbano-industrial). No segundo momento deste capítulo, procuramos realizar um breve excuro sobre o processo de institucionalização e profissionalização da “escola uspiana de sociologia⁵”, nesse excuro, buscamos tratar de maneira mais precípua as reflexões e

⁴ Neste sentido é válido apontar as análises que Florestan Fernandes produziu sobre o espaço institucional, principalmente a universidade: em “A Condição de Sociólogo” ele fala na instituição enquanto cidadela de um inconformismo intelectual restrito e intra-muros, o que está de acordo com a análise da estrutura espacial da USP, segundo ele “montada para facilitar o isolamento, para pulverizar o intelectual” (1978: 143).

⁵ Utilizamos o termo “escola uspiana de sociologia” e não “escola paulista de sociologia” porque compreendemos que tal concepção revela uma certa arbitrariedade e ambigüidade. Devemos essa reflexão ao artigo “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”, de Élide Rugai Bastos (2002). No texto, Bastos afirmou que o termo, apesar de ser compreendido como referente somente às atividades intelectuais da sociologia uspiana, abre o leque para o entendimento de toda produção da sociologia

orientações teórico-metodológicas do grupo da Cadeira de Sociologia I, especialmente centrando nossa análise na figura de Florestan Fernandes. Para tanto, nos beneficiamos da hipótese apontada por Werneck Vianna (1997) de que, na Universidade de São Paulo, a noção de comunidade científica (Robert K. Merton) foi complementada pelo conceito de *intelligentzia* (Karl Mannheim).

Segundo Vianna, a inserção da noção de comunidade científica nos cursos de Ciências Sociais de São Paulo funcionou como recurso que garantisse autonomia frente às elites fundadoras⁶. Uma das preocupações teóricas fundamentais da obra de Merton é discutir as relações que se estabelecem entre a ciência enquanto instituição social particular e a cultura em seu sentido mais amplo. Nessa perspectiva, ele afirma que a interdependência entre a ciência e outras instituições e esferas culturais da sociedade é mais forte nos momentos iniciais de institucionalização da atividade científica, quando se dá o processo de afirmação da crença social no seu valor. O grau de autonomia tende a crescer à medida que a ciência, reconhecida socialmente enquanto instituição dotada de características próprias passa a ser legitimada como um fim em si mesma, tornando-se então um subsistema da sociedade relativamente independente.

paulista. Também Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995) mantém as aspas e reconhece que a denominação “escola” contém certa arbitrariedade, isto é, a “escola” ora abarcaria a maior parte da produção uspiana, ora o grupo que Florestan Fernandes reuniu em torno da cadeira de Sociologia I, cujos integrantes eram caracterizados pela homogeneidade de temas e métodos. No entanto, observamos uma diversidade razoável nos trabalhos concretizados: de estudos “raciais” a sindicais, de estudos empiricistas a análises dialéticas, de estudos localizados a interpretações históricas. Todavia, pode-se afirmar que a cidade de São Paulo foi constituída de maneira ímpar e a Universidade de São Paulo em um projeto alternativo de formação de elites no qual a institucionalização se deu precocemente, criando um ambiente único, no qual pesquisa e ensino foram combinados, de maneira a engendrar formas de organização e reprodução ainda inéditas no Brasil, aliadas a um certo fechamento da “comunidade científica”, um certo “desejo” de diferenciação em relação ao Rio de Janeiro. Para completar o cenário, ainda havia a forte presença de Florestan Fernandes projetando uma coesão (homogeneidade circunstancial), algo muito próximo a uma escola. Escola, “escola” ou não, o que observamos é que a sociologia paulista, no seu período de formação criou uma abordagem própria dos problemas, na qual os critérios científicos eram utilizados de modo a manter uma distância segura da vida política queurgia; tal ética de distanciamento desdenhava das questões imediatas e propugnava mudanças estruturais na sociedade brasileira, procurando uma intervenção política que se impusesse mais pela força dos argumentos e menos pela militância nas questões sociais (ao menos em sua época inicial). De maneira que, utilizamos – no decorrer de nosso estudo o termo “escola uspiana de sociologia” em itálico ou entre aspas, mas sempre no sentido de identificar o grupo definido de sociólogos da USP, dirigidos pelo professor Florestan Fernandes.

⁶ A gênese da Universidade de São Paulo pode ser pontuada a partir da consideração de que, em sendo pública, a sua criação e o seu controle pertenceriam ao Estado assim como a condução do processo de formação e reprodução das futuras elites orientadoras. Entretanto, embora o projeto tenha, em sua origem, o selo das elites locais, ele foi, posteriormente, consolidado como um espaço autônomo dos intelectuais, na medida em que a idéia de comunidade científica mertoniana tem por elemento norteador a autonomia diante dos valores de mercado e de outras dimensões da vida social (ARRUDA, 2001; CARDOSO, 1982; ARRUDA, 1995; VIANNA, 1997)

É importante salientar, contudo, que o próprio Merton chama a atenção para o caráter problemático dessa autonomia, uma vez que, segundo ele, o processo pelo qual os valores do *ethos* científico se realizam e orientam o comportamento dos cientistas é, em grande parte, condicionado pelo contexto social mais abrangente.

Nesta acepção, a noção de comunidade científica ou de “campo científico”, nos termos de Bourdieu, é central na compreensão e explicação do modo como se organiza a atividade científica e são produzidos os novos conhecimentos. Merton procura explicar e interpretar a ciência a partir do entendimento do funcionamento e da dinâmica interna da comunidade científica, analisando, por exemplo, quais as prioridades de pesquisa, onde são divulgados os seus resultados, como são selecionados novos membros, como são tratadas as demandas externas, particularmente aquelas que provêm do Estado, e assim por diante. Enfim, nessa abordagem, o entendimento desses aspectos é fundamental para se compreender a própria ciência, em seus resultados e em sua organização social.

A hipótese que Vianna (1997) aponta para compreender a formação e consolidação da “escola uspiana de sociologia” pode ser colocada a partir da consideração de que a noção de comunidade científica não satisfaz o entendimento de umas das principais preocupações dessa escola e, principalmente de Florestan Fernandes, a saber: o papel do intelectual na sociedade. Para Fernandes, “no caos dos antagonismos grupais de que participa”, esta *intelligentzia* teria a função de buscar a “compreensão mais completa possível da situação histórico-social e a afirmação correspondente de interesse por ela” (FERNANDES, 1974: 269). De acordo com Vianna, é segundo a concepção da necessidade desse diálogo do sociólogo com a sociedade que funciona a complementaridade entre comunidade científica e a noção de *intelligentzia* de Mannheim. Para compreender as formulações sobre a proposição mannheimiana acerca da noção de *intelligentzia* utilizamo-nos de duas de suas obras: “Sociologia da cultura” e “Ideologia e utopia” sobre as quais faremos breves pontuações para expormos os motivos para que nos beneficiemos da hipótese aventada por Vianna (1997).

Em “Sociologia da cultura” (1974), Mannheim busca traçar uma tipologia da *intelligentzia* no devir histórico e para tanto situa na época moderna o salto qualitativo da forma organizacional da *intelligentzia* ou de seu sentido moderno. Para o sociólogo, a modernidade inaugura, sem precedentes, um tempo de consciência social, consciência esta que será base do pensamento e ação coletivamente determinados e historicamente

direcionados: “Nossa época caracteriza-se não só por uma crescente autoconsciência: vivemos um tempo de existência social conscientemente.” (MANNHEIM, 1974: 73).

A questão da modernidade é muito cara para Mannheim. Para o autor, os intelectuais modernos, em contrapartida aos seus correspondentes eclesiásticos, não são mais recrutados a partir de uma única classe, com interesses sociais e econômicos definidos. Para ele, a modernidade trouxe uma classe relativamente desligada do processo econômico, isto é, embora ela participe do processo, sua formação não decorre desse processo. Neste sentido, vale apontar a consideração de Mannheim sobre este aspecto:

Sem dúvida, ocorre que grande parte de nossos intelectuais provém dos estratos rentistas, cujos rendimentos derivam direta ou indiretamente de aluguéis e juros sobre investimentos. Mas neste caso, certos grupos de funcionários e das denominadas profissões liberais seriam igualmente membros da *intelligentzia*. Entretanto, um exame mais próximo da base social destes estratos mostrará que são menos claramente identificados no processo econômico (MANNHEIM, 1974: 76).

Vale ressaltar que, a compreensão da “*intelligentzia* mannheimiana” encontra-se na relação entre a socialização nas instituições especializadas de conhecimento e o processo de identidade dos intelectuais na sociedade moderna, ou seja, da laicização do saber e a emergência da coisa pública: “A evolução do saber e da educação ultrapassa um marco de incomparável significação quando os leigos rompem e usurpam o monopólio sacerdotal da interpretação pública” (MANNHEIM, 1974: 97). Segundo Mannheim, o intelectual moderno que sucedeu ao escolástico “não pretende reconciliar ou ignorar as visões na ordem de coisas ao seu redor, mas procura identificar as tensões e participar das polaridades de sua sociedade” (MANNHEIM, 1974: 92).

Já em “Ideologia e Utopia” (1976), Mannheim procurou analisar a relação entre conhecimento e existência. O primeiro elemento é caracterizado pelos condicionantes sociais e históricos e, neste sentido, a análise da história das idéias não pode ser descolada do processo social. Ou, em outras palavras, os processos sociais exercem influência sobre o processo de produção do conhecimento. Segundo o próprio Mannheim:

Em nossos dias, já parece estar perfeitamente claro que o antigo método da história intelectual, orientado para a concepção a priori de que as mudanças deveriam ser entendidas ao nível das idéias (história

intelectual imanente), bloqueava o reconhecimento da penetração do processo social na esfera intelectual. (MANNHEIM, 1976: 289).

A participação política do intelectual mannheimiano apresenta-se na capacidade de prover meios de interpretação e explicação do mundo para o processo de mudança social. Entretanto, para Mannheim embora os intelectuais sejam conscientes de sua situação única e da missão nela implícita, isto é, o empenho na síntese, eles não podem ignorar, na relação entre conhecimento e existência, sua tensão mais aguda: o intelectual diante do mundo de interesses e ideologias necessariamente parciais, não se tornaria parcial, também o lugar do intelectual? Ou, como reflete Mannheim: “como atingir e levar a cabo decisões? Incondicionais em face de uma existência condicionada?” (1974: 70).

Em síntese, segundo as pontuações apresentadas, a comunidade científica da “escola uspiana de sociologia” é investida no papel de uma *intelligentzia* cuja proposta trata-se de uma sociologia de reforma da sociedade civil, na expectativa de que, quando concluída a ordem especificamente burguesa, essa mesma *intelligentzia* pudesse se encontrar com “os seres subalternos alinhados em suas identidades, autônomos e conscientes dos seus direitos de cidadania” (VIANNA, 1997: 189).

2 Na esteira do modernismo

*A minha pífia geração era afinal de contas
o quinto ato conclusivo de um mundo
(...) Uma geração de degeneração aristocrática,
amoral, gozada e, apesar da revolução modernista,
não muito distante das gerações de que ela era o 'sorriso' final.
Mário de Andrade, Testamento de uma Geração, 1944*

“O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao país menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro”, ao reflexo dessa afirmação contida no prefácio de 1867 de *O Capital* (apud Faoro, 1992) de Karl Marx, nasceu uma variada ordem de teorias sobre o desenvolvimento das nações. Thorstein Veblen, em um ensaio de 1915 sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural das nações apresenta uma dessas teorias, apontando as possíveis vantagens do atraso (*the advantages of backwardness*). Isto é, a percepção de que os que chegam por último se beneficiariam de sua largada tardia porque não padeceriam dos custos das inovações sociais passadas. No entanto, a tese de Veblen não alude ao problema de que, embora seja possível minorar e abreviar as leis do parto, na cauda desse salto está perfilado um “cortejo de malogros”: a modernidade compromete, em seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando toda a sorte de papéis sociais. Mas a modernização, pelo seu toque voluntário, senão voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor/elite que sendo privilegiado, privilegia os setores dominantes (FAORO, 1994: 97-115). Ou, na linguagem weberiana: é uma ação política e economicamente orientada. Neste sentido, o “cortejo de malogros” administra a dilatação de um dos produtos da modernização: a desigualdade social, econômica, política e cultural.

A perspectiva de Raymundo Faoro está assentada na idéia de que a modernização recobre a modernidade. Segundo sua ótica, o caminho que leva à modernidade é o mesmo no qual trafega a cidadania e, essa via, que foi percorrida apenas por países modernos (e não modernizantes) não tem atalhos⁷. Para Faoro, a

⁷ Neste contexto, acreditamos ser possível realizar uma aproximação entre a reflexão de Faoro e a linha de pensamento de Sérgio Buarque de Hollanda. Segundo o historiador, o processo em que o Brasil

aposta na modernização importada submergiu antes mesmo de ser – de fato – formulada:

(...) O país, eletrocutado pelo projeto modernizador, não reagiu, não o aceitou, nem o sacudiu de suas costas, por carência de meios institucionais. Desta vez, os espectros vagam nas ruas, sem empregos, miseráveis, depois de, perderem tudo, perderem a esperança (114).

Destarte, o processo de cientificização corroborava a tese de “demora cultural” ou hiato (*cultural lag*⁸), que define as resistências culturais e de informação como o principal obstáculo ao desenvolvimento. Segundo Florestan Fernandes, a demora cultural estaria configurada nas tensões existentes entre o “atraso” e o “moderno”; tais tensões seriam manifestadas a partir da assimilação de uma nova ordem pelo tecido social, o que configuraria – ao menos temporariamente – uma situação de desorganização/anomia. Contudo, as tensões tenderiam a ser solapadas, uma vez que a esfera cultural acaba assimilando, obrigatoriamente, as inovações operadas pelo processo de mudança social. Conforme análise de Fernandes:

[...] Aquilo que os “países adiantados” conquistaram mediante longos e penosos processos histórico-sociais, eles pretendem alcançar através da transplantação rápida e intensiva das técnicas modernas de pensamento ou de ação (1963:79).

Os temas “mudança”, “transição”, “modernização” são centrais para a reflexão sociológica desenvolvida no Brasil. Mas não se trata de pensar a mudança social num sentido plasmado, já que no movimento da sociedade, o “tradicional” e o “moderno” são redefinidos segundo os contornos da própria sociedade (BÔAS, 1997).

E, é a partir desse preâmbulo que recuperamos o filósofo canadense Charles Taylor, cujo livro “A política do reconhecimento” (TAYLOR, 2000) recupera o

se inscreveu – desenhado pela importação de formas organizacionais, de instituições e de visão de mundo – fizeram do brasileiro um desterrado em sua própria terra. Para uma análise mais abrangente ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 14 e segs.

⁸ Encontramos em Fernandes (1979), a menção acerca da “demora cultural”, apresentada originalmente por Ogburn (Ogburn, William. Social change: With respect to the culture and original nature. New York, B. W. Huebsch, 1922).

conceito de autenticidade no romantismo alemão, expondo a sua centralidade na passagem de uma sociedade hierarquizada para uma sociedade igualitária e democrática. Embora Taylor diga que em Hegel a questão do reconhecimento recebe seu primeiro tratamento mais influente, ele sugere que Rousseau seja o pensador que possibilita efetivamente compreender a relação intrínseca que existe entre identidade e reconhecimento numa sociedade republicana e, neste sentido, com a cultura democrática os indivíduos apresentam a tendência de exigir outra forma de reconhecimento das suas identidades. De maneira que, Taylor aponta que não é possível entender o estreito vínculo entre a identidade e o reconhecimento de uma forma monológica, porque a característica crucial da vida humana é seu caráter fundamentalmente dialógico (TAYLOR: 2000). Ou seja, a identidade não é resultado de um isolamento, mas do intercâmbio com o outro, cuja dependência leva ao reconhecimento das condições que possibilitam ao agente construir a sua identidade. A descoberta da própria identidade passa pelo reconhecimento da diferença do outro no espaço dialogal da linguagem (ARAÚJO, 2003: 223).

Segundo Taylor, o conceito de autenticidade rompe com as identidades socialmente atribuídas e salienta as identidades geradas internamente e que nos permitem reconhecer tanto a nós mesmos quanto aos outros. Voltamo-nos ao pensamento de Taylor e à questão da autenticidade, porque acreditamos que esse referencial pode ter utilidade para compreender a aguda transição em que estavam envoltos os muitos personagens que buscaram redesenhar e, principalmente, formular um projeto moderno de nação para o Brasil. No decorrer deste capítulo, buscaremos apontar algumas instituições que, inseridas no contexto cultural e científico⁹, procuraram realizar o projeto de nação (LAHUERTA, 1997).

2.1 A necessidade de uma elite “orientadora”

No Brasil, o clima de agitação político-social que caracterizou as décadas de 1920 e 30 foi marcado por mobilizações sociais e uma forte efervescência intelectual. Nesse contexto, a “questão social”, ainda que vista por vários grupos como um “caso de polícia” (SIMÃO, 1966), representa uma preocupação relevante para diversos setores dominantes da sociedade. Em termos econômicos, coexistem duas concepções: de um

⁹ Termo aqui postulado no sentido acadêmico, universitário.

lado, estão os grandes proprietários de terra, defensores de uma política de privilégios para proteger a lavoura cafeeira e a exportação do café; de outro, lideranças ligadas aos interesses da indústria, mais concentradas nas cidades e lutando por uma política que privilegiasse as incipientes indústrias.

Em diálogo com esse cenário, vários educadores começaram a compreender que a questão educacional não poderia continuar sendo objeto de discussões e decisões isoladas de determinados Estados, mas devia ser encarada como um problema nacional que afetava toda a nação. Nessa direção, os intelectuais brasileiros passaram a propor alternativas que contribuíssem para levar a educação a ser identificada como um problema nacional e reflexo direto de uma crise mais ampla e profunda decorrente da distância produzida entre os ideais e os fatos republicanos. Segundo Fernando de Azevedo, as instituições políticas precisavam desabrochar na sociedade brasileira “(...) como um produto natural de uma estrutura social e econômica, reconstruída em bases verdadeiramente democráticas” (1962:27).

O clima de inovação institucional da década de 1930 não encontra precedentes na história da República. Na sequência da criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da Universidade de São Paulo (1934), surgiu o Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo (1935), mais conhecido como Departamento de Cultura. O horizonte histórico que se abriu, após a Revolução de 1930, impeliu os intelectuais da geração de 1920 e da década subsequente a ambicionar não somente cumprir os destinos impostos pelo contexto histórico, mas também a superar o momento em que viviam com vistas à formulação de um projeto de nação.

2.2 Departamento de Cultura

O Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938¹⁰) representa a principal articulação dos modernistas da Semana de 1922 para a implementação dos projetos político-culturais visando a edificação da nacionalidade. A instituição, criada e organizada pela intelectualidade paulistana, é a expressão do desejo da criação de uma cultura autônoma, a fim de aproximar a população das práticas

¹⁰ “Em 1945 tornou-se órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Higiene; dois anos depois, passou a constituir a Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Pulo; e, em 1975, alçou-se à condição de Secretaria Municipal de Cultura” (16). Para maiores informações consultar: AZEVEDO, José Eduardo. Apresentação. In: *acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000, p. 13 e segs.

culturais brasileiras. Para Roberto Barbato (2004), a esfera política do Departamento procurava rechaçar a cultura-ornamental, tendo, por isso, um aspecto nacional-popular. Embora o alcance das iniciativas do Departamento fosse restrito à cidade de São Paulo, a aspiração maior de seus dirigentes consistia em expandir ao âmbito nacional aquilo que era visto – simplesmente – como uma “aventura” cultural paroquial. A existência de um organismo como o Departamento trouxe à arena nacional um novo horizonte de significados e sentidos culturais, ocupando, dentro do rol de instituições existentes na capital paulista, um papel singular. Podemos dispor como os principais participantes do processo de criação do Departamento, o grupo de intelectuais formado por Mário de Andrade, Paulo Duarte, Antonio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo, Rubens Borba de Moraes e Nino Galo (BARBATO, 2004: 26).

A preocupação de dar um sentido utilitário à prática cultural revela o empenho da instituição paulistana em realizar o ideário dos arautos da identidade nacional da década de 1920. O compromisso da geração de 22 remete – segundo Mário de Andrade – aos três pilares do modernismo: “direito permanente à pesquisa estética”, “atualização da *intelligentzia* artística brasileira” e “estabilização de uma consciência criadora nacional”. A proposta dos modernistas era unir a pesquisa de gabinete à vivência de vanguarda metropolitana, isto é, não somente permitindo, mas sim, buscando um enfoque dialético, onde o rústico e o arcaico seriam combinados à dinâmica do estudo sociológico a fim de acarretar, por conseguinte, a autenticidade cultural (proposição primeira dos modernistas de 22), em sentido semelhante a que Taylor sugeriu ao romantismo alemão: a orientação modernista paulistana está calcada na tentativa de definir os aspectos da nacionalidade por meio da cultura popular. Isto é, a experiência modernista buscava registrar um movimento de “redescoberta do Brasil”, no qual se coadunavam uma infrene busca pelo passado colonial e a superação deste, através da rotinização da cultura, transformando-a em bem comum, posto que, a vocação do intelectual, para os modernistas inseridos no Departamento de Cultura, é, sobremaneira, uma tarefa pública.

As propostas do grupo começaram a tomar concretude a partir do encontro entre o então prefeito do município de São Paulo, Fábio Prado, e Paulo Duarte. Do diálogo, foi proposto não somente a consecução de um organismo de cultura¹¹, como também a

¹¹ Com o decreto do ato n. 861 foi fundado o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo a 30 de maio de 1935 (BARBATO: 29).

sugestão do nome de Mário de Andrade para a chefia do futuro Departamento e da Divisão de Expansão Cultural¹².

Todavia, muitas das atividades do Departamento eram tratadas com escárnio por alas oposicionistas. Segundo Paulo Duarte, os oposicionistas eram afiliados ou simpatizantes do Partido Republicano Paulista, como podemos observar em uma missiva do líder modernista ao Ministro Gustavo Capanema¹³:

[...] sei de fonte limpa que dos homens do PRP que subiram agora, uma fortíssima corrente deseja a extinção, pura e simplesmente, do Departamento de Cultura. Outra, mais moderada, sustenta a necessidade de sua conservação, acabando-se com certas “brincadeiras¹⁴” inúteis. Não erro certamente em supor que tais brincadeiras sejam a Discoteca Pública, as pesquisas de Folclore e Etnografia, quartetos, trios e corais. Essas foram as pastas sempre caçadas pelos homens do PRP nas câmaras estaduais e municipais. (*apud* SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000: 384).

Porém, as objeções às atividades da instituição paulistana perderam força após a prestigiada participação de Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes no II Congresso de Populações, realizado em Paris (1937). Nesse Congresso, eles apresentaram o trabalho intitulado “A representação dos fenômenos demográficos”, pelo qual receberam, não somente uma menção honrosa, como também o Departamento foi considerado um modelo a ser seguido¹⁵. Isto é, as linhas-mestras da instituição, sua

¹² A estrutura do Departamento possuía cinco pastas e cada uma tinha atribuições específicas: à Divisão de Expansão Cultural subordinavam-se as seções de Teatro e Cinemas, Rádio-Escola e a Discoteca Municipal; a Divisão de Educação e Recreios coube a Nicanor Miranda e organizava projetos para a construção de parques infantis, campos de atletismo, estádios e piscinas; a Divisão de Bibliotecas ficou sob a coordenação de Rubens Borba de Moraes que tinha por tarefa a Classificação, Expediente, Biblioteca Municipal, Biblioteca Infantil, Biblioteca Brasileira e as Bibliotecas Circulantes; já a Divisão de Documentação Histórica e Social de Sérgio Milliet ficou encarregada da Documentação Histórica e Social, Revista do Arquivo Municipal, Seção Gráfica e Museu Histórico da Cidade de São Paulo. Posteriormente, com a instituição do ato n. 1146, de 4 de julho de 1936, fundou-se também a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, com seções de igual nome (Barbato: 29-30).

¹³ É importante ressaltar que, para o Ministro Capanema, o papel da cultura na tessitura social está revestido como um dos pilares para a afirmação da nacionalidade a tal ponto que, para o Ministro, é dever de o governo federal incluí-la como instrumento institucional do aparelho estatal. Para uma análise mais detalhada sobre esta temática, consultar: Williams, Daryle. “Gustavo Capanema, ministro da cultura”. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 252-69.

¹⁴ Também avaliada como “brincadeiras” pelos perreipistas era a biblioteca circulante, cujo objetivo era levar livros a bairros onde inexistiam bibliotecas.

¹⁵ Entretanto, apesar da boa repercussão internacional alcançada com o Congresso, com o golpe de 1937, o Departamento sofreu profundas alterações. Em maio do ano subsequente, Fábio Prado foi exonerado da prefeitura de São Paulo. O cargo de Prado foi ocupado por Francisco Prestes Maia, cuja preocupação administrativa centrava-se basicamente em um campo técnico: o “Plano de Avenidas”. Em resumo, a preocupação de Prestes Maia estava referendada às possíveis formas de organizar o espaço social: o

estrutura e formulações tiveram eco em diversas cidades, como Haia, Paris, Nova Iorque e Buenos Aires, que buscaram adaptar a estratégia de gestão pública integrada à cultura popular (BARBATO: 36).

Além dos perrepistas, o Departamento de Cultura sofreu análises críticas também da esfera acadêmica. Para Florestan Fernandes, “os modernistas haviam feito bulha demais e quebrado muita louça. A nossa função consistia em construir e encaminhar os jovens em outra direção” (FERNANDES, 1992: 34). Em outra obra Fernandes reafirma a crítica: “os modernistas ficaram aquém do papel que lhes cabia. Eles tinham de ser necessariamente críticos da sociedade brasileira. E não foram”. (FERNANDES, 1978: 33-34).

A crítica aos modernistas não se traduziu somente na concepção de ineficácia em possíveis processos de intervenção social, como Fernandes sugeriu acima. Neste sentido, apontamos o depoimento de Ruy Coelho sobre a relação entre o Grupo Clima¹⁶ e os modernistas. Apesar de Coelho ter participado do Clima e, com isso o viés histórico de seu depoimento demonstre parcialidade, caráter pessoal e, nisso tenha diminuído o seu olhar científico. Acreditamos que ilustrativamente a citação exponha a tensão

urbanismo deveria ser compreendido como norteador da vida moderna e, não por acaso, o projeto obteve grande aceitação junto à burguesia industrial. Neste sentido, a cultura não se configurou em uma das “questões técnicas” a ser pensada e expandida. Destarte, a exoneração de Mário de Andrade imprimiu-se como estratégia para desmontar o Departamento e transformá-lo em um simples órgão de fisiologismo. A última realização do escritor modernista como chefe do Departamento foi a Missão de Pesquisas Folclóricas ao Norte e Nordeste, em fevereiro de 1938. Embora exonerado da direção do Departamento, Andrade ainda permaneceu como chefe da Divisão de Expansão Cultural por um curto período (BARBATO: 37). Para maiores detalhes sobre o prefeito Prestes Maia e o “Plano de Avenidas”, ver: “A posse do novo prefeito municipal de São Paulo”, *Revista do Arquivo municipal de São Paulo*, 1938, v. 47, p. 252.

¹⁶ O grupo foi formado no início de 1939, em São Paulo, por jovens estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, unidos por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade. O Grupo era integrado por Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza, entre outros. Juntos lançaram-se na cena cultural paulista por meio de uma modalidade específica de trabalho intelectual: a crítica aplicada a teatro, cinema, literatura e artes plásticas. A amizade foi reforçada e sedimentada ao longo do período em que cursaram a Faculdade de Filosofia. Oriundos duma espécie de “burguesia esclarecida”, com “pendor literário” pronunciado e viés político de esquerda, o grupo foi constituído em meio à tensão proporcionada; de um lado pelo modernismo; de outro pela experiência acadêmica compartilhada e profundamente marcada pelos professores franceses, especialmente por Jean Maugüé e Roger Bastide, assimilariam a concepção por estes fixada da atividade intelectual como trabalho rigoroso e sistemático, voltado ao conhecimento da realidade brasileira. O pessoal da revista Clima (editada entre 1941 e 1944) procurou construir seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos, mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. O fato de atuarem ao mesmo tempo como críticos de cultura, acadêmicos e professores universitários sinaliza o alcance das transformações que estavam ocorrendo ao longo das décadas de 1940 e 1950 no sistema cultural paulista, decorrentes em larga medida da introdução de novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual. Nesse contexto, os intelectuais do Grupo Clima fizeram a “ponte” entre a Faculdade de Filosofia e as instâncias mais amplas de produção e difusão cultural da cidade. Para uma análise mais aprofundada acerca do Grupo Clima, consultar PONTES: 1998; 2003.

intelectual entre as variações de compreensão sobre o processo de organização da ciência. Vejamos:

[...] Intuição genial que os animava era garantia bastante para tudo quanto dissessem sobre qualquer matéria. Imagina a irritação que sentiram quando um bando de “chato-boys¹⁷” que ousaram analisar o que diziam e, suprema afronta, exigir que as opiniões fossem fundamentadas em conhecimento. É perfeitamente compreensível que o primeiro movimento de boa acolhida e festas se transformasse em desconfiança e amargura quando viram que os peixes não mordiam nos anzóis (*apud* PONTES, 1998: 55).

Nesse aspecto, não nos soa estranho que Mário de Andrade, ao concluir que as propostas da Semana de 1922 não ultrapassavam a esfera estética e, por isso, não alcançariam o projeto de construção da nacionalidade pela ausência de rigor científico¹⁸, teria passado a incorporar pressupostos científicos à pauta das pesquisas que eram desenvolvidas pelo Departamento de Cultura, mais explicitamente aos estudos sobre a realidade nacional. E, acreditamos que seja preciso afirmar que a adoção de pressupostos científicos, para a realização das atividades do Departamento tornou-se mais visível quando percebemos o alinhamento da instituição com as finalidades da Escola Livre de Sociologia e Política. Atentemos para o que nos aponta Fernando Limongi (2001a):

[...] Quando se trata de distinguir as origens do “projeto” a presidir a criação da ELSP, a bibliografia tem tendido a frisar seus laços com o movimento modernista e com a chamada ala cultural do Partido Democrático. Sérgio Milliet seria o responsável último por esses vínculos expressos na “ponte” que constrói entre a ELSP e o Departamento de Cultura (2001a: 260-1).

A “ponte” inaugurada pelo imbricamento entre as instituições abre caminho para o entendimento da nova configuração social assumida pela cidade de São Paulo (principalmente, a partir da década de 1930). E, nesse intento, principia a busca por

¹⁷ Definição de Oswald de Andrade para os intelectuais do Grupo Clima.

¹⁸ Conforme a reflexão ulterior de Mário de Andrade acerca de seus estudos etnográficos: “Com minhas colheitas e estudos mais ou menos amadorísticos, só tive em mira conhecer com intimidade a minha gente e proporcionar a poetas e músicos, documentação popular mais farta onde se inspirassem. Hoje, que os estudos científicos de folclore se desenvolvem bastante em São Paulo, me arrependo raivosamente da falsa covardia que enfraquece tanto a documentação que escolhi no Brasil” (*apud* BARBATO JÚNIOR, 57-8).

soluções a problemas identificados empiricamente. Segundo Limongi, o papel da ELSP assumiu feições claramente intervencionistas:

[...] Estes vínculos, sem dúvida, são de fundamental importância para compreender as relações íntimas entre a ELSP e o Departamento de Cultura, relações estas que estão na origem de algumas das primeiras pesquisas empíricas realizadas por professores e alunos da ELSP que tomam por objeto de estudo a cidade de São Paulo e as incipientes e mal defendidas políticas reformistas gestadas no Departamento de Cultura. Confirma-se, assim, a característica marcante da ELSP notada acima, qual seja, a sua preocupação com a pesquisa empírica com finalidade intervencionista (2001a: 261).

Samuel H. Lowrie¹⁹ explicita, ainda mais, o caráter da ELSP. Para o sociólogo, o objetivo central da instituição é “formar técnicos que seguindo a carreira administrativa, tanto pública quanto particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações”, pois o ensino de política tem finalidades “práticas”, “como demonstra a ‘simples leitura do seu programa’, onde no ‘segundo e, sobretudo no terceiro ano, figuram cadeiras de aplicação imediata ao meio nacional’”. Ou seja, a intenção da ELSP consistia na produção de conhecimento científico sobre a realidade nacional que permitisse a intervenção dessas novas elites técnicas (*apud* LIMONGI, 2001a: 259-260).

Caracterizando a ciência como o anteparo à formação das elites, logo, a mesma se apresenta como norteadora da ação renovadora dessas mesmas elites:

[...] Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente a se aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo. (SIMONSEN, 1933: 34).

A consecução de instituições como a ELSP e USP responde à finalidade de construir uma elite intelectual capaz de sanar a falta de quadros administrativos para gerir a coisa pública²⁰. Na acurada leitura de Carlos Guilherme Mota sobre as motivações e objetivos da criação da ELSP:

¹⁹ O sociólogo estadunidense formado na Universidade de Columbia ao lado de Horace B. Davis representam a primeira contratação de docentes estrangeiros da ELSP.

²⁰ Além desse propósito, a USP tem, segundo Lowrie, outra diretriz: uma finalidade política que remete à competência do eleitorado (no que concerne à elevação do nível cultural da sociedade (*apud* LIMONGI, 2001a: 258-9)

[...] A revolução de 32 foi o sinal de alerta para a falta de quadros. E para formar tais quadros é que se criou a Escola Livre de Sociologia, com inspiração teórico-metodológica norte-americana e com a presença do corpo docente de figuras representativas da burguesia industrial (MOTA, 1978: 99).

A “falta de quadros” indica também a necessidade de novas instituições culturais para a conjuntura pós-32. Mota, ao fazer referência à Escola Livre de Sociologia e Política e ao jornal *O Estado de São Paulo*, pondera que tais instituições formaram um sólido de enraizamento cultural e político. Tal ponderação se desdobra e se inscreve em uma das temáticas mais controversas do pensamento social: a relação do intelectual com a política. Isto é, seria possível separar a pena da espada, seria possível ao homem de cultura transpor os muros da academia e falar aos seus concidadãos? (BASTOS & RÊGO, 1999). A respeito do intelectual como ser político, Louis Boudin faz interessantes observações:

[...] Não se deve falar em intelectual envolvido nem de intelectual não envolvido: intelectual e envolvimento formam um pleonasma: intelectual não envolvido é uma ilusão. Esta querela comporta um ensinamento: não há intelectual que não assuma posições implícitas ou explícitas em relação à sociedade em que vive, e não basta que uma pessoa tome posições (políticas) para ser quantificado de intelectual (BOUDIN, 1971: 25-6).

Isto é, se a partir do caso Dreyfuss irrompeu a indagação sobre o intelectual como fenômeno social²¹ (VIANNA, 1997: 174-176) que tem implicações políticas, posteriormente o fenômeno tornou-se um problema para a sociologia, que permanece sendo construído e desconstruído²².

2.3 Escola Livre de Sociologia e Política

Imbuídos de uma nova mentalidade que valorizava a técnica e a ciência, parte significativa da elite intelectual e industrial paulista procurou formar uma nova elite a

²¹ Para maiores informações sobre o caso Dreyfuss, consultar: ZOLA, Émile. *Eu acuso!.* São Paulo: Brasil Editora, s/d.

²² O termo “desconstrução” é aqui empregado no sentido derridiano, isto é, a desconstrução não se configura como destruição, mas sim como desmontagem. Para maiores informações, ver: DUQUE-ESTRADA, Paulo César (Org.). *Desconstrução e ética — Ecos de Jacques Derrida.* Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola, 2004.

partir de pressupostos racionais e científicos. A fundação da ELSP se inscreve nesse projeto. Roberto Simonsen²³, um dos principais idealizadores da instituição, esposava uma concepção de que somente a formação de uma elite sob a égide das ciências poderia “orientar o povo e a nação no reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social²⁴”. A principal preocupação da instituição estava centrada em vincular estudo e pesquisa segundo os moldes das instituições européias e estadunidenses.

Quando analisa o surgimento da ELSP, Rubens Borba de Moraes aponta que:

[...] Mais tarde, desiludidos com a política²⁵, reunimo-nos a Ciro Berlink²⁶ para fundar uma escola que ensinasse as novas ciências e disciplinas (ignoradas pelas nossas faculdades obsoletas), capazes de estudar nossos problemas e acabar com as descrições e impressões literárias. Fundamos a Escola Livre de Sociologia e Política, cujo nome era um programa e revolução no ensino, uma nova visão do Brasil (*apud* BARBATO JUNIOR, 2004: 72-3).

Desde seu início, a escola foi marcada por uma forte perspectiva técnica, optando por uma “orientação essencialmente prática, de *ciência aplicada*”, a fim de formar técnicos, tanto para a área privada como pública. É pertinente destacar um informativo da ELSP de 1935, de autoria de Samuel Lowrie, que serviu de “resposta intelectual” à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seus responsáveis afirmavam que a Escola possuía “finalidades técnicas” bastante pronunciadas e que “várias matérias” tinham a vocação de “aplicação imediata no meio nacional²⁷”. Devemos salientar que o informativo que procurou diferenciar a ELSP da USP foi publicado pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, cabendo lembrar que a publicação do periódico representava uma das atribuições de Sérgio Milliet, da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura.

²³ Embora não seja autor do projeto da Escola, Simonsen é reconhecido “porta-voz dos fundadores” e integrou, por exemplo, o grupo que elaborou o primeiro projeto pedagógico, propondo a contratação de professores estadunidenses. Para maiores informações, consultar: Marina Correia Vaz Silva. *Da maria-fumaça à fumaça das fábricas – a ELSP de São Paulo (1922-1940)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/USP. São Paulo, 1994.

²⁴ ELSP, 1933/34, Manifesto de fundação da ELSP, p. 1.

²⁵ Referência à Revolução de 1932.

²⁶ Empresário que, reunido a Simonsen, auxiliou na iniciativa da construção da ELSP. Para maiores referências consultar a entrevista realizada por Freitas com Antonio Candido (FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993).

²⁷ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1935: 104.

Uma das dificuldades iniciais para a implantação do ensino de Sociologia na Escola foi a ausência de professores: o quadro de docentes de Sociologia era mínimo e não-qualificado, geralmente eram diletantes que se atinham a “divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e a disputas escolásticas²⁸”. De maneira que, a contratação de professores estrangeiros foi – praticamente – imposta à Escola. Os primeiros professores contratados foram Samuel H. Lowrie e Horace B. Davis²⁹. A Lowrie é imputada a “orientação prática” e o caráter de “ciência aplicada” da ELSP.

As primeiras pesquisas desenvolvidas pela instituição tratavam de temas como imigração e padrão de vida dos operários de São Paulo³⁰. A justificativa para a realização da pesquisa está centrada na necessidade de suprir “a deficiência de conhecimentos matemáticos, essenciais para a compreensão da estatística, método básico no estudo das ciências econômicas e sociais³¹”. Temática desenvolvida posteriormente no interior do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, e sob o mesmo argumento: a insuficiência de quadros técnicos e de instrumental racional moderno para análise da diversidade social e econômica da cidade de São Paulo.

A contratação de Donald Pierson (1939), formado na denominada Escola de Chicago, caracterizada, principalmente, pela pesquisa empírica³² e pela “concepção utilitária do conhecimento”, além de principiar a expansão do quadro de docentes, acarretando uma nova configuração ao próprio projeto da ELSP, dotava-o de uma base

²⁸ AZEVEDO, Fernando de. “A Sociologia no Brasil – o ensino e as pesquisas no Brasil”. *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1977.

²⁹ Os dois professores, formados na Universidade de Columbia, foram indicados pela *American Society of University* e pelo *International of Education*. Estas indicações se deram através do cônsul geral do Brasil em Nova Iorque, Sebastião Sampaio, amigo de Simonsen. Todavia, após um ano o Conselho Superior da Escola decidiu não renovar o contrato de Horace B. Davis (SILVA: 1994).

³⁰ O inquérito sobre o padrão de vida dos operários foi coordenado pelo professor Davis, seguindo as orientações do *Bureau Internacional du Travail* (BIT), de Genebra. O estudo pode ser encontrado em: DAVIS, Horace. “O padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XII, p. 113-166, 1935.

³¹ ESCOLA livre de Sociologia e Política. *Informações*. São Paulo, 1935: 109.

³² Todavia, a Escola de Chicago nunca esteve reduzida somente a pesquisas quantitativas e qualitativas. Devemos ressaltar que a Escola foi também fortemente marcada pelo interacionismo simbólico de George Mead, precursor das pesquisas sobre a relação entre indivíduos e sociedades, sobretudo na medida em que isso afeta a construção do “Eu-indivíduo” em correspondência, ligação com o “Outro”, a coletividade (YUKIZAKI: 2005).

acadêmica, possibilitando a implementação do projeto de criação do setor de Pós-Graduação³³ da Escola³⁴, em 1941:

[...] Isto é, a formação e o conhecimento produzidos pela Escola passam a se inscrever no interior do mundo acadêmico e deixam de se referir ao Estado. A preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica são mantidas. O intervencionismo e a aplicação postergados. E é por estruturar seu apelo neste campo que o “projeto” de Pierson foi capaz de obter sucesso³⁵ nos meios acadêmicos em formação (LIMONGI, 2001a: 263-4).

2.4 “Grupo do Estado”

A partir de 1920, vários grupos de intelectuais começaram a compreender que a questão educacional não poderia continuar a ser objeto de discussões e decisões isoladas de determinados Estados. Propunham, então, que a questão fosse encarada como um problema nacional, capaz de afetar todo o país.

Para Fernando de Azevedo, a crise educacional era reflexo direto de uma crise mais ampla e profunda, decorrente da distância produzida entre os ideais e os fatos republicanos. É nesse contexto que Azevedo percebe a necessidade do movimento de renovação educacional inserir-se em uma mudança mais abrangente. Para tanto, acreditava que as instituições políticas precisavam desabrochar na sociedade brasileira “(...) como um produto natural de uma estrutura social e econômica, reconstruída em bases verdadeiramente democráticas” (1962: 27).

A compreensão desse quadro reuniu intelectuais, jornalistas e políticos em torno do jornal *OESP*, originando o “grupo do Estado”, que viria a ser o artífice do projeto de criação da Universidade de São Paulo. O grupo, inicialmente composto por Júlio de Mesquita, Francisco Mesquita, Nestor Rangel Pestana, Armando de Salles Oliveira, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral, Vivaldo Coracy e Fernando de

³³ Lecionavam: “Pesquisas sociais na comunidade paulista”, Donald Pierson; “Etnologia Brasileira”, Herbert Baldus; “Assimilação e aculturação no Brasil”, Emílio Willems (JACKSON: 2002).

³⁴ Devemos apontar que a criação da Seção de Pós-Graduação da ELSP foi possível também em função da presença de outros dois estrangeiros: Herbert Baldus e Emílio Willems (ambos alemães).

³⁵ Segundo Limongi, o sucesso relativo da Escola e de sua seção de Pós-Graduação deve-se, também, à capacidade de atrair considerável quantidade de formandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Para maiores informações sobre o tema, consultar Limongi: 2001a, p. 271 e segs.

Azevedo somou posteriormente a seu quadro, outros intelectuais, como por exemplo, Oliveira Vianna, Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Paulo Pestana, sendo que estes últimos desfrutavam de uma autonomia relativamente maior.

Embora o “grupo do Estado” possuísse certa autonomia, procurava não atuar como porta-voz direto d’*O Estado de São Paulo*³⁶. Isto é, para preservar o seu perfil enquanto órgão da imprensa, o *OESP*, diferentemente de outros periódicos diários buscava não traduzir diretamente práticas político-partidárias, como o fizeram o Diário Nacional em relação ao Partido Democrático e o Correio Republicano em relação ao Partido Republicano Paulista. (CARDOSO: 1982, 43-52). De maneira que, as opiniões apresentadas, na sua continuidade histórica, eram talhadas para soar como se fossem uníssonas à Comunhão Paulista. A Comunhão, por sua vez, era identificada como a elite política, “portadora” de um projeto nacional que seria liberal e democrático por princípio, mas que também trazia determinados componentes autoritários, pois somente a Comunhão estaria capacitada a inferir nos destinos da nacionalidade. Contudo, apesar de buscar manter a posição de independência e imparcialidade diante das ações partidárias, reservando-se o direito de somente observar e criticar os acontecimentos (em editoriais não assinados), paradoxalmente, o jornal se atribuía uma “missão superior”, cuja política estava orientada por dois temas fundamentais: liberalismo e democracia. O liberalismo estabeleceria o equilíbrio entre o indivíduo e o Estado, entre a autoridade e a lei, entre a ordem e a justiça, entre o poder e a liberdade, já a democracia, conforme artigo publicado n’*OESP* em 1925, de autoria de Fernando de Azevedo:

[...] A democracia consiste, praticamente, não no “governo do povo pelo povo” que em última análise é uma ficção, mas no governo formado por elementos “diretamente” tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha de capacidades. (*apud* CARDOSO, 1982: 49).

A proposição do “grupo do Estado” oferecia uma concepção de sociedade onde a política apareceria como a realização da razão, razão esta que seria acossada por uma “elite orientadora”:

[...] E, na medida em que a razão aparece como uma esfera que transcende os interesses sociais, no sentido da sua unificação, só pode

³⁶ A partir deste ponto, o jornal *O Estado de S. Paulo* será citado apenas como *OESP*.

ser realizada por uma elite ilustrada, capaz, interessada e independente. A possibilidade da unificação dos interesses sociais aparece estreitamente ligada à condição de independência da elite. (CARDOSO, 1982: 51).

As formulações sobre um diverso conjunto de temas³⁷ aparecem como se estivessem acima dos acontecimentos do cotidiano político. Isto é, o jornal aparentava assumir a postura de um partido ideológico que intencionava funcionar como uma força dirigente superior aos partidos políticos. O “grupo do Estado” buscava ostentar a envergadura de um “Estado-Maior intelectual” e, dentro dessa pretensão procurou construir um projeto de hegemonia cultural e política, onde a Universidade despontava como condição estratégica, definindo a “marca ideológica” da criação da Universidade de São Paulo (CARDOSO, 1982: 46-53; ARRUDA: 1995), principalmente sob a justificativa da derrota na Revolução de 1932, conforme a breve explanação de Mesquita. Vejamos: “Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação” (MESQUITA FILHO, 1969: 199).

A partir dos excertos acima é possível perceber que a linha diretriz do “grupo do Estado” é a formação de uma “elite orientadora”, um grupo que tivesse condições de propor projetos para o desenvolvimento da nacionalidade e que se colocasse acima de interesses político-partidários e, ainda, que pudesse transformar o aparelho de ensino em instrumento político de coesão, conforme Azevedo: “Ou nós educamos o povo para que dele surjam elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo³⁸”. De maneira que, o intelectual se caracterizaria, entre outras coisas, pelo fato de que abre mão da dimensão elitista, e de que fala, no espaço público, não como um intelectual de partido, ou como um conselheiro do rei, mas somente em seu próprio nome, como cidadão, com o objetivo de convencer os outros (cf. Jürgen Habermas em Habermas: 70 anos, 1998).

Dessa compreensão à formulação do projeto de criação da Universidade de São Paulo são recuperadas proposições até mesmo do primeiro relatório do Ministério do Império (1882), de Rui Barbosa (importante influência nos escritos de Júlio de Mesquita). Neste relatório, Barbosa apresenta o conceito político de universidade:

³⁷ Tais como: sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo (autonomia dos Estados e dos municípios, Federação), revolução, reformulação do sistema político por via pacífica, diretrizes econômicas e educação. (CARDOSO: 1982).

³⁸ *Ibidem* p. 28.

[...] a universidade é uma das formas do poder público, é o Estado educando, promovendo a educação, inspecionando-a, a bem da prosperidade e da grandeza do Império, do mesmo modo que os tribunais em que se organiza o direito, e o exército em que se constitui a força pública, são outras tantas manifestações do governo, tomada esta palavra em seu sentido mais extenso, do governo que não exclui a liberdade, nem quando se trata da justiça, nem quando se trata do exército, nem quando se trata da instrução pública³⁹ (*apud* CARDOSO, 1982: 58).

Embora, posteriormente, o caráter da universidade tenha sido redimensionado por Júlio de Mesquita e Fernando de Azevedo, o seu principal elemento constituinte manteve-se inalterado: a universidade somente poderia ser concebida como uma instituição de caráter público, conforme o pensamento liberal educacional, cujo representante maior é identificado pela bibliografia específica na figura de Rui Barbosa. Ou seja, em sendo pública, a sua criação e o seu controle pertenceriam ao Estado assim como a condução do processo de formação e reprodução das futuras elites norteadoras, orientadoras ou dirigentes (CARDOSO, 1982: 58; ARRUDA, 1995; 2001).

A construção desse ideário provocou a realização do contato entre Júlio de Mesquita e Georges Dumas (professor de Sociologia da Sorbonne) em 1925⁴⁰. Para Dumas, anterior à criação de uma universidade deveria existir um movimento pela reforma do ensino de humanidades (ensino secundário). Já em 1927, a partir de uma série de conferências de Paul Faucounnet (professor de Sociologia da Sorbonne e colaborador da publicação “L’Année Sociologique”) e de um artigo de Georges Dumas, começou a ser ventilada a idéia da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujos objetivos seriam: tornar o ensino vinculado à pesquisa, elevar o nível do curso secundário, e formar uma classe de intelectuais. Entretanto, como era manifesto, o “grupo do Estado”, em razão do distanciamento com o aparelho estatal e a ausência de condições políticas que permitissem o controle da instituição, não tinha como fomentar

³⁹ O presente excerto está em Fernando de Azevedo, “As lutas política e a Universidade” – Conferência realizada em 1936, na Faculdade de Direito, in: *A Educação e seus Problemas*, tomo I. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 125.

⁴⁰ Mesmo ano em que Júlio de Mesquita publicou n’*OESP* e, posteriormente, na forma de livro, a obra “A Crise Nacional”, na qual apontou a crise das oligarquias como uma patologia no funcionamento da vida política paulista, cuja resolução estaria relacionada à necessidade da adaptação definitiva da democracia no Brasil. Tal resolução era posta a partir da instauração de dois itens do pensamento liberal: a implementação do voto secreto e o *referendum*. Outro ponto a destacarmos do texto de Mesquita relaciona-se diretamente à educação. Trata-se da criação de departamentos de cultura, em especial à criação da universidade. Ou seja, a partir da implementação do *referendum* seria possível dar início à construção do organismo concatenador da “mentalidade nacional”: “sem o concurso dessa instituição secular [a universidade] (...) inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva” (*apud* CARDOSO: 1982, 36).

a construção de uma universidade em São Paulo. Ainda assim, seguindo a sugestão de Dumas, seus membros principiaram o movimento da reforma educacional por meio da criação de um liceu. Conforme artigo de Júlio de Mesquita n' *OESP* (18/02/1925):

[...] mais e mais se faz necessário preparar num país ainda em formação como o nosso uma reserva de intelectuais, de idealistas, digamo-lo sem medo de falsas interpretações do termo, que garantam o futuro do país contra a hipótese de um rebaixamento do caráter nacional (*apud* CARDOSO, 1982: 61).

A idéia central do que, ulteriormente, foi denominada “missão francesa⁴¹” era de que fossem contratados professores europeus, principalmente franceses⁴², para o Liceu. Professores que, posteriormente, foram arregimentados ao corpo de professores da USP. Enfim, podemos dizer que o processo de criação da Universidade de São Paulo engendrou uma coalizão entre o projeto “iluminista” (CARDOSO: 1982) das elites locais e a “irresistível profissionalização dos setores médios em ascensão social” (VIANNA: 1997).

Procuramos, neste capítulo, apresentar como a transformação da cultura em uma questão eminentemente urbana, iniciada pela geração dos modernistas de 1922, além de apontar uma vida literária que se modernizava, apresentou os alicerces para a formação de uma nova mentalidade. E, segundo essa perspectiva, esses intelectuais abriram sendas para as gerações seguintes, também no campo universitário. Neste aspecto, a emergência da linguagem científica no interior das Ciências Sociais permitiu aquilatar o grau de modernidade da cidade de São Paulo e reconhecer a importância do modernismo ao criar uma cultura enraizada nos padrões urbanos de sociabilidade.

⁴¹ “Se é verdade que a Faculdade de Filosofia da USP cresceu sob a hegemonia francesa, não se pode esquecer que esta ascendência remontava a uma sociologia dos anos 20, momento em que a geração de professores que veio ao Brasil se formou. Período em que a escola durkheimiana é hegemônica e os estudos culturais florescem. Basta lembrarmos as obras de alguns colaboradores de Durkheim: Marcel Mauss — *Essay sur le don*; Bouglé — *Essay sur les castes*; Maurice Halbwachs — *La mémoire collective*. Com a fundação da *L'Année Sociologique*, os estudos de Durkheim se voltam sobretudo para a religião e os povos primitivos. Talvez por isso as temáticas que inauguram o pensamento sociológico acadêmico no Brasil tenham um quê de ‘francês’, ou melhor, de ‘durkheimiano’. Como na França, assuntos como Estado, classes trabalhadoras, poder, são desconsiderados em detrimento de objetos ‘mais culturais.’ (ORTIZ, s/d: 5).

⁴² Em função do vínculo de Dumas com o Consulado francês.

Como sugere Miceli em passagem um pouco longa, mas decisiva sobre esses processos:

Do momento em que outros grupos sociais começam a fazer valer suas demandas por bens culturais e à medida que a elite burocrática passa a dispor de recursos financeiros e institucionais que lhe permitem subsidiar uma cultura e uma arte oficial, as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho intelectual não se restringem mais às exigências ditadas pelas preferências e opções das antigas classes dirigentes em matéria de importação cultural. Daí em diante, as instituições e os grupos cujas decisões repercutem na “substituição de importações” no plano cultural se diversificam de maneira considerável, envolvendo os mecenas (as famílias cultas, as autoridades públicas, as editoras, a Igreja, os executivos e administradores das instituições culturais etc.), as diferentes faixas do público (os estudantes dos novos cursos superiores, os integrantes das novas carreiras docentes) e os produtores (os romancistas profissionais, os autores de romances femininos, de livros infantis e de outros gêneros de importação recente, os escritores e artistas oficiais etc.) além de sofrer o impacto causado pela difusão maciça de artigos culturais de origem norte-americana no âmbito do mercado interno nacional. Não obstante, certos mecanismos de regulação, como, por exemplo, a situação do mercado de diplomas escolares, as demandas do público pelos gêneros de maior êxito comercial, a expansão ou a obstrução de determinadas carreiras profissionais, também condicionam a proporção de lugares disponíveis no mercado de postos administrativos, técnicos e intelectuais, em relação à quantidade de postulantes que dispõem dos trunfos de toda ordem (sociais, escolares e culturais) capazes de viabilizar suas pretensões a esses cargos (2001: 80).

As instituições paulistas ELSP e FFCL/USP procuraram buscar novas referências de organização do trabalho científico no campo das ciências sociais ao recrutar professores e pesquisadores no exterior para integrar seus quadros docentes. Assim, diferenciaram-se de forma significativa da tradição ensaística⁴³ de conhecimento social até então predominante no país. A USP absorveu professores da Europa, sobretudo da França, e procurou imprimir um trabalho com acentuado perfil acadêmico, a fim de, também, formar uma comunidade científica. Já a ELSP estabeleceu relações intelectuais com os Estados Unidos, principalmente com a tradição sociológica da escola de Chicago, incorporando seu *ethos* intelectual calcado em análises mais

⁴³ Exemplos deste período e que atentam às peculiaridades e às perspectivas da sociedade brasileira, são as obras: *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Casa-grande & Senzala* (Publicação em Lisboa: 1931 – publicação em Pernambuco: 1933), de Gilberto Freyre.

empíricas, apoiadas em novas metodologias como os estudos de comunidade e os *surveys*.

Já os modernistas de 1922, ao ultrapassar a esfera estética quando viabilizam o Departamento de Cultura, são colocados em sintonia com a demanda de conhecimento científico da realidade social. O Departamento, dotado de um projeto intervencionista, norteado por pressupostos científicos procurou transformar o meio social por meio da adoção da idéia de “ida ao povo”, promovendo de concertos eruditos no Teatro Municipal (gratuitos) a pesquisas sobre o padrão de vida⁴⁴ dos operários urbanos do Brás (bairro central da cidade de São Paulo), e “caravanas” do norte e nordeste do país para recolher materiais do folclore (BARBATO, 2004: 90).

⁴⁴ Sob a responsabilidade de Oscar Egydio de Araújo e dos pesquisadores estadunidenses, Horace B. Davis e Samuel H. Lowrie

3 DIEESE – A Sociologia além dos muros universitários

*O destino de toda visão utópica está
vinculado ao destino dos intelectuais,
pois se em algum momento a utopia
pode sentir-se em casa,
é entre os pensadores independentes [...]*
*Na medida em que estes já não existem,
a visão utópica esmorece.*

Russell Jacoby, Os intelectuais: da utopia à miopia

A evolução do sindicalismo brasileiro é diferente da que é possível apreender em países capitalistas avançados. Enquanto nestes a implantação do sindicato, seu reconhecimento e sua institucionalização ocorreram de forma autônoma, desenvolvida através do conflito entre a classe patronal e o operariado, como aponta Maria Hermínia Tavares de Almeida a respeito do sindicalismo estadunidense, vejamos: “combativo, ‘apolítico’, solidamente plantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados” (1975: 73). E, segundo a autora, em relação aos setores industriais mais modernos brasileiros, poderia existir uma “aristocracia operária” que, figurando como vanguarda operária ao agitar a “bandeira da negociação coletiva descentralizada” talvez pudesse “unificar em torno de si aqueles que não têm nenhum poder de barganha frente ao patronato” (491). Já em contrapartida, no Brasil, esse mesmo processo se desenrolou a partir da ação de grupos político-partidários, os quais ao mesmo tempo em que passavam a controlar a organização sindical, a impuseram ao patronato como os únicos representantes legais dos trabalhadores (RODRIGUES, 1968).

Isto é, no Brasil, o Estado configurou-se como o principal interlocutor das camadas assalariadas. A ingerência governamental, no que se refere à elaboração de leis de proteção ao trabalhador e a sua organização sindical, aumentou a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio⁴⁵, e podemos apontar esse momento como de advento do modelo sindical corporativista brasileiro. Mas foi somente em 1943, com

⁴⁵ Fundado em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.

a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho que o Estado passou a controlar os órgãos de classe, enquadrando o trabalhador assalariado, estabelecendo a organização sindical e a relação trabalhista ao determinar a proibição de greve, a intervenção sindical⁴⁶ (ALMEIDA, 1978: 491), o imposto sindical e viabilizando a união dos trabalhadores apenas no âmbito das Confederações Nacionais, dentre outras resoluções. Enfim, a legislação trabalhista “impedia a formação de uma grande organização de trabalhadores, na forma de uma central sindical” (CHAIA, 1992: 21).

Apesar dessa estrutura, o aprendizado do exercício associativo expôs os trabalhadores à acelerada modernização do Estado e das organizações industriais e, em contrapartida, colocou em tela a impossibilidade da ação livre dos operários e a falta de participação dos sindicatos nas esferas de decisões políticas e econômicas (MARTINS, 1979). É diante dessa situação paradoxal que o sindicalismo conseguiu angariar conhecimento acerca da relação capital-trabalho e percebeu a necessidade de instrumental racional moderno (dados estatísticos, avaliações etc.), já presente em variados níveis do Estado e dos empresários⁴⁷. Tal representação do patronato industrial mostrava, já na década de 1920, como o setor era atingido por padrões de racionalidade, senão antes, simultaneamente ao Estado.

Nos esquemas de racionalização do Estado estão presentes várias inovações sócio-políticas, entre as quais se apresenta inclusive a tendência - também observada em muitas outras áreas da política - de “cientificizar” a política social, de fazer participar decisivamente especialistas científicos no desenvolvimento e na avaliação de programas políticos. Tais especialistas científicos, motivados pela necessidade de conciliar as reivindicações institucionais, tinham por função reduzir a carga do sistema de decisões, evitando a possibilidade do aparecimento de conceitos contrários. Organizados em centros de pesquisas (*think tanks*), esses especialistas realizavam análises tanto no interior da classe empresarial, como no Estado (MICELI, 1989).

Pudemos notar a condução do processo de “cientificização” na esfera pública com a criação de instituições como o Departamento Estadual de Estatística⁴⁸

⁴⁶ Realizada por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

⁴⁷ Em âmbito municipal (São Paulo): Prefeitura Municipal e suas pesquisas, realizadas principalmente pelo Departamento de Estatística. Na esfera federal: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Já os empresários possuem o CIESP/FIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, fundado em 1928, posteriormente transformado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1931).

⁴⁸ Em 1950, o DEE foi substituído pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo – DEESP, posteriormente absorvido, em 1976, pela Coordenadoria de Análise de Dados – CAD, órgão então responsável também pela coordenação do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos, legalmente

(DEE/1938), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴⁹ (IBGE/1936) e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935). Já na classe empresarial, pudemos notar esse processo com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/1928), posteriormente transformado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/1931) (LEME: 1978).

3.1 Manipulação e ausência de informação

As manifestações e greves ocorridas no decorrer das décadas de 1920 e 1930 conduziram os trabalhadores a intuírem que a cooperação entre patrões e governo se fundamentava como elemento nuclear para obstar a quebra do monopólio da informação e a distorção de dados. Para se ter uma idéia da fragilidade dos índices oficiais do Município, basta ter em conta que a elaboração do índice do custo de vida era realizada a partir de uma avaliação acerca da situação do pessoal da limpeza pública. Segundo depoimento da economista Lenina Pomeranz,

(...) a amostra da Prefeitura era feita com os garis, a concepção técnica do índice do custo de vida era de que ele deveria retratar a elevação dos preços da família compreendida como a mais pobre⁵⁰.

Tal levantamento do índice do custo de vida, realizado pela Prefeitura de São Paulo – metodologia realizada a partir de 1939 –, servia para a elaboração da proposta patronal de aumento salarial. A divulgação do documento ocorria por meio de um

instituído no ano anterior. Em 1978, a Lei nº 1.866, de 4 de dezembro, criou a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, que em janeiro do ano seguinte teve seus estatutos aprovados pelo Decreto nº 13.161, ganhando assim existência jurídica e regras definidas de funcionamento. A origem da Fundação SEADE remonta ao final do século XIX, quando da criação, em março de 1892, da Repartição da Estatística e Arquivo do Estado. Em 1936, a Convenção Nacional de Estatística, retificada por todos os Estados brasileiros, estabeleceu a obrigatoriedade da publicação padronizada e regular de anuários estatísticos estaduais. Para articular e sistematizar a produção necessária criou-se em São Paulo o Departamento Estadual de Estatística (DEE). Em 1950, o DEE dá lugar ao Departamento de Estatística do Estado de São Paulo – DEESP, posteriormente absorvido em 1976 pela Coordenadoria de Análise de Dados – CAD, órgão então responsável também pela coordenação do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos, legalmente instituído no ano anterior. Em 1978, a Lei nº 1.866, de 4 de dezembro, criou a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, que em janeiro do ano seguinte teve seus estatutos aprovados pelo Decreto nº 13.161, ganhando assim existência jurídica e regras definidas de funcionamento. Informação obtida no sítio <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 20/03/2005.

⁴⁹ Tendo em vista ajustar o sistema estatístico-geográfico brasileiro, foi criada – pelo Decreto-Lei nº. 161, de 13 de fevereiro de 1967 –, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que veio a substituir o IBGE - autarquia (FUNDAÇÃO IBGE, 1971).

⁵⁰ Lenina Pomeranz, depoimento à autora (04/08/2006).

boletim interno – de restrita circulação (editado pelo Serviço de Documentação Social, vinculado ao Departamento de Cultura). Ademais, as informações eram prestadas somente às autoridades e à Justiça do Trabalho, mediante um ofício, não com o índice propriamente dito, mas somente com o cálculo do aumento do custo de vida referente a um dado período.

A partir da compreensão dessa realidade, a formulação escrita que expusesse o fato (a distorção dos valores) objetivamente, isto é, cálculo contra cálculo, racionalidade contra racionalidade, apresentou-se como imperativa: ter consciência da manipulação dos números não era o suficiente, ou seja, não bastava apenas conhecer, era necessário possuir subsídios sistematizados para argumentar e pressionar⁵¹ a classe patronal. De maneira que, a percepção da necessidade de um órgão de cunho técnico-científico da classe trabalhadora evidenciava-se a cada novo aumento salarial. Mas foi somente no decorrer da greve de 1953, também conhecida como a “Greve dos Trezentos Mil” que o descontentamento transformou-se em ação efetiva.

A greve reuniu – em um primeiro momento – cinco categorias, a saber: metalúrgicos, vidreiros, gráficos, carpinteiros e tecelões, e, na medida em que o processo se fortaleceu, outras categorias encamparam as manifestações. A confluência de politização sindical, idéia positiva sobre o intersindicalismo⁵² e uso do saber técnico possibilitaram a criação de um pacto permanente e abrangente à classe trabalhadora, o Pacto da União Intersindical (PUI), entidade horizontal que serviu como esfera de debates sobre as questões que afetavam o conjunto dos trabalhadores. Aliás, é válido sublinhar que o PUI também funcionava como idealizador e realizador de greves (MOISÉS, 1978).

Embora o saldo da “Greve dos Trezentos Mil” tenha sido positivo, havendo ao final das negociações o ganho de causa dos grevistas (concessão de um aumento salarial

⁵¹ Ainda anterior à fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, a busca pelo “cálculo da realidade” da classe trabalhadora já está posta. No final da década de 1940 o Sindicato dos Bancários (fundado em 1923) montou uma comissão interna para fazer o levantamento do custo de vida, a fim de auxiliar no processo de negociação do reajuste salarial da categoria. Inicialmente, o profissional chamado foi um contador, mas em 1951, um economista assumiu a comissão.

⁵² Inúmeras estruturas paralelas nascem no final da década de 1940, muitas efêmeras, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que causou tensão na estrutura sindical corporativa, ganhando significado por tentar a unificação da luta sindical e concretizando o início de uma estrutura sindical paralela, permitindo avanços dos trabalhadores à medida que, mesmo com dificuldades, criou um canal organizado, expressando as demandas de classe e incorporando práticas espontâneas operárias (MOISÉS, 1978).

de 32%)⁵³, persistiam o descontentamento e a desconfiança dos dirigentes sindicais em relação aos dados estatísticos publicados pelo governo. Essa insatisfação alimentava a proposta dos sindicalistas do PUI para a criação de um departamento de estatística sindical, ou melhor, intersindical, que conseguisse formular um indicador do custo de vida, sempre ascendente em uma “espiral inflacionária” (CHAIA, 1988).

Neste sentido, o embrião para a formulação de um centro produtor de dados para a reivindicação salarial, como viria a ser o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, está relacionado à situação de monopólio e manipulação da informação praticada pelo Estado⁵⁴. De certa maneira, podemos colocar que, contrariamente à tradição da associação dos homens do saber à administração do Estado, o DIEESE inscreve-se na tendência classista que beneficia as práticas institucionais das classes subalternas. De tal forma que o contraponto à tecnocracia é engendrado pelo grupo de intelectuais alojados no Departamento e que intencionam pôr a nu o embate entre a decisão tecnocrática (governamental e patronal) e a informação estatística da entidade.

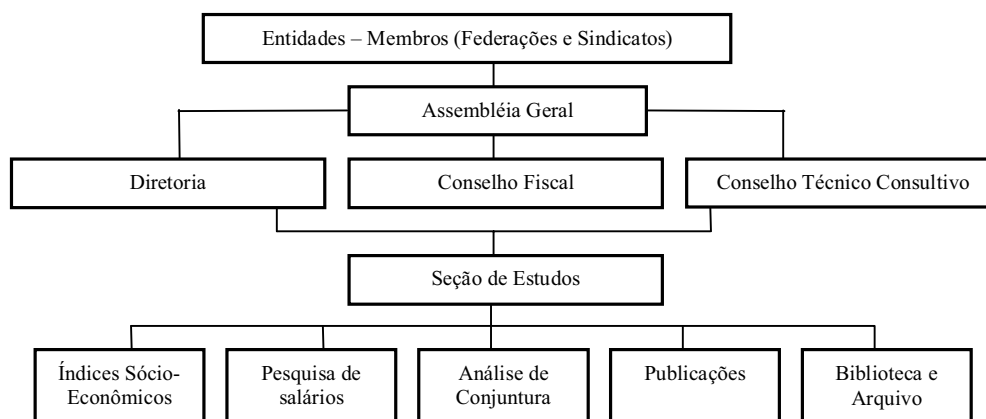
3.2 Primeiras atividades

Compreendendo esse contexto, em 22 de dezembro de 1955, por iniciativa de 21 Sindicatos de São Paulo/Capital, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos⁵⁵ foi instituído. O quadro técnico⁵⁶ foi formado primeiramente por

⁵³ No transcorrer da greve, o Estado foi incumbido de servir como mediador do conflito, apesar da Carta de 1946 informar que a função do Estado era a de reprimir movimentos desse tipo. No limite, essa intervenção estatal possibilita perceber a fragilidade da classe patronal diante do intersindicalismo e, em relação aos sindicatos desenha um novo palco de atuação: a ação comum, isto é, a valorização da idéia de horizontalização da estrutura sindical.

⁵⁵ A Assembléia Geral de 23 de janeiro de 1956 elegeu a primeira Diretoria, com mandato de dois anos, assim constituída: Salvador Romano Losacco, José de Freitas Nobre, Luiz Tenório de Lima, Alberto Augusto Ferreira, Nivaldo Fonseca, Gabriel Greco e José de Araújo Plácido; suplentes: Lauro Porta, Sebastião Alves de Aguiar, Cneu Dantas, Pedro Gilardi Filho, José Antonio Ribeiro, Antonio Vieira e Antonio Dozo. O Conselho Fiscal foi formado pelos seguintes nomes: Emigdio Mammocci, Carlos Lamacchia e Salvador Rodrigues; suplentes: Silvío Moreira Pinto, Nestor da Silva e Joaquim Tavares. Em 1958 foi procedida nova eleição da Diretoria, assim constituída: Remo Forli, Carlos Lamacchia, Alberto Augusto Ferreira, Luiz Tenório de Lima, Urbano França, Salvador Rodrigues e José Molenídio; suplentes: Silvestre Bozzo, José Rodrigues, Remigio Perotti, Joaquim Tavares e Antonio Moreno. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Artur Avalone, Emigdio Mammocci e Armando Cuencas Dias; suplentes: Antonio Durval, Orlando Scala Viana e Pedro Gilardi Filho. A última diretoria (1960-1962) a que a presente dissertação faz referência foi composta por Remo Forli, Domingues Alvarez e Inácio Picaso; suplentes: Onofre José Ferreira, Luiz Tenório de Lima, Floriano Francisco Dezen, Joaquim Tavares, Darcy Gatto e Emigdio Mammocci. Conselho Fiscal: Lourival Portal da Silva, Savério Teófilo e José

José Albertino Rodrigues (1956-1962) e Lenina Pomeranz (1962-1963⁵⁷). Na presidência, o Departamento contou com: Salvador Romano Losacco (Sindicato dos Bancários/1956-1958) e Remo Forli (Sindicato dos Metalúrgicos/1958-1962). A composição do Departamento pode ser representada pelo seguinte organograma⁵⁸:



A primeira pesquisa do Departamento foi encomendada a um contador, cuja tarefa era a de realizar o levantamento do índice do custo de vida. Contudo, o puro exercício da racionalidade burocrática se mostrou insuficiente e ineficaz para servir de instrumento na luta salarial com a classe patronal. Somente após o fracasso⁵⁹ da

Xavier dos Santos; suplentes: José Chediak, Timóteo Spinola e José Molenídio (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 40.).

⁵⁶ Lançamos mão do vocábulo “técnico” porque este é o termo administrativo utilizado pelo DIEESE para definir o intelectual abrigado na instituição, conforme Chaia (1988; 1992). Ou, como explana Martins (05/10/2006) “... porque o serviço que esse intelectual presta, o intelectual que trabalha no Dieese... é um serviço técnico, ele tem um conhecimento científico, mas ele tem que transformar... e essa é uma dificuldade muito grande pra gente, porque todas as questões que se colocam são questões práticas... que pressupõem uma intervenção. E a gente, na universidade, não tem esse tipo de informação. O conhecimento científico é essencialmente o conhecimento que alia evidentemente teoria e pesquisa, não é? Mas você não se preocupa muitas vezes com a aplicação desse conhecimento. E o DIEESE é aplicação desse conhecimento e que assume uma feição técnica. É a mesma relação, eu diria, de uma ciência e uma tecnologia.”

⁵⁷ As datas dispostas a respeito da vigência dos quadros diretores (técnicos e sindicalistas) servem somente à temporalidade que o presente texto abarca, isto é, 1960-1962. Em 1963 o DIEESE foi parcialmente fechado em vista da instabilidade política, voltando a publicar somente em 1966 (“Balanço Trabalhista Sindical do ano de 1965”).

⁵⁸ Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 41.

⁵⁹ Apesar de se utilizar de modelos de questionários já existentes, a pesquisa sobre o índice do custo de vida na cidade de São Paulo, produzida pelo contador, apresentou-se falha por não fazer constar cadernetas adicionais (para os inquiridos), e pela ausência de itens básicos como feijão e manteiga. Segundo depoimento de José Albertino Rodrigues a Miguel Chaia (1992: 59), o problema foi provocado pela falta de conhecimento sistematizado e recursos técnicos.

pesquisa é que José Albertino Rodrigues passou a compor o quadro técnico⁶⁰ da instituição. Sua escolha decorreu do trabalho que realizava como auxiliar do professor Azis Simão, na Cadeira de Sociologia II da USP (MARTINS, 05/10/2006; POMERANZ, 04/08/2006).

Segundo Miguel Chaia, a ida de Albertino Rodrigues para o Departamento Intersindical indica uma certa quebra com a lógica de atuação que vigorava entre os cientistas da FFCL, isto é, demonstra o grau de consciência política do agente técnico devido a sua experiência partidária⁶¹ e acadêmica, mas, acima de tudo, revela a existência de um programa a ser cumprido em benefício da classe trabalhadora (*ida ao povo*), assinalando a percepção da necessidade ou da exigência de uma organização permanente e estável, que tivesse continuidade temporal, característica tanto de uma organização partidária, quanto universitária (CHAIA, 1992: 58).

O mote para a participação de cientistas sociais na criação do DIEESE está fincado no paradigma da superação dos limites da universidade e na perspectiva de aplicação do conhecimento. É importante pontuar que durante a década de 1950 novas concepções de trabalho intelectual foram forjadas, colocando à reflexão o papel social do sociólogo, o qual não mais poderia restringir-se às ocupações clássicas de gabinete, posto que em uma sociedade subdesenvolvida a ciência deveria intervir ativamente para assegurar as condições de reprodução do progresso (FERNANDES, 1963).

Em 1956, quando da preparação da campanha salarial de 1957, o Sindicato dos Bancários recorreu ao Departamento Intersindical para operacionalizar a campanha. Sendo que as falhas técnicas do levantamento do custo de vida (realizado pelo contador) inviabilizavam o uso do estudo, Albertino Rodrigues contatou o Departamento de Estatística do Estado de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o intuito de reunir material para um levantamento de preços nas capitais. Pela

⁶⁰ Em 1956, Florestan Fernandes, Azis Simão e Fernando de Azevedo (estes últimos professores da Cadeira de Sociologia II da USP) integraram o Conselho Técnico Consultivo do DIEESE (CHAIA, 1988). Apesar da brevidade de sua existência e de seu caráter apenas formal, a criação desse Conselho já nos sugere uma preocupação com a postura do sociólogo como intelectual participante. Segundo Boas, um dos temas mais debatidos pela sociologia é o ofício do sociólogo numa sociedade em mudanças. Para a autora, os sociólogos passaram a se considerar atores das mudanças sociais. Deixando de assistir o espetáculo das transformações para nele atuar: “o engajamento político e intelectual dos sociólogos serve, em grande medida, para legitimar a Sociologia como um saber válido” (1997: 6).

⁶¹ Conforme depoimento de Lenina Pomeranz, José Albertino Rodrigues possuía afinidades com a esquerda brasileira, especialmente com o Partido Comunista Brasileiro, no qual a economista militava antes de entrar para o Departamento. Como sugere o depoimento de Pomeranz: “Acho que o Albertino me chamou porque eu era da esquerda na Escola, eu e o Paulo Singer. Porque naquela época só havia dois caras de esquerda, éramos nós, em 1957” (*idem*).

dificuldade da ponderação⁶², o trabalho de Albertino Rodrigues concentrava-se em calcular uma média estatística de preços de diferentes produtos alimentícios e alguns não alimentícios, mas ainda não abrangia todo o orçamento doméstico. Este primeiro estudo⁶³ do DIEESE concluiu por um parâmetro de aumento em torno de 46% (nos preços de 1955 para 1956). E foi com esse percentual que os sindicalistas se lançaram na campanha salarial em São Paulo. Com o percentual em mãos, a categoria bancária (paulistas e cariocas) recorreu ao vice-presidente de Juscelino Kubitschek, João Goulart, que, por sua vez, requisitou de José Parsifal Barroso (Ministro do Trabalho) uma certidão no processo de dissídio coletivo. Consequentemente os banqueiros foram forçados a conceder o aumento requerido. A partir do ganho dos bancários, outras categorias recorreram ao Tribunal do Trabalho que, comparando o cálculo do Departamento Intersindical e tomando por base a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho, concedeu o aumento reivindicado.

Um dos elementos marcantes desse novo cenário surge no Plano de Estabilização Monetária (1957, governo JK). O DIEESE, por intermédio do PUI, recebeu o Plano para avaliação. Após análise, Juscelino recebeu os técnicos do DIEESE: “entregamos o documento e denunciemos a ortodoxia monetarista. Nós denunciávamos justamente isso: que o Plano estabilizava não os preços, estabilizava os salários. Denunciamos a distorção” (cf. José A. Rodrigues, CHAIA, 1992: 62). Esse trecho do depoimento de José Albertino Rodrigues expõe o embate político-econômico praticado no organismo intersindical produtor de informação: o cientista social do Departamento, ao mediar ciência e trabalho, realiza uma “ida ao povo”, promovendo a intervenção social pelas mãos da intelectualidade.

A partir da entrada de Remo Forli (gestão de 1958⁶⁴ a 1962) na presidência do DIEESE, a estrutura do Departamento melhora, ocorrendo a transferência da sede, que antes funcionava em uma sala no Edifício Martinelli, cedida pelo Sindicato dos Bancários (do qual Salvador Losacco também era presidente), para a o Sindicato dos

⁶² Utilizamos o termo ponderação de acordo com a explicação da economista Lenina Pomeranz (04/08/2006): “Consideremos uma coleção formada por “n” números racionais: $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$, de forma que cada um esteja sujeito a um peso. O peso é sinônimo de ponderação, respectivamente indicado por: $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n$. A média aritmética ponderada desses “n” números é a soma dos produtos de cada um por seu peso, dividida por “n”, isto é: $(x_1p_1 + x_2p_2 + x_3p_3 + \dots + x_np_n) / p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n$. A idéia é que você forneça ao elemento a proporção que ele realmente tem na sua equação”.

⁶³ Apenas em 1960 foi publicado o processo de elaboração do índice e os critérios de ponderação. (Boletim do DIEESE, ano I, nº. 1, maio de 1960)

⁶⁴ Neste ano, o DIEESE foi declarado serviço de utilidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo através da Lei nº4.968.

Metalúrgicos, do qual Forli era presidente. Além da nova acomodação, Forli providenciou equipamentos e a contratação de Lenina Pomeranz (ainda estudante de economia da USP), para resolver as questões do ponto de vista estatístico. Montado em um novo esquema estrutural, o DIEESE adquiriu sistematização para reforçar as atividades que realizava desde 1956, e a nova administração também decidiu buscar as contribuições atrasadas dos filiados, a fim de garantir o desenvolvimento e a expansão do Departamento⁶⁵.

3.3 Ação sindical e conhecimento técnico-científico

O processo de transformação na estrutura produtiva da indústria paulista representa, por um lado, a modernização do aparato tecnológico industrial e, por outro, a busca por padrões de racionalidade a fim de maximizar a lucratividade e fundamentar a argumentação racional, relacionada à problemática da “conciabilidade” de reivindicações institucionalizadas com os meios disponíveis para a sua satisfação (OFFE & WIESENTHAL, 1984: 56). Nesse processo de cientificização corroborava a tese de “demora cultural” ou hiato (*cultural lag*), que define as resistências culturais e de informação como o principal obstáculo ao desenvolvimento. Conforme análise de Florestan Fernandes, os

[...] países subdesenvolvidos procuram no conhecimento científico e tecnológico a chave para romper com a perpetuação indefinida de padrões de existência, representados socialmente como anacrônicos, iníquos e indesejáveis. Aquilo que os “países adiantados” conquistaram mediante longos e penosos processos histórico-sociais, eles pretendem alcançar através da transplantação rápida e intensiva das técnicas modernas de pensamento ou de ação (1963: 79).

Dessa forma, na ausência dos ideais burgueses clássicos, a burguesia conta com um Estado que cria uma base técnica autoritária para ordenar a sociedade (FERNANDES, 1963). De tal maneira, o *modus operandi* do capitalismo brasileiro apresenta-se em torno de uma burguesia que não se constitui em paladina da civilização ou defensora da democracia, pressupondo, assim, uma selvageria expressa pela espoliação e excesso do lucro, bem como uma aliança do capital com o Estado, articulados para o uso do trabalho (CARDOSO, 1972; CHAIA, 1992; 1988).

⁶⁵ Lenina Pomeranz (04/08/2006).

Nesse sentido, o emprego de estratégias de conflito serve não apenas para que sejam agregados recursos individuais dos membros da associação, mas também para a articulação dos interesses comuns de tais indivíduos em detrimento dos demais, superando a individualidade desses recursos e interesses, definindo uma identidade coletiva que comporte uma mudança nas relações de poder, ou seja, as relações de poder existentes não mais seriam autodeterminadas a partir do emprego de estratégias de conflito por parte dos dirigentes sindicais.

Quanto à burguesia brasileira, mesmo subsidiada por um Estado que se utiliza de inovações racionais para a manutenção do poder, pode-se dizer que ela foi incapaz de criar bases que permitissem equilibrar institucionalmente a relação capital-trabalho (FERNANDES, 1976). Como consequência, a articulação capital-Estado desequilibra a relação empresário-trabalhador tornando possível não só a redução do espaço político dos trabalhadores, mas a manipulação de informações e, principalmente, o arrocho salarial. O acento de Vianna sobre a burguesia brasileira também não se distancia dessa visão. Vejamos:

A ordem burguesa daí resultante se constitui em assimetria moderna na economia e atrasada política e ideologicamente, não contemporânea de si mesma, recorrendo ao passado e ao pragmatismo instrumental – quando não ao puro arbítrio – para articular mecanismos de controle social e de meios de intervenção do Estado sobre a sociedade (VIANNA, 1986: 179).

Dessa forma, ao se considerar o conjunto do sindicalismo, o DIEESE emerge como parte da estratégia sindical, arranhando os limites impostos pelo sindicalismo oficial (leia-se sob intervenção estatal) e pela classe patronal. O Departamento, por ser intersindical, representa a resposta do sindicalismo crítico à proibição da união⁶⁶ relativa aos interesses comuns dos trabalhadores. De maneira que o Departamento Intersindical surge como necessidade de integração dos sindicatos para enfrentar novos temas e fatos que emergem na relação do trabalhador com a sociedade, colocando-se como a expressão da formulação de uma nova ação necessária aos trabalhadores assalariados, criando e gerindo suas ações em face dos patrões e do Estado. O Departamento Intersindical cria, enfim, um determinado espaço autônomo no interior de um setor controlado pelo Estado e, conseqüentemente, pelos patrões.

⁶⁶ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943) vetava a constituição de união intercategoriais e formação de centrais sindicais, fato esse revertido apenas a partir da Carta de 1988.

3.4 Produção sociológica

Nos arquivos do DIEESE há um documento⁶⁷, enviado a Eurypedes Aires de Castro⁶⁸, que esclarece tanto o compromisso do Departamento Intersindical quanto a dimensão política da relação entre as atividades dos intelectuais com a classe trabalhadora: o corpo técnico necessita identificar-se com a luta dos trabalhadores, devendo ainda estar imbuído do espírito sindical, a fim de que mereça a confiança dos trabalhadores e dos sindicatos.

A percepção da direção-técnica sobre a necessidade de divulgar seus trabalhos e expor sua metodologia levou, ainda na gestão de Remo Forli, ao surgimento do mensário “Boletim do DIEESE⁶⁹” (maio/1960 a agosto/1961), que apresentava o índice do custo de vida⁷⁰ da classe trabalhadora de São Paulo segundo itens de despesa e divulgava análises de Congressos Sindicais, problemas habitacionais, questão do salário profissional, artigos sobre a participação da mão de obra no desenvolvimento industrial no Brasil, política salarial e econômica no Brasil, organização sindical etc.

Em 1961, em substituição aos “Boletins” surge a Revista de Estudos Sócio-Econômicos (RESE publicada de setembro/1961 a maio/1963, com periodicidade irregular), que trazia artigos assinados por diversos intelectuais⁷¹, relacionados à sociologia industrial e do trabalho, legislação trabalhista, índices sócio-econômicos, notícias sindicais, resenhas, acordos salariais, entre outros temas.

⁶⁷ Documento de 1959 (Remo Forli na presidência do DIEESE).

⁶⁸ Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico – RJ.

⁶⁹ Durante a edição do Boletim o quadro diretor permaneceu inalterado, isto é, Remo Forli como Diretor-Responsável, Artur Avalone no cargo de Diretor-Secretário e, por fim José Albertino Rodrigues como Diretor-Técnico.

⁷⁰ Ao colocar em foco a necessidade da publicação do Índice do Custo de Vida, reconhece-se que o índice serviria de instrumento de controle sobre trabalhos semelhantes, “feitos por entidades oficiais ou oficiosas, que, em várias oportunidades se omitiram e tergiversaram sobre a exata realidade de um problema tão sério como este”, isto é, o custo de vida da classe laboral (Boletim do DIEESE, Ano 1, setembro de 1960, nº 05, p. 4).

⁷¹ Os artigos foram assinados pelos seguintes intelectuais: Azis Simão, José Albertino Rodrigues, Rio Branco Paranhos, Manoel Rocha Carvalheiro, Lenina Pomeranz, Mário Carvalho de Jesus, José Serson, Luiz Roberto de R. Puech, João Lyra Madeira, Paul Singer, Vinicius Ferraz Torres, Armando de Oliveira Assis, Walter Paul Krause, Armando Martins de Azevedo, F. L. Torres de Oliveira, Osvaldo Iório, Perseu Abramo, Petrônio M. Guimarães e Everardo Dias.

3.5 “Boletim do DIEESE⁷²”

Não conseguimos, infelizmente, encontrar o primeiro Boletim do DIEESE (Maio/1960) em sua versão integral⁷³. Todavia, nos é possível apontar a abertura do número, onde são apresentadas a finalidade da instituição e os objetivos do mensário:

[...] O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, fundado em fins de dezembro de 1955, constituiu um órgão técnico mantido pelos Sindicatos de Trabalhadores paulistas, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas sobre problemas da classe trabalhadora. Representa, pois, uma inovação dentro do movimento sindical brasileiro, no sentido de uma tomada de consciência de que a situação do trabalhador e as condições de trabalho acham-se enquadradas num conjunto de fatores nacionais, e de que o conhecimento de uma e outra deve ser feito mediante a utilização de métodos modernos elaborados – pelas ciências sociais (Boletim do DIEESE, Ano 1, maio de 1960, nº 01, p. 1).

A primeira pesquisa realizada pelo Departamento foi a elaboração de um instrumento capaz de mensurar a carestia de vida do trabalhador, isto é, um índice que medisse o custo de vida, expondo as alterações nos preços dos artigos para a subsistência do trabalhador e sua família. Os elementos que compõem o Índice de Custo de Vida estão representados em dez itens básicos de despesa. O primeiro item, Alimentação, possui os seguintes subitens: cereais, massas e farinhas; leite e derivados; carnes e derivados; gorduras e condimentos; artigos de sobremesa; peixes; frutas; bebidas; e diversos. Os itens seguintes são: Habitação, Vestuário (subitens: roupas para criança, roupas para homens e roupas para mulheres), Artigos de cama e mesa, Saúde, Limpeza Doméstica, Móveis e Utensílios Domésticos, Transporte, Higiene pessoal, Educação e Cultura, Recreação e Fumo.

⁷² O “Boletim do DIEESE” está registrado no Cartório do Primeiro Ofício, sob o número 1617.

⁷³ A primeira coleta de material foi realizada no próprio do Departamento. No entanto, devido às mudanças de sede e, possivelmente, ao regime de exceção inaugurado com o Golpe Militar de 1964 alguns documentos foram perdidos. Contudo, graças à entrevista realizada em 04/08/2006 com a Profa. Dra. Lenina Pomeranz (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP) tomamos conhecimento de que a professora havia doado o material ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Ao visitarmos o Centro, soubemos que o material havia sido – novamente – doado, desta vez à biblioteca do IFCH-UNICAMP (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Entretanto, nossa visita ao Instituto mostrou-se infrutífera, pois as mesmas páginas que faltavam ao exemplar coletado no DIEESE, faltavam no Boletim que se encontrava no IFCH. Esperamos, todavia, que nossa análise não sofra graves deficiências em função da circunstância observada. É importante salientar que apenas o primeiro número possui a carência anotada.

Processo de Elaboração do Índice do Custo de Vida

Ao analisarmos a literatura microeconômica sobre a elaboração de “números-índices”, podemos apontar que um índice do custo de vida é definido pelo conjunto de despesas mínimas necessárias (bens e serviços de consumo familiar) que permitem ao consumidor atingir um grau de estabilidade econômico-financeira. Esse conjunto de despesas mínimas deve ser igual ao montante do rendimento destinado ao consumo e que, com a elevação dos preços (devido ao processo inflacionário), necessita ser ajustado para que o consumidor se encontre na mesma situação anterior à alteração dos preços. Este montante depende não somente das preferências dos consumidores, mas também, do nível inicial de rendimento de suas despesas. De maneira que, o Índice de Preços ao Consumidor é uma aproximação do Índice do Custo de Vida⁷⁴. Portanto, a elaboração do ICV prescinde de um levantamento de preços dos insumos que abrangem o orçamento doméstico de uma família-padrão.

Para se formular um índice do custo de vida, deve-se observar que a aquisição e utilização de uma cesta de bens e serviços correspondem a dois elementos: a restrição orçamentária da família e a satisfação direta das necessidades de consumo da mesma. Da conjunção desses elementos é realizado o cálculo de quanto do montante do salário é necessário para cobrir as despesas da família. De modo geral, podemos afirmar que a finalidade de um índice do custo de vida é medir as mudanças ao longo do tempo no nível de preços de uma cesta de bens e serviços que uma determinada população adquire mensalmente (IBGE: 2005).

A ponderação adotada para a estrutura do Índice do Custo de Vida da classe trabalhadora, na cidade de São Paulo, foi obtida a partir da pesquisa⁷⁵ realizada pelo Departamento em outubro de 1958 (ano-base). Abaixo estão expostos os principais pontos da pesquisa:

⁷⁴ A partir deste ponto utilizaremos, em alguns momentos, a abreviatura do Índice do Custo de Vida, ou seja, ICV.

⁷⁵ A pesquisa contou com a colaboração de estudantes de Ciências Sociais da FFCL-USP.

Quadro I* : Pesquisa do Custo de Vida da Classe Trabalhadora - Família Padrão

Itens	1ª Pesquisa
Período de abrangência	Outubro de 1958
Denominação	Pesquisa do Custo de Vida da Classe Trabalhadora - Família Padrão
Amostra e abrangência geográfica	104 famílias de trabalhadores associados aos sindicatos filiados ao DIEESE, no município de São Paulo. Família padrão : casal mais três filhos menores de 14 anos, moradores de casa alugada e que vivem quase exclusivamente do salário do chefe da família
Instrumental de coleta das informações	1ª fase - questionários para o levantamento da composição familiar, renda e condição de moradia, cujos dados resultaram na definição da família padrão 2ª fase - questionário mais minucioso e cadernetas para anotação diária de todas as despesas efetuadas pelas famílias durante um mês
Renda	Renda média do chefe de família Orçamento médio familiar
Definição da estrutura orçamentária do índice	Estrutura única baseada nos gastos do total das famílias
Período e coleta de preços	Pesquisa mensal dos preços dos bens e serviços , do 1º ao último dia do mês. Tarifas dos serviços públicos através de informações oficiais e valores dos aluguéis pela oferta de locação nos jornais, nos diversos bairros operários (casas de 1, 2 ou 3 cômodos).
Número de bens e serviços incluídos no índice	155 bens e serviços
Abrangência geográfica do índice	Município de São Paulo
Base da série do ICV	Base: 1958 = 100 (até dezembro de 1970)
Método de cálculo	Fórmula de Laspeyres ⁷⁶

*Fonte: <http://www.DIEESE.org.br/pof/pof.xml#C2>

Conforme mencionamos acima, o índice do custo de vida representa a razão do custo de uma cesta básica de bens e serviços em relação ao custo dessa mesma cesta durante um período-base. O índice de preços de Laspeyres representa a razão entre a quantidade de dinheiro que um indivíduo necessita para adquirir, a preços correntes, uma cesta de bens e serviços escolhida no ano-base e o custo para comprá-la a preços deste mesmo ano-base. É importante salientar que os índices de preços baseiam-se nas aquisições por parte dos consumidores, e não em suas preferências. Ou seja, o Índice de

$$76 \frac{\sum_i p_{i,t} \cdot q_{i,0}}{\sum_i p_{i,0} \cdot q_{i,0}}$$

O índice de Laspeyres pondera preços (p) de insumos (i) em duas épocas, inicial (0) e atual (t), tomando como pesos quantidades (q) arbitradas para estes insumos na época inicial. A ilustração da fórmula foi obtida no seguinte sítio: (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/indice.shtm>).

Laspeyres utiliza uma cesta de consumo fixa no período-base, esse índice de preços procura responder à seguinte questão: de quanto dinheiro a preços correntes um indivíduo necessita para comprar uma cesta de bens e serviços escolhida no ano base, dividido pelo custo de aquisição da mesma cesta a preços do ano-base? (HOFFMAN, 2002).

A crítica que se faz à utilização do índice de preços de Laspeyres está assentada na idéia de que o índice superestima o montante necessário para compensar os indivíduos das elevações dos preços, ou, em outras palavras, o índice de preços de Laspeyres baseia-se na premissa de que os consumidores não alteram seus padrões de consumo após uma mudança nos preços. Todavia, os consumidores podem obter o mesmo nível de utilidade sem ter de adquirir a mesma cesta que adquiriram antes da mudança nos preços, aumentando o consumo de bens agora relativamente mais baratos, e diminuindo o consumo dos bens agora relativamente mais caros, isto é, o índice não leva em consideração o comportamento do consumidor (PINDICK, 1999).

Outra crítica em relação à metodologia é referente à escolha do ano-base ao invés do ano corrente (como, o Índice de Paasche, por exemplo), isto é, a razão entre a quantidade de dinheiro que um indivíduo precisa para comprar, a preços correntes, uma cesta de bens e serviços no próprio ano corrente e o custo de comprá-la a preços do ano-base (PINDICK: 1999).

Realizadas as pontuações acima sobre a metodologia da construção de um índice de preços, apresentamos como foi formulada⁷⁷ a construção do índice pelo DIEESE: Inicialmente procedeu-se a escolha da “família-padrão”, selecionando através de um questionário-piloto distribuído às famílias⁷⁸ constituídas por casal e três filhos com idades inferiores a 14 anos, morando em residência alugada e vivendo quase que exclusivamente da renda proporcionada pelo chefe de família. Após a distribuição de 12.000 questionários foram eleitos 104 para análise particular, isto é, visita às moradias para o preenchimento de um questionário mais específico sobre os hábitos de consumo da família e a entrega de uma caderneta para anotação das despesas diárias no período de um mês (período considerado mais sensível às flutuações dos preços). A elaboração definitiva dos itens discriminados ocorreu somente após as pesquisas de mercado, a fim

⁷⁷ Já considerando que o processo de elaboração do índice do custo de vida exige previamente a consecução das seguintes etapas: a) escolha de uma amostra, isto é, escolher os produtos a serem considerados; b) escolha do ano-base; e c) escolha do método de cálculo (no caso, fórmula de Laspeyres).

⁷⁸ Os questionários foram distribuídos às famílias que tinham operários associados a sindicatos filiados ao DIEESE.

de verificar os tipos e as marcas específicas dos artigos de maior consumo. As coletas⁷⁹ de preços foram realizadas em feiras livres, açougues, quitandas, farmácias, papelarias e mercearias obtidas em diferentes bairros da cidade de São Paulo⁸⁰, como Lapa, Brás, Belém, Vila Mariana, Ipiranga, Liberdade, Santana e Centro (Sé).

Em relação ao item Habitação, os dados (combustível, água e luz) foram obtidos por meio de instituições oficiais informantes, ou seja, anúncios de ofertas de locação dos imóveis (de 1, 2 e 3 cômodos) em periódicos diários, especialmente o “Diário Popular”.

Enfim, o ICV procura assinalar os diversos aspectos constituintes da realidade social da classe trabalhadora, apontando os aumentos verificados em quaisquer artigos de consumo geral, possibilitando a percepção da escalada de preços. Ademais, indica os setores de gastos em que o impacto dos preços é mais contundente, localizando os setores em que o problema dos preços tenha mais ingerência no orçamento do trabalhador.

Composição das organizações sindicais

O segundo número do Boletim apresenta um projeto de estudo sobre a composição das organizações sindicais do Estado de São Paulo (ver Quadro I e II). A proposta da pesquisa é tomar como objeto de estudo os participantes do 11º Congresso⁸¹ Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo⁸², para, desse extrato, realizar uma verificação da estrutura sindical vigente (idades, salários, categorias profissionais etc.). Para tanto, o Departamento distribuiu a todos os participantes⁸³ do Congresso, um

⁷⁹ As coletas de preços foram feitas de maneira indireta, isto é, sem a apresentação do questionário após a observação da tendência apresentada por alguns comerciantes em distorcer os preços dos produtos por eles comercializados.

⁸⁰ Posteriormente, o DIEESE organizou uma classificação dos bairros de São Paulo por zonas, a fim de conhecer mais profundamente as especificidades de cada região. Ainda neste capítulo apresentaremos o estudo “Classificação Ecológica”, presente no terceiro número do Boletim.

⁸¹ Neste mesmo Congresso, a equipe do DIEESE apresentou um interessante parecer sobre o “salário profissional”. No item “Salários” deste capítulo procuramos apresentar os principais pontos da tese.

⁸² Evento promovido pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

⁸³ De acordo com a Comissão executiva do Congresso, foram credenciados 1293 membros: 764 são de São Paulo – Capital, representando 49 sindicatos, 2 associações profissionais e 1 União; 448 delegados do interior do Estado de São Paulo, representando 124 sindicatos, 5 associações profissionais e 1 União; e ainda 81 delegados, representando 2 federações estaduais.

questionário, e embora não tenha ocorrido a devolução da totalidade dos mesmos⁸⁴, pôde-se chegar a um esboço da situação⁸⁵, o qual apresentamos abaixo:

Quadro I*: Categorias Profissionais dos Participantes

Setores	Diretores	Delegados	Nº	%	%
Indústrias	189	193	382		70,5
Têxtil	27	53	80	20,9	
Construção e Mobiliário	29	27	56	14,7	
Metalúrgica, Mecânica E Material Elétrico	22	33	55	14,4	
Química/Farmacêutica	27	27	54	14,1	
Alimentação	22	21	43	11,3	
Vestuário	28	7	35	9,2	
Gráfica	11	11	22	5,6	
Papel, Papelão e Cortiça	10	6	16	4,2	
Vidro/Cerâmica de Louça	7	3	10	2,7	
Brinquedos	-	5	5	1,3	
Borracha	3	-	3	0,8	
Cimento	3	-	3	0,8	
Transportes	33	40	73		13,5
Serviços	22	11	33		6,1
Comércio	15	12	27		5
Estiva	6	9	15		2,7
Bancos	5	1	6		1,1
Agricultura	1	3	4		0,7
Profissões liberais (incluindo jornalistas)	2	-	2		0,4
Totais	273	269	542	100	100

⁸⁴ 41,9% dos questionários foram devolvidos.

⁸⁵ Parcela das conclusões a que o Departamento atingiu foram apresentadas no número subsequente.

Quadro II**: Função/Cargo dos Participantes

Distribuição por função dos congressistas	Capital	Interior	Estado de São Paulo
I – Dirigentes sindicais	101	172	273
1. Diretores	71	152	223
a) ligados à produção ⁸⁶	47	110	157
b) desligados da produção ⁸⁷	23	39	62
c) não-declarados	1	3	4
2. Suplentes	30	17	47
3. Cargos não-declarados	-	3	3
II – Delegados	140	129	269
Totais	241	301	542

* Fonte: Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 2, junho de 1960, p. 5.

**Fonte: Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 2, junho de 1960, p. 3.

Dos quadros apresentados acima podemos verificar que a participação efetiva não representa a maioria da força de trabalho. Por exemplo, o Congresso conta com a participação de trabalhadores da indústria (70,5%), mas, na composição da força de trabalho do Estado de São Paulo esse grupo representa 33%⁸⁸. O inverso também está colocado: os trabalhadores agrícolas correspondem a 47% da força de trabalho, mas no Congresso sua expressividade é mínima: 0,7%⁸⁹. A partir dessa constatação o Boletim indica que o índice de sindicalização é maior entre o pessoal da indústria em função da ausência de sindicatos de trabalhadores rurais, a baixa sindicalização no meio rural será uma temática constante nas publicações do Departamento como veremos à frente. O mesmo pode ser auferido aos empregados em serviços domésticos. Contudo, embora não tenha sido anotada a presença desses trabalhadores no Congresso, o Censo de 1950 do IBGE apontava a existência de 144.137 trabalhadores pertencentes a essa categoria.

“O operário e a questão agrária”

Durante a década de 1960 foram articuladas inúmeras considerações sobre a temática agrária no interior da reflexão sociológica brasileira. O Boletim nº 3 é expressivo dessa tendência. O número em questão apresenta a compreensão de que a

⁸⁶ Embora exerçam o mandato sindical, não deixaram de desempenhar suas funções na empresa.

⁸⁷ Sindicalistas profissionais: Afastaram-se das funções na empresa para exercer o mandato sindical (recebendo da entidade os mesmos vencimentos a que tinham direito na empresa).

⁸⁸ Boletim do DIEESE, Ano 1, junho de 1960, nº 02, p. 5.

⁸⁹ *Ibidem*, p.5.

contradição básica de uma economia “insuficientemente desenvolvida” provocou o discurso acerca dos processos decorrentes de políticas coloniais, como as que o Brasil foi submetido. Tais políticas retrógradas, segundo o editorial, de certa maneira ainda ressoavam e não somente no campo: “[a questão agrária] não é o problema específico do camponês ou do fazendeiro, é um problema que interessa a toda Nação” (1), pois ela atingia o operário, uma vez que este havia participado do êxodo rural e mantinha, ainda, “ligações pessoais com a vida no campo” (11). Ainda segundo o editorial, a fragilidade apresentada no setor de sindicalização agrícola (Quadro II) atravancava tanto o processo de modernização como o de expressão de cidadania.

O Boletim nº 3 ainda apresenta um estudo para a formulação do item Habitação. Conforme já mencionamos, a equipe do DIEESE acompanhava a oferta de imóveis nos anúncios publicados no “Diário Popular”. A análise desses anúncios forneceu elementos do comportamento do mercado de casas populares. As residências ofertadas abrangiam 171 bairros do município de São Paulo. O critério de classificação levou em consideração determinadas particularidades urbanas, hábitos e padrões de vida empiricamente anotados de cada bairro, organização essa denominada “Classificação Ecológica”. Em linhas gerais, o Departamento dividiu o município de São Paulo em treze zonas (ver anexo A), cada uma possuía um “bairro-núcleo” com o qual os demais bairros eram identificados⁹⁰. O estudo apresenta algumas conclusões interessantes sobre o aumento de ofertas de casas populares: de 1959 para 1960 foi registrada uma elevação de 68,25%, o estudo assinala que as residências de 2 cômodos (excluindo-se a cozinha) tiveram mais ofertas do que as de 1 ou 3 cômodos. Em 1959, as casas de 2 cômodos representavam 45,6% dos anúncios, já em 1960 esse percentual alcançou 51,6% das ofertas anunciadas no “Diário Popular”, cuja representatividade nos sugere um possível aldeamento operário em casas alugadas ou construídas pelo próprio operário, como canta Adoniran Barbosa em “Abrigo de Vagabundo”: “Eu arranjei o meu dinheiro/Trabalhando o ano inteiro/Numa cerâmica fabricando pote/E lá no alto da Mooca eu comprei um lindo lote/10 de frente e 10 de fundos/e construí minha maloca”.

O Boletim nº 4 apresenta um projeto de estudo com a finalidade de realizar levantamento dos níveis salariais⁹¹ dos diferentes setores da indústria e do comércio da

⁹⁰ Em caso de dúvida, o critério consistia em dar prioridade aos vínculos econômicos e sociais com o bairro-núcleo.

⁹¹ No levantamento de níveis salariais utiliza-se fundamentalmente, as relações nominais que acompanham as guias de arrecadação do Imposto Sindical e que permitem o conhecimento dos salários por setores, tamanho da empresa, sexo e função do empregado, discriminando se tal função está ligada ou

cidade de São Paulo. O projeto de estudo estava programado para ser realizado junto ao Departamento de Estatística do Estado de São Paulo (DEE) e ao Serviço Estadual de Mão de Obra (SEMO). Caberia ao SEMO fornecer as verbas para o trabalho de codificação (a cargo do DIEESE), e para a apuração mecânica dos dados (função do DEE). A proposta do projeto ambicionava realizar o levantamento dos níveis salariais⁹² de 600.000 empregados e pretendia apresentar os seguintes elementos: quantidade de operários ligados à produção e administração; gênero; profissão; e tamanho da empresa⁹³ (segundo o número de empregados⁹⁴).

Instrumento sindical

O quinto Boletim, que objetiva fornecer subsídios para a campanha de reajuste salarial de 1960 e analisa algumas das reivindicações da classe trabalhadora e de sindicatos, colocando em debate: reajuste salarial, gratificação, salário-família (estipulação de um adicional sobre o salário, sob o título de abono familiar – conforme o número de filhos do empregado⁹⁵), desconto sindical (parcela do aumento deveria ser descontado em favor do sindicato respectivo a fim de proporcionar melhorias estruturais para o mesmo), diferença salarial (empregados contratados posteriormente à data-base deveriam ser contemplados com os mesmos benefícios), credenciamento de delegados nas empresas, cuja função seria a de acompanhar as cláusulas do acordo e de contribuir para o estabelecimento de relações harmoniosas entre a classe patronal e os empregados. Depreende-se que, a este nível, a relação de emprego não aparece como uma instância mesma do despotismo do capital sobre o trabalho, impelindo o operário ao cumprimento das normas contidas no controle do trabalho. De maneira que, a classe

não à produção etc. Nos ramos em que existe um número relativamente pequeno de empregados, faz-se levantamento direto e integral, enquanto nos maiores se utiliza o processo de amostragem. Eventualmente, são aproveitadas outras fontes para estudos salariais, tais como envelopes de pagamento ou apurações realizadas por instituições oficiais (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 43).

⁹² As folhas de arrecadação do Imposto Sindical constituem-se na fonte para a coleta dos dados.

⁹³ Considerando pequenas as empresas que tem de 10 a 49 empregados, médias as que têm de 50 a 149 empregados, grandes as que possuem em seu quadro de 150 a 499 e, por fim as “especiais”, com quantidade superior a 500 funcionários (Boletim do DIEESE, Ano 1, outubro de 1960, nº 06).

⁹⁴ Esse tipo de levantamento o DIEESE já havia feito em colaboração com o DEE, mas apenas com os empregados na Indústria de Madeira.

⁹⁵ Uma das reivindicações dos trabalhadores era para que o pagamento do abono familiar fosse fornecido pelo sistema previdenciário, uma vez que, deixando-se sob a responsabilidade direta da empresa, esta iria naturalmente dar preferência ao trabalhador solteiro.

operária acaba por ser o ator social que percebe o trabalho assalariado como instrumento de ascensão social e, o outro ator social, o empregador se relaciona com ele como o sujeito que propicia as condições sociais de trabalho⁹⁶ (RODRIGUES: 1966).

Salários

Em relação ao objeto salário, alguns “Boletins” procuram – didaticamente – apresentar sua constituição a partir de explicações que mesclam sociologia e economia. Por exemplo, o “Boletim” nº 4 coloca que o cálculo para encontrar o valor do salário real consiste em dividir o salário nominal pelo ICV. Este, medindo a elevação dos preços nos artigos consumidos, permite saber quanto custava antes do aumento do custo de vida, essa mesma quantidade de artigos e, portanto, qual o poder aquisitivo do salário. Em caráter pedagógico, o Boletim procura definir o salário profissional, distinguindo-o do salário mínimo⁹⁷ e procurando promover um debate sobre como sistematizar o salário a ser recebido pelas mais diversas categorias profissionais. O primeiro ponto abordado refere-se à nomenclatura:

[...] mais de uma designação é dada a um mesmo tipo de trabalho, mesmo no âmbito de um mesmo setor de atividade (...), antes que se institua propriamente o salário profissional sem uma nomenclatura sistemática e objetiva, ainda que imperfeita de início, não se pode pensar em instituir o salário profissional” (Boletim do DIEESE, Ano 1, agosto de 1960, nº 04).

Segundo o mensário, depois de resolvida a questão da nomenclatura, deveria ser introduzida a modalidade de remuneração do trabalho por meio de convênios coletivos (estabelecidos no nível intersindical mediante acordos entre sindicatos patronais e de trabalhadores) e, caso o convênio não fosse instituído, poderia buscar-se a solução através de dissídios coletivos⁹⁸. Como último recurso poderiam os trabalhadores pleitear a promulgação de lei ou decreto, regulamentando a questão em âmbito nacional.

⁹⁶ Seria, então, a realização da ideologia do êxito no nível da análise pela ênfase na integração do operário ao regime de trabalho assalariado, centrado em suas ações valorativas?

⁹⁷ No Brasil, o salário mínimo foi estabelecido em 1938 e passou a vigorar em 1940, contudo, apenas em 1951 atingiu padrões de alcance mais plenos, ainda que somente no meio urbano.

⁹⁸ O Boletim aponta que já existe jurisprudência a esse respeito, principalmente no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 1ª Região – mediante votos e acórdãos dos Ministros Délio Maranhão e Oscar Saraiva, entre outros (Boletim do DIEESE, Ano 1, agosto de 1960, nº 04, p. 3)

No 11º Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, foi apresentada pelo Departamento Intersindical e aprovada em plenária uma tese sobre o “salário profissional”. O principal ponto relaciona-se à conceituação de trabalho profissional: “é a remuneração devida pelo empregador ao empregado, estabelecida de conformidade com a posição hierárquica do empregado no processo produtivo e conforme a função específica que o mesmo desempenhe” (Boletim do DIEESE, Ano 1, agosto de 1960, nº 04, p. 4-5). Já a posição hierárquica segue o seguinte escalonamento:

- a) aprendiz – empregado de 14 anos completos a 18 anos incompletos e deve desempenhar a função sob a forma de aprendizagem, processo a ser realizado pela empresa, escolas profissionais – oficiais ou particulares –, reconhecidas pelo governo;
- b) ajudante – empregado de 18 anos completos a 21 incompletos que deve realizar tarefas leves e sua remuneração precisa corresponder à da posição que ocupe;
- c) operário (comum ou braçal) – empregado de 21 anos completos que deve realizar tarefas que demandem acentuada capacidade física, isto é, que não exija do operário aprendizagem sistematizada;
- d) meio-oficial – operário especializado que possui conhecimento teórico e prático (aprendizagem sistemática);
- e) oficial – operário especializado que tenha passado pelas etapas de aprendizagem sistemática e de meio-oficial;
- f) contramestre (auxiliar de encarregado) – empregado que possui conhecimento teórico e prático do processo de produção da empresa, podendo mesmo substituir o mestre; e
- g) mestre – encarregado geral que coordena e controla a produção e os serviços do operariado.

Após o estabelecimento e implantação da classificação profissional, a mesma deveria constar da carteira profissional⁹⁹ de todo trabalhador (posição e função), bem como a respectiva remuneração.

⁹⁹ A qual vigeria por um ano, sendo necessária a homologação pela Justiça do Trabalho, a fim de adquirir caráter normativo.

Salário Móvel

O Boletim nº12 traz à discussão uma nova modalidade de pagamento reivindicada pelos trabalhadores: o salário móvel. Essa nova modalidade resultaria da aplicação de um sistema de reajuste salarial que proporcionaria um “equilíbrio automático” do salário nominal a um poder aquisitivo básico, ou seja, ao salário real. Esse sistema, denominado escala móvel de salários, possibilitaria uma maior mobilidade aos rendimentos, no sentido de ajustá-lo às variações dos preços. Em síntese, o salário móvel sofreria um reajuste automático toda a vez em que a inflação atingisse um determinado valor (a contar do último aumento). Todavia, o Boletim sugere que embora a aplicação do salário móvel¹⁰⁰ pudesse impedir a queda do salário real, não permitiria que este fosse elevado além do nível inflacionário e, por conseguinte, limitaria a expansão do mercado interno. Ainda de acordo com as proposições do mensário, esse quadro poderia ser evitado se, paralelamente à adoção do salário móvel, fossem tomadas medidas como participação nos lucros das empresas, ganhos correspondentes aos aumentos de produtividade, salário profissional, entre outras.

É importante apontar que as reivindicações dos trabalhadores apresentadas nos “Boletins” surgem a partir da observação direta e indireta dos intelectuais alocados no Departamento, isto é, os técnicos além do contato de rotina com os diretores sindicais do DIEESE, assistiam às assembléias dos sindicatos, recuperando posteriormente essas discussões nas publicações. A questão do salário móvel é um exemplo¹⁰¹ dessa

¹⁰⁰ À época surgiu um projeto nesse sentido, de autoria do Deputado Adylio Martins Vianna do PTB do Rio Grande do Sul. O projeto de lei nº 1.963, de 1960, cuja ementa institui o sistema de escala-móvel de salários e o salário profissional, cria o Instituto Nacional de Salários, regulamenta o artigo 157, inciso I, da Constituição Federal e da outras providências. Informação obtida em:

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=198178. Acesso em 23 de janeiro de 2006.

¹⁰¹ Outra análise sobre as reivindicações dos trabalhadores tomou forma mais aprofundada no Boletim nº8, em artigo assinado por José A. Rodrigues, intitulado “Política Salarial no Brasil”. As reivindicações dos trabalhadores estavam referidas à questão previdenciária e à incorporação de novos itens ao grupo que o salário mínimo já abrangia, a saber: habitação, vestuário, higiene e transporte. A proposta de reparo à legislação sobre o salário mínimo sugeria a inclusão de três itens ao grupo mencionado acima: saúde, recreação e cultura e previdência social, a este último Rodrigues tece a seguinte proposição: “... dentro de nosso sistema previdenciário, em que o empregado paga uma quota, o empregador outra, devendo outra ainda ser paga pelo Governo, não se teria uma justificativa para exigir que o empregador pagasse as duas quotas, uma paga diretamente ao Instituto, e outra paga indiretamente, mediante desconto do salário, desconto esse que, afinal não seria sentido pelo empregado, pois corresponderia a um acréscimo sobre o seu salário, que apenas não seria recebido pelo seu portador” (9-10).

observação que possibilita ao dirigente sindical a utilização da argumentação técnico-científica mediada pela sociologia crítica.

Ponte com a universidade

Tendo em vista não se restringir a um “monólogo sindical”, na comemoração de um lustro da fundação do DIEESE foi realizada a Iª Semana de Estudos de “Problemas do Trabalho” e a Iª Exposição sobre Problemas do Trabalho¹⁰². A Semana¹⁰³ promoveu a realização de debates sobre os problemas relacionados à categoria trabalho, trazendo intelectuais que realizavam pesquisas fora das lides sindicais. Os eventos contaram com conferências de Azis Simão (“Aspectos Sociais e Políticos da Organização do Trabalho no Brasil”), Celeste de Souza Andrade (“Problemas de Pesquisa do Trabalho”) e José Albertino Rodrigues (“Problemas de Política Salarial¹⁰⁴”).

O professor assistente da Cadeira de Sociologia II (FFCL-USP), Azis Simão, discutiu sobre como eram processadas as relações entre sindicato, propriedade privada e Estado, e as relações entre dirigentes sindicais e trabalhadores. Versou ainda sobre as diferentes funções desempenhadas pelo dirigente sindical no quadro econômico, político e social do país. É importante salientar a figura do professor Azis Simão na construção do quadro técnico do DIEESE. Embora os registros apontem a participação do professor somente como colaborador/articulista das publicações do Departamento, a ida de sua orientanda Heloísa Martins para o Departamento (1965) realizou-se a partir da indicação direta do professor: “Lembro-me perfeitamente da conversa com o prof. Azis quando me repassou o contato com o Albertino: se eu queria estudar o movimento sindical, deveria aceitar a oportunidade que estava sendo oferecida para ‘conhecer por dentro’ o sindicato e me aproximar de seus dirigentes”. Essa aproximação desdobra-se em outra questão: a tensa relação entre o técnico do Departamento e os dirigentes sindicais, segundo Martins: “você tem que esquecer teus interesses político-partidários no trabalho. Você vai ter que conversar com dirigente sindical, que lá fora... em termos

¹⁰² A exposição contou com a colaboração e participação de instituições como: Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio (Serviço de Colocação do Trabalhador no Comércio), Delegacia Regional do Trabalho, Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro de Geografia (Inspetoria Regional de São Paulo), Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, Serviço Social do Comércio e do Jornal “Última Hora”.

¹⁰³ Os eventos foram realizados de 19 a 23 de dezembro de 1960.

¹⁰⁴ A conferência estava a cargo de Fábio Lucas, porém em razão de um acidente não pôde comparecer, de maneira que o conferencista foi substituído por José Albertino Rodrigues.

políticos você abomina. Aqui [no DIEESE] você tá prestando um serviço pra ele. Você é um técnico contratado pelo Dieese que tem uma diretoria sindical, um sindicalista. E era isso, você não podia perder essa perspectiva. Isso veio desde o início do Dieese, então todo mundo se assumia enquanto técnico¹⁰⁵.”

Já a palestra de Celeste Andrade (diretora do DEE/SP) apontou a pesquisa sobre a composição da mão de obra como a “pedra fundamental” da Sociologia do Trabalho, pois o desenvolvimento desse tipo de estudo possibilitaria aferir os níveis de emprego (ocupação, ramo de atividade e posição na ocupação), bem como o número de desempregados, tornando possível acompanhar a evolução da mão de obra por ramo de atividade. Para a pesquisadora, a partir de levantamentos por amostragem e recorrendo aos Censos Demográficos poderiam surgir novos exames, como, por exemplo, estudos sobre previdência social, acidentes de trabalho, organização sindical, justiça do trabalho, temáticas pouco desenvolvidas durante os anos 1950 e 1960¹⁰⁶.

A apresentação de José A. Rodrigues, Diretor-Técnico do Departamento Intersindical e docente da Faculdade de Ciências Econômicas de Santo André, resultou em artigo publicado no Boletim nº 8 sob o título “Política Salarial no Brasil”. O artigo em questão oferece a análise de que a “herança da escravidão é um fator histórico que ainda pesa sobre nós, visto que ela deixou padrões de trabalho muito acentuados nos meios rurais, padrões esses que foram trazidos para os centros urbanos por via do êxodo rural” (2-3). No bojo desse panorama histórico, Rodrigues sugere que o trabalho operário é compreendido como uma atividade de inferior condição social, cuja sujeição somente seria superada quando a mão de obra industrial deixasse de ser mera soma de indivíduos e se transformasse em força política e social – capaz de construir as negociações coletivas¹⁰⁷ em uníssono.

¹⁰⁵ Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza. 05/10/2006.

¹⁰⁶ Cabe lembrar que o estudo de Azis Simão apresentado em 1954, no Iº Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia (presidido por Fernando de Azevedo), sobre o *Voto Operário em São Paulo*, é considerado a primeira pesquisa realizada na Universidade que tem o comportamento operário como objeto de investigação (MARTINS, s/d).

¹⁰⁷ Devemos assinalar que as negociações coletivas tiveram início no decorrer da década de 1930, quando a política salarial foi oficializada, mas, cujo efeito prático só se fez sentir em meados da década de 1950, a partir de, principalmente, acordos intersindicais (CHAIA, 1992).

Sindicalização e Condicionantes para a presença feminina no mundo do trabalho

O Boletim nº 9 apresenta os resultados de um questionário realizado em junho de 1960, a pedido da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo. O questionário procura levantar a questão sobre as formas de arregimentação de sindicalizados, isto é, o que motivava o trabalhador a se sindicalizar. A grande maioria das respostas era referente à prestação de assistência social, em função da verificação da deficiência das instituições governamentais. Segundo Maria Inês Rosa, “o sindicato é vivenciado e sentido como mero órgão assistencialista do Estado e suas instituições como agências tutelares ou protetoras” (1982: 23) e neste sentido não existe a necessidade de mudar para um rumo politizado.

O que mais nos chamou a atenção nesse “Boletim” foi o fato de que, embora tenha sido mencionada em Boletins anteriores a presença de mulheres no meio fabril, somente no Boletim nº 9 o fenômeno é colocado de maneira precípua, em razão de no setor têxtil ser assinalada a predominância de mão de obra feminina, conforme o Quadro III. Vejamos:

Quadro III*: Composição da mão de obra têxtil no Estado de São Paulo

Regiões	Homens	Mulheres	Menores¹⁰⁸
Região de São Paulo	32,5%	67,5%	19,5%
Região da Paulista	27%	73%	26,6%
Vale do Paraíba	56%	44%	21,5%
Região da Sorocabana	56%	44%	17,5%
Vale Médio do Tietê	35%	65%	24,5%
Região da Bragantina	44%	56%	27,6%
Região da Mogiana	21,5%	78,5%	-
Vale do Mogi-Guaçu	27,3%	72,7%	28,7%
Totais	38,3%	61,7%	20%

* Fonte: Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 9, janeiro de 1961, p. 5.

¹⁰⁸ Não temos os dados sobre o gênero dos menores para determinar qual deles representa a maioria, mas achamos interessante disponibilizar a informação sobre a participação de menores na indústria.

A respeito do quadro acima, pensamos que seja pertinente apresentar o comentário exposto no Boletim sobre a condição do gênero feminino e de menores no meio industrial e sindical. Observemos:

[...] A situação da mulher na sociedade brasileira, embora tenha evoluído sobremaneira nas últimas décadas, é ainda desfavorável, em virtude das nossas tradições patriarcais que a relegou a um nível de segundo plano. Em diversas camadas da população a mulher prende-se muito aos serviços domésticos e, quando desempenha atividades fora do lar, sua atitude é geralmente passiva e teme o desempenho de outras funções sociais que não as estreitamente ligadas ao trabalho e ao lar. Em suma, o sindicalismo entre nós é um movimento essencialmente masculino e, numa categoria onde predomina o elemento feminino, sua coexistência é sensivelmente menor. Quanto ao menor de idade, a situação se alia ao fato de que são muito fortes e diversas as solicitações para o jovem fora de sua atividade de rotina no emprego¹⁰⁹ (futebol, cinema, etc.) (Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 9, janeiro de 1961, p. 19).

Em “Fenomenologia do espírito”, Hegel afirma que “o trabalho é a expressão da liberdade reconquistada”. Contudo, ao analisarmos historicamente os aspectos legais da condição feminina no mundo do trabalho, veremos que a afirmação de Hegel não pode se aplicar aos processos iniciais de desenvolvimento da legislação republicana brasileira.

A situação da mulher no Brasil reflete um esquema de dominação social que tem suas raízes no sistema patriarcal, em que o senhor era o dono absoluto de seus escravos, de sua mulher e de seus filhos. Perante a lei, a mulher era considerada parcialmente incapaz, como os índios, os loucos e as crianças, conforme o Código Civil da República de 1916, cujos preceitos, ou pelo menos alguns, sacramentavam a inferioridade da mulher em relação ao marido. “Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa. (...) A ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem (...) a esposa foi, ainda declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só comparáveis às que eram impostas aos menores de idade e aos índios” (MALUF & MOTT, 1999: 375). Já, a Constituição de 1934 estabeleceu a igualdade

¹⁰⁹ Segundo Margareth Rago, em 1901, já no início do século XX, na cidade de São Paulo, 49,5 % dos trabalhadores da indústria têxtil era composto de mulheres e 22,79% de crianças, o que totalizava 72,74%. Ainda segundo a autora, “muitos mulheres eram costureiras e completavam o orçamento doméstico trabalhando em casa, às vezes até 18 horas por dia, para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria” (2002: 581).

salarial entre os sexos, proibição do trabalho insalubre para as mulheres, descanso antes e depois do parto. No entanto, a lei do salário-mínimo de 1940 abria brecha para redução do salário em função do gênero, consagrando o princípio que, em certa medida, ainda acompanha a trajetória feminina no mundo do trabalho brasileiro: “nem na lei nem na vida” (RAGO, 2002).

Se nem a legislação, nem a cultura abriam espaço para a participação da mulher no mercado de trabalho, o mesmo não ocorreu no mercado produtivo. E com o crescente desenvolvimento industrial, nas primeiras décadas do século XX, o mercado de trabalho nos centros urbanos foi ampliado, dando inclusive mais oportunidade de emprego às mulheres. Contudo, essas oportunidades de emprego concentravam-se em atividades consideradas como extensão das tarefas já exercidas no lar: “trabalhos manuais, sobretudo de agulha, como a costura, a tapeçaria, o bordado, o crochê e o tricô” (MALUF & MOTT, 1999: 418). De maneira que, as tarefas exigidas das trabalhadoras não fugiam das atribuições femininas definidas culturalmente, daí a presença feminina nessa atividade¹¹⁰, ou seja, a atividade doméstica mudou somente de endereço.

Sindicatos e Política

O Boletim nº 10 faz considerações sobre a relação entre os sindicatos e a política econômica do recém empossado Jânio Quadros. O editorial do número demonstra a expectativa favorável em relação ao novo governo, pontuando que, possivelmente a administração recém empossada fosse garantir o desenvolvimento econômico e a estabilização monetária, fato que no número subsequente muda de figura mediante a análise da política cambial adotada pelo governo de Jânio Quadros, sobre a qual discutiremos mais adiante.

O restante do mensário realiza um balanço da situação da política econômica de 1955 a 1960, indicando que no setor público houve uma ampliação dos serviços públicos em geral e a criação de uma infra-estrutura para energia e transportes. Já o setor privado registrou uma expansão do parque industrial e o surgimento de novos ramos de atividade industrial, principalmente na área de bens de produção (maquinário

¹¹⁰ Maria Valéria Pena, em “Mulheres e Trabalhadoras – Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril” (1981) sugere que estes ramos tinham distintos níveis de mecanização, apesar das longas jornadas de trabalho, mas não exigiam tanto esforço físico como a metalurgia, que empregava homens basicamente. Para os industriais, a alternativa de utilizar mulheres seria uma forma de contornar os custos da imobilização de capital.

e produtos destinados ao emprego no processo fabril) e de bens duráveis (veículos). No entanto, são apresentadas algumas ressalvas sobre os efeitos do crescimento acelerado¹¹¹, isto é, a política de industrialização adotada em 1953¹¹² e intensificada no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) que encetou um processo de rápida industrialização, tendo como carro chefe a indústria automobilística. Todavia, como bem ressalva o Boletim, o processo de industrialização não obedece a uma “escala de prioridade” estabelecida partir dos interesses genuinamente nacionais. De maneira que, a despeito da aura protecionista da Instrução 70 da Sumoc permaneciam ainda,

[...] extraordinárias facilidades concedidas ao capital estrangeiro que tem permitido a eles a obtenção de uma taxa de lucro simplesmente fabulosa quando se compara com os padrões internacionais a esse respeito. E essas facilidades têm sido incrementadas também por contribuírem, num certo sentido, para promover o desafogo cambial, mas cujos resultados mediatos e imediatos não são dos melhores (Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 10, fevereiro de 1961, p. 4).

Ainda no Boletim nº10 era apresentado um esboço do desenvolvimento institucional do sindicalismo brasileiro. Para tanto, foi realizado um levantamento dos dados, feito pelo Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho (SEPT), o qual corresponde à apuração de questionários distribuídos pelo IBGE. Embora o SEPT tenha divulgado somente os dados gerais do levantamento¹¹³, e apenas até 1958. Entretanto, a

¹¹¹ O editorial do Boletim nº7 ao analisar o processo inflacionário sugere que este contribuiu para o aceleração da industrialização, principalmente em razão de dois aspectos: a) financiamento de investimentos que não poderiam ser suficientemente formados através de poupança interna; e b) estimulação à procura por artigos industrializados. Nos dois casos, o processo inflacionário corresponderia à antecipação da renda, pois o dinheiro foi posto em circulação antes de se concretizar a produção. Dessa maneira, a inflação configurou-se como um processo não ortodoxo para se alcançar a modernização (no sentido de desenvolvimento sócio-econômico).

¹¹² Em meados de 1953, Horácio Lafer e Ricardo Jafet foram substituídos no Ministério da Fazenda e no Banco do Brasil, respectivamente, por Oswaldo Aranha e Marcos de Sousa Dantas que, juntos idealizaram a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). A Instrução 70 funcionava como um incentivo substancial ao processo de substituição de importações e embora não tenha impedido que a situação financeira do país continuasse instável, possibilitou tornar as exportações brasileiras mais atraentes para o mercado internacional, desencorajando as importações e protegendo a indústria e a balança comercial, isto porque as taxas múltiplas (substituindo o câmbio subvencionado) de câmbio atuavam de modo a não desencorajar demasiadamente as importações consideradas essenciais à industrialização. Para maiores detalhes sobre o período, consultar D'ARAUJO, Maria Celina. “A era Vargas”. São Paulo: Moderna, 1997.

¹¹³ As minúcias do levantamento não eram disponibilizadas pelo SEPT, apenas os dados totais e estes eram publicados no “Anuário Estatístico do Brasil”, editado pelo IBGE.

partir dos dados é possível apreender a expansão institucional do sindicalismo brasileiro:

Quadro IV*: Sindicato de empregados existentes no Brasil

Ano	Nº	Ano	Nº
1941	395	1950	1075
1942	643	1951	1096
1943	738	1952	1138
1944	815	1953	1196
1945	872	1954	1254
1946	938	1955	1300
1947	969	1956	1347
1948	1007	1957 ¹¹⁴	1405
1949	1043	1958	1489

* Fonte Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 10, fevereiro de 1961, p. 8

Do quadro acima podemos abstrair que, no período de 1941¹¹⁵ a 1946 ocorreu uma expansão da quantidade de sindicatos criados, devida – em muito – à “corrida de sindicatos” ou associações profissionais recém-organizadas para conseguir reconhecimento oficial junto à Justiça do Trabalho, atenuando a possibilidade de serem enquadrados como subversivos pela Lei de Segurança Nacional¹¹⁶ e sofrerem, no processo, interventorias ou mesmo encerramento de suas atividades. No entanto, o período posterior (1947-1951) é caracterizado justamente pela estagnação no crescimento de novas entidades sindicais, ocasionada pelo artifício das intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho. Já o período de 1952 a 1958 representa uma crescente atividade industrial¹¹⁷, o ressurgimento de movimentos reivindicatórios e recuperação de certa autonomia perante o Estado, favorecendo a ampliação do número de sindicatos.

Sobre o interregno 1952 a 1958, cumpre-nos apresentar o contexto administrativo-político que encadeou um significativo processo de expansão da estrutura sindical: José de Segadas Viana, que havia chefiado a Divisão de Organização

¹¹⁴ É importante atentar para a distribuição de sindicatos no Brasil, basicamente restrita a apenas oito Estados: São Paulo, com 357.997 associados (36,72%), Guanabara – Estado que ocupava o território do atual município do Rio de Janeiro – com 284.135 (26,92%), Rio de Janeiro com 76.472 (7,25%), Rio Grande do Sul com 71.930 (6,82%), Minas Gerais com 42.659 (4,04%), Bahia com 34.183 (3,24%), Pernambuco com 30.303 (2,87%) e Santa Catarina com 27.623 (2,62%).

¹¹⁵ Data que marca a instituição da Justiça do Trabalho.

¹¹⁶ Promulgada em 1935.

¹¹⁷ De 1955 a 1959 o valor real da produção industrial cresceu 71% (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 22).

e Assistência Sindical (1943), recebeu a pasta de Trabalho em 1951 e, durante o tempo em que atuou como Ministro, Segadas Viana enfrentou, no início de 1953, uma série de paralisações que culminaram na “Greve dos Trezentos Mil”, deflagrada em protesto contra a perda do poder aquisitivo dos salários, conforme mencionamos previamente. Nesse episódio, Segadas Viana ameaçou aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os grevistas, fato que abalou o Ministério do Trabalho e o governo varguista, reconhecidamente de apelo popular (CHAIA, 1988; FAUSTO, 1997). De maneira que, em junho do mesmo ano, Segadas Viana deixou a pasta, sendo substituído pelo então presidente nacional do PTB, João Goulart. No final de março de 1954, o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, foi instruído a preparar um novo reajuste salarial, de acordo com a orientação econômica do governo de Getúlio Vargas. Aranha então recomendou um aumento de 50%, o qual foi severamente criticado por Jango através de um artigo publicado no “Correio da Manhã”, no qual reiterava a necessidade do aumento em 100%. Em consequência, foi acusado de incitar os operários a realizar greves. Entretanto, no 1º de maio de 1954, em seu discurso aos trabalhadores, Vargas anunciou a concessão do aumento de 100% do salário mínimo. Concessão reconhecida como legal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (MONIZ BANDEIRA, 1977).

Entretanto, ainda em 1954, após conceder um aumento de 100% ao salário mínimo, motivando forte reação¹¹⁸ entre empresários e a imprensa¹¹⁹, Jango foi forçado a se exonerar. De maneira que Jango foi substituído por Hugo de Faria, mas, apesar de afastado do ministério, não perdeu sua influência sobre este órgão, uma vez que Vargas não nomeou novo titular para a pasta. Hugo de Faria permaneceu como interino no cargo, possibilitando a manutenção do poder de fato do ex-ministro, sem compromê-lo diretamente, segundo as próprias palavras de Hugo de Faria, “nunca dr. João Goulart foi tão ministro do Trabalho como quando eu era ministro interino e ele (oficialmente) não ocupava mais cargo nenhum” (MONIZ BANDEIRA: 1977).

¹¹⁸ Em fevereiro de 1954, o lançamento do chamado “Manifesto dos Coronéis”, documento assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis em protesto contra a exigüidade de recursos destinados ao Exército e a política salarial do ministro do Trabalho (FAUSTO, 1997).

¹¹⁹ Recordemos que Carlos Lacerda, principal opositor político de Vargas, era proprietário do jornal Tribuna da Imprensa.

Comércio exterior

Ao apresentar a configuração dos produtos exportados e dos produtos importados pelo Brasil, o Boletim nº 11 tece severas críticas à política cambial do governo de Jânio Quadros¹²⁰. Inicialmente, o DIEESE põe em evidência a inelasticidade do mercado de produtos exportados pelo Brasil em relação aos produtos de origem importada, que além de possuir elevada cotação no mercado internacional, requerem maior quantidade de capital para a sua aquisição. Vejamos abaixo o Quadro V*, montado por nós, a partir de informações encontradas no Boletim:

Exportações		X	Importações	
Matéria Prima	Gêneros Alimentícios		Produtos essenciais em bruto ou semi-elaborados	Artigos industrializados
Algodão	Cacau	Trigo	Bens de produção diversos	
Minério	Café	Petróleo		
Couro	Banana	Papel		
Óleos	Laranja			
Madeiras	Mate			

* Fonte Boletim do DIEESE, Ano 1, n. 11, março de 1961, p. 1.

A orientação da política de comércio exterior do governo de Jânio Quadros, a fim de reduzir os *déficits* da balança de pagamentos segue dois eixos principais para equilibrar a balança: primeiramente oferecer incrementos à exportação e reduzir as importações, o segundo eixo é fomentar a indústria de bens de produção a fim de substituir o produto importado pelo nacional, ideário em conformidade com o *slogan* “exportar a qualquer custo”, de Luca Lopes, Ministro da Fazenda.

Em relação ao primeiro eixo, o Boletim alerta para as necessidades de consumo criadas. Segundo o mensário, a medida da política cambial (aumentar os preços dos produtos importados) de Quadros, para forçar o brasileiro a consumir o produto interno, provocaria uma elevação do custo de vida da população. O que, em um segundo momento, ocasionaria uma retração do consumo que, por sua vez, resultaria em um processo de estagnação do desenvolvimento econômico.

¹²⁰ A elaboração da política cambial do governo de Jânio contou com a participação de economistas de rígida formação clássica, quais sejam: Otávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos e Eugênio Goudin.

O último número do Boletim apresenta o seu substituto, a Revista de Estudos Sócio-Econômicos, que além de manter as matérias que o Boletim já divulgava tem a colaboração, na forma de artigos, de diversos intelectuais especialistas nos temas relativos à categoria trabalho (Previdência Social, Direito Trabalhista entre outros).

3.6 “Revista de Estudos Sócio-Econômicos”

Mais elaborada do que os “Boletins”, a Revista de Estudos Sócio-Econômicos (RESE) é uma publicação que, além de dados da própria instituição, contava com artigos de colaboradores do meio universitário e trabalhista. Até fevereiro de 1963 foram editados doze números, representando uma média de 58,3 páginas por edição. Em maio do mesmo ano ainda foi editado um número especial sobre o universo rural, e até abril de 1966 não foi editada qualquer publicação. O ambiente político adverso da época, o golpe militar de 1964, com a intervenção do governo na maioria dos sindicatos associados, criou ainda mais dificuldades para a sobrevivência da entidade, tornando a pesquisa e, conseqüentemente, a divulgação inaplicáveis¹²¹. Na presente dissertação apresentaremos as temáticas abordadas nos primeiros três números da revista.

O primeiro número da Revista traz Colaboração Especial de Azis Simão, com o artigo “Funções do Sindicato na Sociedade Moderna Brasileira”, um estudo Especial de José Albertino Rodrigues sobre a “Situação Econômico-Social da Classe Trabalhadora” e um artigo sobre o Direito do Trabalho, “Legislação Trabalhista para o Trabalhador Rural”, de Rio Branco Paranhos. O número traz, também, informações sobre o DIEESE: “Estrutura e Funcionamento do DIEESE” e um exame retrospectivo sobre os “Boletins”, além de, como em todos os números, apontar os Índices Sócio Econômicos.

“Funções do Sindicato na Sociedade Moderna Brasileira”

O artigo de Azis Simão, ao distinguir os movimentos operários do período antecessor e do posterior à Segunda Guerra Mundial procura oferecer um quadro sobre a evolução do sindicalismo brasileiro – tanto no que se refere aos aspectos políticos das entidades como no desenvolvimento da consciência de classe no interior do movimento operário, desenvolvimento esse que possibilitou a noção de que o sindicato, ao

¹²¹ O Departamento voltaria a publicar somente em maio de 1966, através de um folheto, quase sempre resumido a apenas uma página, intitulado “DIEESE em Resumo”.

proporcionar aos assalariados a idéia de que a eles cabiam novos direitos, buscou promover a criação de uma consciência jurídica entre os trabalhadores. Tal movimento organizou-se de maneira a engendrar – no plano político – a compleição da representação sindical nos órgãos da administração pública.

Lançamos mão de uma longa citação com o intuito de apresentar a análise do sociólogo Azis Simão sobre as circunstâncias a que eram relegados os trabalhadores no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial:

[...] As longas jornadas de trabalho, mesmo para mulheres e crianças, que iam de 10 a 14 horas, sem remuneração extraordinária; os salários baixos e desiguais para a mesma tarefa, segundo o sexo e a idade; as condições sanitárias dos serviços; os acidentes sem indenizações; multas e maus tratos aos transgressores das disposições disciplinares; as dispensas sem aviso prévio; a inexistência de assistência e pessoas tornadas inválidas eram fatos que levaram a desajustamentos e conflitos nas relações de produção. Os atritos individuais e as greves espontâneas verificadas desde o começo do século atestavam a inadequação de tal regime à organização industrial. As associações operárias, organizadas nos moldes dos sindicatos europeus, tiveram a função de promover a resistência do proletariado àquela situação que tendia a reduzi-lo ao pauperismo material e moral. Orientaram elas os desajustamentos para formas organizadas e ação; estudaram as condições de vida da população assalariada e elaboraram programas de reivindicação imediata (7-8).

O sindicato como instituição, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, procurou contribuir para a propagação da idéia da necessidade de propulsionar a industrialização, a autonomia econômica do país e a consciência de classe. Esta última, em razão do contínuo êxodo rural-urbano que, segundo o autor, atomizava a representação coletiva dos interesses comuns de classe, posto que “os trabalhadores descendentes das mais antigas populações das áreas industriais, que tinham permanecido à margem das atividades sindicais, receberam a legislação trabalhista como uma dádiva do Estado” (11). Destarte, cumpria ao sindicato a função política de promover a consciência jurídica de classe, ação essa que contribuiria para dar uniformidade ao comportamento dos trabalhadores urbanos diante do patronato.

Em linhas gerais, de acordo com o artigo de Simão, o sindicato constitui-se em uma instituição surgida a partir da necessidade de adequar regimes de trabalho e Previdência Social às diferentes fases do desenvolvimento industrial, todavia tais adequações não poderiam ser alcançadas sem que os trabalhadores constituíssem seus órgãos de atuação no bojo da dinâmica das relações entre as classes sociais. Por outro

lado, as próprias condições sócio-econômicas direcionariam a instituição ao desempenho de funções que, ideologicamente, não lhe seriam atribuídas, isto é, o nível funcional, que segue duas vertentes: a “função atribuída” e reconhecida socialmente que é a de representar, junto à classe patronal, as demandas dos trabalhadores; e a segunda vertente: a “função exercida”, além da representação coletiva (perante Estado e Empresa) que busca promover a consciência jurídica da classe laboral e, com isso, elaborar uma política específica à reformulação da legislação trabalhista.

O artigo de Simão ainda aponta que, a insuficiência de análises objetivas – no meio universitário brasileiro – sobre o sindicalismo, relaciona-se ao fato de que “as pessoas que participavam desse tipo de atividades associativas – mesmo os intelectuais – não estavam preocupadas em históriá-las, mas empenhadas em promovê-las” (5). No entanto, a transição da economia agrária para uma economia de cunho industrialista provocou – em largo alcance – a percepção da crescente importância do voto operário que, na medida em que os sindicatos foram oficializados pelo Ministério do Trabalho. Ou seja, para Simão a compreensão da significância do voto operário na balança eleitoral originou a elaboração – ainda que acanhada – de estudos estatísticos, ensaios, depoimentos e relatos sobre o sindicalismo, analisados pelas universidades.

“Situação Econômico-Social da Classe Trabalhadora”

O artigo de José Albertino Rodrigues explora a discussão sobre as distintas características das condições sociais e de direitos trabalhistas a que se encontram submetidos trabalhadores das zonas rurais e trabalhadores urbanos.

O texto do sociólogo aponta que, apesar do seu crescimento acelerado, a população brasileira¹²² ainda não se apresenta em número suficiente para ocupar e explorar a maior parte do território, tanto que a área dos estabelecimentos agrícolas, utilizadas para lavoura e pastagens, representa apenas 15% do território nacional que, no entanto, detém 51% da força de trabalho brasileira. O artigo aponta ainda que as conquistas sociais como obrigatoriedade do salário mínimo, benefícios do seguro social

¹²² Segundo análise dos dados do Censo de 1960, realizado IBGE, a Revista coloca que: no começo do século XX, eram cerca de 18 milhões de indivíduos que ocupavam o território nacional, já em 1950 o número havia alçado a 52 milhões e, em 1960 atingiu a marca de 65 milhões de pessoas (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 17).

e da assistência médico-odontológica¹²³ são desconhecidas pela massa trabalhadora, cuja situação é agravada pelo fato de que a fiscalização do trabalho é exercida exclusivamente pelos agentes do patronato rural. De maneira que,

[...] o trabalhador rural carrega ainda o pesado fardo representado pela herança da escravidão, ao qual se negam os mais elementares direitos e de quem se exige o máximo, em troca exclusivamente daquilo que lhe permite sobreviver para o desempenho de suas tarefas e dos pesados encargos de uma família comumente numerosa (21).

Em contrapartida, no setor industrial, as condições de trabalho são peculiares de uma economia em desenvolvimento: embora percebam-se burlas no cumprimento da legislação trabalhista, paulatinamente a mão de obra industrial obteve garantias como o salário mínimo, reconhecimento dos direitos de sindicalização e greve, estabilidade e segurança no emprego, seguro e assistência social, repouso semanal remunerado, jornada de 8 horas de trabalho, aposentadoria por invalidez e tempo de serviço etc. Ou seja, a classe trabalhadora urbana dispõe de condições de trabalho que, embora não sejam plenamente satisfatórias (em virtude de algumas garantias não serem aplicadas), sobrepõem-se àquelas vivenciadas pelos trabalhadores do campo.

Partindo da compreensão de que até meados da década de 1950 ainda predominavam relações pré-capitalistas de produção na estrutura agrária brasileira, Albertino Rodrigues pondera que, como grande parcela da mão de obra urbana veio das zonas rurais, certas formas de comportamento diante da classe patronal subsistiam, e somente seriam transformadas na medida em que a consciência de classe fosse fortalecida em virtude das condições em que o trabalho industrial se desenvolve (23-27). A respeito desse cenário, Albertino Rodrigues traça um paralelo com a “teoria do poder compensatório¹²⁴”, de John Kenneth Galbraith. Segundo essa teoria, em grandes companhias, o operário ao se perceber “manietado e isolado” procuraria constituir um

¹²³ Vejamos alguns exemplos da Consolidação das Leis do Trabalho, mas que não eram devidamente aplicados: salário mínimo – “Art. 76. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente a todo trabalhador inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (49); férias anuais remuneradas – “Art. 129. Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração” (53); e regulamentação do pagamento de salários – “Art. 506. No contato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelece a remuneração *in natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de 1/3 (um terço) do salário total do empregado “(135). (BRASIL: 1993).

¹²⁴ GALBRAITH, John Kenneth. “A teoria do poder compensatório”. In: *Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

equilíbrio de forças dentro do sistema capitalista (“teoria do poder compensatório”), esse equilíbrio seria engendrado por uma organização disposta como um canal institucionalizado, com a função de servir tanto de proteção, como de reivindicação, representando a voz coletiva dos trabalhadores, ou de maneira mais objetiva: *o sindicato*.

“Legislação Trabalhista para o Trabalhador Rural”

O artigo do advogado trabalhista, Rio Branco Paranhos, torna mais concretas as preocupações de Albertino Rodrigues sobre o trabalho no campo e tece inúmeras considerações e críticas à legislação trabalhista rural e aponta a existência de alguns projetos de lei sobre a matéria.

Apesar da existência do decreto-lei 7.038 (10 de novembro de 1944) garantir o direito de sindicalização aos trabalhadores rurais, na prática a resistência conservadora impedia que os sindicatos rurais fossem legalizados¹²⁵ (MOREIRA: 1998). E, segundo Paranhos, se o operariado industrial, através de congressos e lutas reivindicatórias conseguiu ampliar seus direitos e conquistas, o mesmo poderia ser levado aos trabalhadores do campo. O advogado indica algumas tentativas de parcela do Congresso Nacional, nesse sentido: o “Diário do Congresso Nacional” (seção I), do dia 4 de setembro de 1956 trouxe publicados quatro projetos de lei que visavam estender o regime jurídico da CLT ao trabalhador rural. Entretanto, de acordo com Paranhos os projetos se assemelhavam: “uns mais reacionários que os outros” (34). Todavia, embora sejam realizadas duras críticas à legislação e ao corpo do Congresso, as mesmas não correspondem à análises mais aprofundadas do autor, isto é, o texto não traz exames sobre o conteúdo dos projetos¹²⁶.

O segundo número da RESE traz um Editorial sobre os “Problemas do Governo e Problemas do Povo”, a Colaboração Especial “O Problema da Insalubridade no

¹²⁵ Até 1955 apenas cinco sindicatos rurais haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (MOREIRA: 1998).

¹²⁶ Em 1961, foi apresentado e aprovado na Comissão de Finanças um substitutivo a um dos quatro projetos de leis mencionados. O substitutivo, de autoria do Deputado Geraldo Guedes, além de definir o trabalhador rural, dispunha sobre a carteira profissional – conferindo a atribuição ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (anteriormente era atribuição do Ministério da Agricultura e do Serviço Social Rural). No tocante ao julgamento dos dissídios, o substitutivo optou pela Justiça do Trabalho, ao invés de buscar a instituição de uma Justiça do Trabalho Rural. (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 1, setembro de 1961).

Trabalho”, de Manoel Rocha Carvalheiro, um estudo especial: “O Consumo da Carne na Cidade de São Paulo”, de Lenina Pomeranz, e artigos sobre Direito do Trabalho, intitulado “Salário-Família”, de Mário Carvalho de Jesus, e Previdência Social, sob o título “A Evolução da Previdência Social” (não assinado). O número apresenta ainda o Noticiário Sindical – “Acordos Salariais no Segundo Semestre” e Índices Sócio-Econômicos – “O Custo da Alimentação na Cidade de São Paulo”.

O Editorial expõe a nova configuração da situação político-administrativa brasileira, inaugurada pela implementação do sistema parlamentarista de governo¹²⁷. Segundo o Editorial, o Gabinete do Primeiro-Ministro Tancredo Neves:

[...] tem se mostrado parcimonioso e débil em apresentar planos e, quando os apresenta, fã-lo de maneira tímida, pouco afirmativa e muito superficial (...) [O] Parlamento, diretamente responsável pelo Gabinete que se compôs, também está se omitindo e não tem cumprido a sua função na estrutura política vigente (3).

A crítica do Editorial relaciona-se ao retrospecto histórico que indica a adoção de medidas político-administrativas precárias face aos problemas nacionais, isto é, a ausência de compreensão da inescapável distância entre o Brasil real do Brasil legal (VIANNA: 1987) ou, em outras palavras, as razões para que “consciência possível” não tenha efeito na “consciência real” (GOLDMAN: 1972), como podemos perceber pelo retrospecto que o Editorial da RESE aponta. Vejamos:

[...] D. João VI introduziu uma legislação avançada e mesmo ousada, que não saiu do papel, pois não fora elaborada de acordo com a nossa própria realidade. D. Pedro I, proclamado rei do Brasil em 1822, inaugurou um regime imperial, também corpo estranho ao nosso ambiente e que manteve em grande instabilidade por quase 20 anos. De 1840 até 1889 manteve-se um regime monarco-parlamentarista que, afinal, caiu por terra, pois não fora capaz de resolver os grandes problemas que a nação enfrentava. Tentou-se, então o regime republicano-presidencialista, marcado por fases de maior ou menor estabilidade e que acaba de ser modificado. (1)

¹²⁷ A experiência do governo de gabinete durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando um referendo popular determinou o retorno ao presidencialismo.

“O problema da Insalubridade no Trabalho”

A partir de uma construção histórica, o artigo do engenheiro Manoel Carneiro coloca como a questão da insalubridade foi tratada pela legislação internacional e nacional. Primeiramente, aponta que apenas em 1700¹²⁸ surgiu um estudo científico sobre as enfermidades decorridas das atividades laborais. Contudo, somente um século após os estudos de Ramazzini, em 1802, é que foi aprovada – no Parlamento Inglês – a primeira lei sobre a jornada de trabalho¹²⁹. Mas somente em 1934, na 18ª Sessão da Confederação Geral das Organizações Internacionais do Trabalho (OIT) é que foram reconhecidas uma série de doenças como oriundas do trabalho. Porém, no Brasil, apenas em 1947, através da Portaria nº 9 da CLT, foram aprovadas as relações dessas doenças e o pagamento adicional sobre o tipo de atividade insalubre. Isto é, foram definidos níveis de insalubridade para cada atividade: máximo, médio e mínimo e, cada nível corresponde a um acréscimo no salário: 40%, 20% e 10% respectivamente¹³⁰ (a porcentagem é referente ao salário mínimo). De maneira que Carneiro aponta várias deficiências no cumprimento da legislação brasileira e da própria legislação:

[...] Como parte dos empregadores não paga a taxa de insalubridade, a luta operária é no sentido de exigir esse pagamento. O problema, assim está mal colocado. Mesmo que todos os trabalhadores recebessem a taxa de insalubridade a que tem direito, o problema não estaria solucionado. A reivindicação deve ser orientada no sentido da eliminação das condições de insalubridade e da redução da jornada de trabalho. O pagamento da taxa de insalubridade é feito sobre o salário mínimo, o que significa um acréscimo insignificante das despesas do empregador. A maioria prefere pagar a taxa, a introduzir processos de proteção nas suas indústrias (...). Os graus máximo, médio e mínimo são estabelecidos sem nenhum critério científico de medida. (...) [E] é importante estabelecer uma relação entre tempo de exposição (jornada de trabalho) e a concentração de tóxicos em cada ambiente insalubre (6-7).

Neste sentido, Carneiro sugere duas medidas fundamentais para dar condições ao trabalhador de efetuar seu ofício de maneira salubre, a saber: aumento de

¹²⁸ Considera-se como precursora da sistematização das enfermidades, a pesquisa do italiano Bernardino Ramazzini. Para maiores detalhes sobre essa matéria, ver: COSTA, Hertz Jacinto. *Manual de Acidente do Trabalho*. Paraná: Juruá Editora, 2006.

¹²⁹ A lei proibia o trabalho noturno para crianças e limitava a 14 horas o seu período de trabalho (Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 2, outubro de 1961, p. 5).

¹³⁰ Achemos interessante apontar que os valores e sua relação com a porcentagem do salário mínimo ainda vigem. Ver Art. 192 da CLT (BRASIL: 2003).

salário, segundo o nível de insalubridade e fornecimento de alimentação adequada¹³¹. Outras medidas que poderiam ser tomadas: a) lavar as mãos e rostos antes das refeições, mas sem que o tempo necessário seja descontado do intervalo normal para o almoço ou jantar; b) banho após o serviço¹³², visto que o cabelo é depositário dos suspensóides existentes no local de trabalho; c) armário duplo, um para as vestes normais e outro para as de serviço, pois as roupas também são depositárias de suspensóides; d) não comer nem fumar durante o serviço; e) limpeza de assoalhos sem o levantamento de poeira; colocação de exaustores que removam os pós e fumos tóxicos; f) máquinas e aparelhos fechados com isolamento completo das partes nas quais os tóxicos podem ser liberados; g) medida de temperatura e de umidade; h) serviço médico contínuo, com a realização de exames específicos sobre cada doença profissional; e i) especializar um médico nas doenças profissionais de cada categoria, tal serviço deveria ser financiado pelos empregadores ou pelos institutos de previdência.

“O Consumo de Carne na Cidade de São Paulo”

O Estudo Especial realizado a partir das pesquisas que a economista Lenina Pomeranz empreendeu para o Departamento Intersindical, é considerado um marco nas publicações do DIEESE ao estabelecer mudanças no padrão de consumo de carne (bovina) em São Paulo.

Segundo a análise de Pomeranz a produção alimentar reflete, em alguma medida, o processo de desenvolvimento econômico: no empenho em atender a expansão da demanda, determinada pela evolução industrial e o crescimento dos centros urbanos, a produção de itens alimentícios sofreu a elevação de 180% de 1940 a 1960, elevação essa sensivelmente maior do que o crescimento populacional verificado nesse período (70%). Contudo, para a economista, tal fato não deve ser compreendido como de correlação à melhoria no padrão alimentar da população brasileira. No caso do rebanho bovino, por exemplo, foi verificado o aumento de 34.392.000 de cabeças existentes em 1940, para 46.089.000 em 1950, e se estima para 1960 um total de 72 milhões de

¹³¹ “Existem fábricas que fornecem leite aos operários que trabalham em lugares insalubres. Assim, com um ou dois copos de leite diários, fica lavada a consciência. Pouco importa se assim se assegura ou não a proteção ao operário. Mesmo nos casos em que o leite é contra-indicado, ele é fornecido (...) [Nas indústrias], o que se pode constatar é que ‘alimentação adequada’ passou a ser sinônimo de leite para os nossos empregadores” (9).

¹³² Aliás, como preconizava o art. 182 da CLT.

cabeças, isto é, praticamente um bovino para cada habitante do país, como podemos observar no Quadro VI*, abaixo:

Aumento da produção de alguns dos principais produtos agropecuários da alimentação:

Produtos	1940-50	1950-60	1940-60
	%	%	%
Arroz	133	79	316
Batata inglesa	48	228	385
Feijão	82	33	142
Milho	24	28	59
Trigo	276	148	831
Cana de açúcar	28	150	219
Carne bovina	39	27	77
Leite	50	69	154
Ovos	64	170	341

* Revista de Estudos Sócio-Econômicos, Ano 1, n. 2, outubro de 1961, p. 13.

(Fonte dos dados brutos: Desenvolvimento & Conjuntura. Ano V, nº7 (julho de 1961).

O decênio compreendido entre 1940/50 apresenta um comportamento ascendente de consumo, interrompido apenas no interregno em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial. Os dados dispostos indicam que o preço nominal da carne manteve-se constante de 1947 a 1948 e os aumentos decorrentes não foram suficientes para alcançar o ritmo inflacionário, determinando uma queda real no preço entre 1940 a 1950 de 8,9%. No decênio seguinte, podemos notar um processo descensional de consumo (o consumo individual diário em 1955 atingiu 104,5 gramas e em 1960 baixou para 86,4 gramas). Analisando o consumo global, essa queda não ganhou expressividade, ao contrário, em 1960 houve uma ascendência na produção de carne (2,4%). Contudo, esse incremento relacionado ao aumento vegetativo da população de São Paulo (7,6% ao ano) aponta uma discrepância na tese de que o consumo de carne sofreu elevação. Em outras palavras, “o crescimento do consumo não acompanhou o crescimento da população, aumentando o ‘déficit’ antes existente, em relação à quantidade mínima de consumo recomendada” (16), isto é, 200 gramas por indivíduo (diariamente), segundo a Comissão de Bem Estar Social em 1952.

Pomeranz indica como alguns dos fatores primordiais para a crise de abastecimento de carne, os seguintes elementos: a) “acúmulo de agentes intermediários” (criador, invernista, frigorífico e açougueiro¹³³); b) “condições de formação do preço da

¹³³ “O criador se encarrega da cria do bezerro para vendê-lo como boi ‘magro’ ao invernista (...). O invernista se encarrega da engorda do gado até o período da matança, quando o transaciona com o marchante ou frigorífico. Este, dispondo de instalações apropriadas, processa toda a industrialização do

carne” – considerando a estrutura de mercado descrita na nota de rodapé nº132, a formação do preço da carne resulta da segunda equação: custo do bezerro + lucro do criador + custo da criação da carne verde¹³⁴ + lucro do re-criador¹³⁵ + custo da engorda + lucro do internista + custo da transformação industrial da carne + lucro do frigorífico + custo do transporte para os açougues¹³⁶ + despesas comerciais dos açougueiros + lucro do açougue; e c) “Baixa produtividades nas diversas atividades intermediárias” – isto é, transporte do gado vivo das internadas para os locais de abate e não racionalização do processo de abate, com perda quase total dos subprodutos.

De maneira que, segundo esse quadro, Pomeranz conclui que o cenário apresenta uma nova administração científica para o mercado de carne, organizada a partir da promoção da integração produtiva e da eliminação dos intermediários, resultando na concentração do mercado de carne a alguns grupos econômicos, infligindo ao preço da carne uma elevação e, por conseguinte, afastando ou diminuindo o consumo por parte da massa assalariada.

“Salário-família”

Representando a heterogeneidade do meio sindical, o artigo “Salário-família” nos expõe – ainda que superficialmente – o momento em que a racionalidade técnica é ainda “combatida” pela proposição de uma solidariedade “anti-mercado”. O artigo em questão segue a linha da trajetória pessoal do autor, o advogado Mário Carvalho de Jesus. A vida de Carvalho de Jesus entrelaça movimento sindical (fundo Frente Nacional do Trabalho, FNT) e militância cristã (foi membro da Juventude Universitária Católica, JUC). Segundo essa combinação, não nos causa estranheza que o artigo defina “salário justo” como o “salário vital, isto é, o necessário para cobrir as despesas do trabalhador e sua família” (26), tal salário deveria ser pago por uma “empresa calcada

boi, aproveitando a carne e todos os seus sub-produtos” (18), o próximo passo é a revenda dos frigoríficos aos açougues.

¹³⁴ Por carne verde compreende-se o gado cujos sistemas de produção não utilizam hormônios ou antibióticos como promotores de crescimento, e que fazem uso mínimo de compostos químicos, nos processos de produção. Outro ponto é que o “boi verde” é criado predominantemente a pasto e não em confinamento.

¹³⁵ Às vezes há ainda o re-criador como intermediário entre o criador e o internista; exercendo as mesmas funções do criador, as quais se restringem à produção e venda dos bezerros novos.

¹³⁶ O gado abatido em São Paulo é oriundo, principalmente de Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro, Alta Sorocabana e Alta Paulista, Anglo (Barretos) (19).

em princípios da doutrina cristã” (27). Além do teor cristão do texto, o advogado aponta a existência de um projeto para a implementação do salário-família (“abono familiar”), cujo pagamento ocorreria não pelos empregadores, mas através da previdência social.

“Evolução da Previdência Social”

O artigo, não assinado, procura historicizar as formas de previdência anotadas ao longo da História. Principia apontando que, já em 1845, as Ordenações Prussianas previam a criação de Caixas de Previdência (municipais). Mas foi durante o Iº Reich que se promulgaram as três leis que constituíram o ponto de partida da previdência social moderna, quais sejam: lei da enfermidade (1883), lei dos acidentes (1884) e a lei da velhice e invalidez (1889). Nos 50 anos subseqüentes foram desenvolvidos – em outros países – diversos formatos de seguro social. Inspirados no modelo alemão, esses formatos procuravam abranger os seguintes aspectos:

- a) seguro-enfermidade e aposentadoria;
- b) seguro de acidentes de trabalho;
- c) seguro-desemprego, “em 1935 existia apenas em seis países, sendo mais conhecido o da Inglaterra” (31);
- d) salário-família, existente apenas na França e na Bélgica, em 1935; e
- e) regimes especiais de aposentadoria para determinadas categorias profissionais que apresentavam grau de periculosidade ou insalubridade.

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, foram adotadas novas normas no campo da seguridade, que visavam a extensão do seguro social a toda a população. Em 1948, a Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), consagrou o direito à seguridade social, objetivando “a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua [do homem] dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (32).

“O Seguro Social no Brasil”

O artigo assinala três fases na evolução do seguro social no Brasil: o período de formação (1923 a 1931); o período de expansão (1931-1960); e o período de consolidação (1960).

O período de formação é marcado pela “Lei Eloy Chaves” (nº 4.682, de 24/01/1923), que criou as Caixas da Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, caracterizando-se pela obrigatoriedade das contribuições e universalidades dos benefícios, dentro do limite mínimo de 6 anos de serviço. Além de conceder assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço, por idade e invalidez, bem como pensão aos herdeiros. A Lei nº 5.109, de 20/12/1926, introduziu algumas modificações e estendeu seu campo de ação aos portuários e marítimos. A Lei nº 5.485 (30/06/1928) estendeu as Caixas aos telegrafistas. O Balanço da Primeira República registra a existência de 47 Caixas de Aposentadoria e Pensões, com 142.464 segurados ativos e atendendo 8.009 aposentados e 7.013 pensionistas.

O período de expansão é caracterizado pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931), cuja atribuição primordial referendava-se à organização do trabalho e previdência social. Neste período o sistema de Caixas decresce paulatinamente, até que em 1954 foram todas agregadas em âmbito nacional em uma só, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários e Empregados em Serviços Públicos, denominada posteriormente Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários e Empregados em Serviços Públicos.

O período de consolidação pode ser representado pela promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (nº 3.807, de 26/08/1960) e regulamentada pelo Decreto nº 48.959-A (19/09/1960) que possui um dispositivo que prevê a possibilidade de estender seus benefícios aos trabalhadores rurais e domésticos.

O terceiro número da RESE apresenta o Editorial “Orientações na Política Econômica Federal”, a Colaboração Especial “Administração de Salários - Realidade científica sujeita a mistificações”, de José Serson, o artigo acerca da Previdência Social intitulado “O Seguro Social Contra Acidentes de Trabalho”, de autoria de Luiz Roberto de R. Puech, o Estudo Especial – “Padrão de Vida na População Brasileira”, de José Albertino Rodrigues. A edição ainda tem o Noticiário Sindical, Boletim Internacional e os Índices Sócio-Econômicos.

O Editorial faz uma crítica ao programa de desenvolvimentismo do Conselho de Ministros do governo. Segundo o texto, o programa pretendia atingir os seguintes objetivos: aumento da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto; absorver a mão de obra subempregada; diminuir a desigualdade na distribuição de renda; alcançar razoável estabilidade de preços; suprimir o desequilíbrio da balança de pagamentos (“exportar mais, importar menos”); e corrigir as deformações estruturais, isto é, “reforçando e adaptando o setor industrial à necessária estrutura de emprego e aumentando substancialmente a produtividade agrícola. Para isso, admite que o investimento rural terá de ser aproximadamente o equivalente a 52% do investimento urbano” (2). Já as medidas para combater a elevação do custo de vida seguem três eixos: monetário, reforma agrária e aplicação dos Poderes do governo e os que o Congresso lhe conceder.

A crítica que o Editorial traz não se refere ao Programa em si, mas à realidade das proposições, isto é, o Programa é colocado mais como uma carta de princípios do que um conteúdo programático de realizações possíveis. Novamente a crítica está referida à não correspondência do legal com o real (VIANNA: 1987).

“Administração de salários – realidade científica sujeita a mistificações”

O artigo do advogado José Serson promove considerações sobre os critérios a serem definidos para o processo de remuneração do trabalho a partir de categorias profissionais. Ou seja, empreende a princípio uma preocupação já anotada pelo “Boletim do DIEESE” nº4 a respeito da descrição, classificação e função do cargo ocupado pelo trabalhador. Segundo Serson, para se levar a efeito a remuneração compatível com o cargo ocupado, após a classificação do cargo devem ser realizadas pesquisas para averiguar o “valor comunitário”, em outras palavras, “a empresa não pode remunerar nem muito mais nem muitos menos que as outras”. Porém, o advogado salienta ainda, que a remuneração deve atrair os empregados para que estes sejam estimulados em seu ofício: “veste-se o conjunto de dinheiros de cada cargo com uma roupagem que os tornem desejados, de tal forma que não apenas retribuam o trabalho mas estimulem o seu exercício” (10).

“O seguro social contra acidentes de trabalho”

O advogado Luiz Roberto Puech orientou seu artigo a fim de explicar a evolução da seguridade social e da aplicação do seguro relacionado aos acidentes de trabalho. Realizando uma contextualização histórica (nacional e internacional), Puech nos aponta que, as sociedades de socorro mútuo representaram a gênese do seguro de acidentes relacionados ao trabalho. O artigo procura estabelecer a necessidade da seguridade social, em contrapartida do “mercado privado” que possibilitava ao empregador “alegar circunstâncias que dirimissem ou atenuassem a [sua] responsabilidade” (17) e ao mercado privado “comerciar com o infortúnio alheio” (20). Desta forma, para o advogado, a diligência em cobrir os riscos e as contingências inevitáveis do trabalho somente poderiam ser incumbência da Previdência Social.

“Padrão de Vida da População Brasileira”

Enquanto o nível de vida de um determinado contingente populacional corresponde ao total de bens e serviços consumidos, o padrão de vida corresponde à estrutura do orçamento familiar. Isto é, o nível de vida representa a quantidade de produtos consumidos, já o padrão de vida reflete o poder aquisitivo de uma dada população. No nível de vida considera-se o consumo em termos globais, enquanto o padrão de vida considera as unidades sociais básicas, que são as famílias.

Conforme expusemos anteriormente, em 1958 os sindicatos decidiram calcular um índice que retratasse o custo de vida dos trabalhadores paulistanos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de padrão de vida, no município de São Paulo, que permitiu identificar uma família padrão representativa dos associados a sindicatos de trabalhadores (operários e empregados) e o conjunto de itens consumidos mensalmente, nas respectivas proporções, por essa família, procedendo-se, então, ao cálculo da evolução mensal do custo dessa cesta de consumo¹³⁷. O objetivo imediato da pesquisa era refletir a mensuração da estrutura do orçamento doméstico das famílias assalariadas para estabelecer uma nova ponderação para o cálculo do nosso índice do custo de vida.

¹³⁷ Rodrigues aponta o precursor das pesquisas sobre o padrão de vida de operários, Frédéric Le Play, com a obra “Os operários europeus”, como referência metodológica para as investigações comparativas entre a receita e despesa doméstica.

Como pré-condição para o cálculo do custo de vida das famílias de cada estrato de renda e da média da população como um todo, é preciso identificar qual a estrutura do consumo de cada um desses estratos, combinando as informações obtidas com as relativas aos rendimentos dessas famílias - o que deve ser interligado com a determinação dos limites que distinguem os estratos uns dos outros. Portanto, ao mesmo tempo em que a pesquisa levanta dados sobre os orçamentos familiares, é necessário produzir também informações sobre o perfil dessas famílias e de seus rendimentos e gastos. Daí a utilização dos questionários e das cadernetas, como vimos anteriormente.

O artigo de José A. Rodrigues, “Padrão de Vida da População Brasileira”, possui um caráter notadamente metodológico, procurando apresentar os métodos de aferição para a formulação da pesquisa sobre o custo de vida da classe trabalhadora.

Métodos de aferição

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu os seguintes conceitos fundamentais para a realização de pesquisas sobre padrão de vida:

- a) nível de vida: conjunto de bens e serviços efetivamente consumidos, aferido através da contagem de bens e serviços oferecidos ao consumo da população;
- b) nível de consumo: combinação de bens e serviços preconizada por especialistas, artigos importantes para a alimentação, vestuário e serviços de grande magnitude (energia elétrica, por exemplo); e
- c) padrão (*standard*) de vida: apurado mediante a análise da receita e despesas das unidades familiares¹³⁸.

Albertino Rodrigues aponta dois métodos de investigação para mensurar o padrão de vida: “método de questionário”, que consiste em visitar as famílias selecionadas e levantar, *a posteriori*, os dados a respeito da receita e despesa dessa família (referentes a um mês); e o “método de caderneta”, que consiste em entregar às famílias uma caderneta, onde a família deve anotar diariamente a receita e as despesas

¹³⁸ Albertino Rodrigues extraiu os conceitos acima descritos de: Bureau International du Travail (BIT), de Genebra – *Le standard de vie des travailleurs – Études et Documents*, Serie B (Conditions économiques), n° 30, p. 12-14.

(referentes a um mês). Como vimos anteriormente, o DIEESE utilizou a junção dos dois métodos para realizar a pesquisa do ICV.

O artigo apresenta-nos ainda outros dois métodos de investigação, de caráter mais indireto: a “estatística da renda nacional”, que expressa, em termos monetários, as quantidades de bens e serviços consumidos; e “estatística do salário real e sua evolução”, que expressam, tanto em termos gerais, como em termos particulares, o poder aquisitivo da população.

Neste capítulo buscamos apresentar a produção de uma instituição que, além dos portões universitários buscou promover a formulação e publicização de dados construídos com a utilização do aparato técnico científico existente nas universidades. Nesse momento, o DIEESE procurou realizar uma peculiar “ida ao povo” ao oferecer, por meio de suas publicações, não só uma metodologia de consecução de índices do custo de vida, mas também algumas das possíveis soluções de negociação coletiva para o dirigente sindical, apresentando assim informações sobre o mundo do trabalho ao seu maior interessado: o operário.

Procuramos, ao longo do texto, mostrar a constituição de uma “ponte” que aproxima o universo do trabalho à esfera científica. Isto é, o conjunto de publicações do DIEESE revela a combinação dos dois tipos de sociologia analisados por Ianni: a sociologia técnica e a sociologia crítica, mas essa combinação se dá em graus de realização diferenciados em razão de seus propósitos: as pesquisas do Departamento apresentam uma finalidade prática e, necessariamente, imediata. Pois, a mudança social não é compreendida num sentido linear, já que no movimento da sociedade, o “tradicional” e o “moderno” invadem as premissas uns dos outros como modalidades de relações sociais, e são redefinidos mutuamente aos contornos da própria sociedade.

A ênfase da mudança social – preocupação recorrente da sociologia frente à época – abre novas possibilidades para a atuação dos intelectuais e para a influência que eles próprios procuram, com maior ou menor sucesso, exercer na modelagem da tessitura social (SOUZA, 2005). Ainda sobre a atuação dos intelectuais do Departamento, podemos sugerir que o problema da relação entre cientistas sociais e instituição está na idéia de que a vocação científica não estaria na especialização, mas

nasceria da experiência, e, não somente da experiência vivida pelo cientista, mas da experiência apaixonada em relação à ciência. Dessa forma, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos pode, então, ser apreendido como uma organização que permite estabelecer o confronto com os patrões, intermediados pela burocracia estatal, dando respaldo científico para as reivindicações da classe trabalhadora. Segundo essa apreensão, podemos dizer que a presença de cientistas sociais em uma organização, explicitamente vinculada às classes subalternas representa a constituição de um momento de avanço na luta de classes. Posto que, o DIEESE não é uma organização partidária, sua proposta não se fundamenta em mobilizar as bases sociais, mas busca na produção de conhecimento uma forma de gerar capacidade crítico-analítica, oferecendo instrumental para a classe trabalhadora se afirmar e reconhecer seus interesses. Ou seja, o DIEESE, enquanto órgão informador das relações econômicas de classe permite a tomada de consciência da situação de exploração de classe e da necessidade dela contar com informações técnicas sistematizadas para negociar com os patrões e com o Estado. E, a partir da análise científica, busca reduzir os “mistérios” que envolvem as relações formais (por exemplo, denunciando a manipulação da informação sobre os índices do custo de vida e fornecendo elementos racionais para a argumentação de reivindicação salarial dos sindicalistas), criando um espaço autônomo para a classe laboral no interior do sistema global gerido pela lógica do capital.

4 CESIT – A Empresa Industrial em São Paulo

... o ensino e a pesquisa não se confundem [...] com o aprendizado de uma profissão. Sua grandeza e seu infortúnio estão em constituírem ou um refúgio ou uma missão.
Claude Lévi-Strauss, Tristes Trópicos

Verifica-se já há algum tempo, no âmbito das pesquisas sobre processos intelectuais contemporâneos, a emergência de análises acerca da institucionalização e profissionalização da Sociologia e das Ciências Sociais no país. É interessante apontar que parcela significativa desta historiografia procura promover uma comparação entre a produção da “escola uspiana de sociologia” e os trabalhos realizados no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB¹³⁹/1955-1964), alocado no Rio de Janeiro. Sérgio Miceli (1995, 2001 e 2001b) e Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995; 2001), por exemplo, sugerem que o enraizamento na máquina oficial não poderia deixar de marcar o perfil organizacional do Iseb, imprimindo o selo do interesse político-partidário sobre a mentalidade dos “recém-recrutados”, indicando que os laços destes com seus mecenas públicos também marcavam os seus produtos, impedindo, sobremaneira, a autonomia intelectual.

Cabe lembrar, porém, que o Iseb era uma instituição ligada ao governo federal através do Ministério da Educação e Cultura e que os textos dos isebianos não buscavam, necessariamente, professar qualquer caráter homogêneo. Nesse sentido, não se tratava de uma escola de pensamento e sim de um centro de debates sobre a realidade nacional. O diagnóstico de Lúcia Lippi de Oliveira (1995) aponta o Iseb não como um espaço de debate acadêmico, mas como um dos pólos da vida intelectual carioca, e até mesmo como uma esfera do debate político ideológico coevo, mas não como uma

¹³⁹ Criado no governo de Café Filho, nos moldes da Escola Superior de Guerra (ESG). Os principais intelectuais do Instituto foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier; o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré; os cientistas políticos Hélio Jaguaribe, Candido Mendes de Almeida e Oscar Lorenzo Fernandes (TOLEDO: 1978).

instituição acadêmica ou universitária que objetivasse o ensino ou a pesquisa na área de Ciências Sociais¹⁴⁰.

De maneira que, privilegiando a sociabilidade universitária alocada na USP, parte da historiografia especializada no estudo do processo de institucionalização e profissionalização da sociologia brasileira deposita o manto da sociabilidade acadêmica e da base da sociologia científica brasileira no curso de Ciências Sociais da USP.

Todavia, se nos prendemos demasiadamente a essas polêmicas corremos o risco de não explorar plenamente tudo o que poderíamos alcançar no tratamento crítico das interpretações propostas por nosso objeto de estudo. Nesse sentido, não nos cabe analisar as diferenciações institucionais entre as atividades intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas sim apontar singularidades de parcela da produção da “escola uspiana de sociologia”, ressaltando que os estudos teóricos e, principalmente, os empíricos realizados no âmbito do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho¹⁴¹ podem ser compreendidos com um duplo papel. Segundo Florestan Fernandes, as análises produzidas no Centro servem:

(...) como fator de renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado (...). E serve para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper com o peso morto do passado (1976a: 322).

Segundo a compreensão de Florestan Fernandes, os sociólogos deveriam, no mundo moderno, unir a ciência à militância, visando elevar o nível intelectual das grandes massas. Nessa perspectiva, deveria haver não somente uma identificação entre a verdadeira ciência e o processo de transformação social, com vistas à construção de um projeto nacional, como também um engajamento do cientista que não deveria se esgotar e se prostrar sedimentado no plano teórico, mas voltar suas forças eminentemente para uma prática social “militante”. Fernandes esclarece que há homens que “defendem a ordem” e, desse modo, apenas retardam a crise e há outros que “aceleram a história” aprofundando a crise, a fim de livrarem-se dela e de suas contradições: “Eu próprio

¹⁴⁰ Embora tivesse organizado um curso (logo após a sua fundação) com a finalidade de formar a elite brasileira (BRESSER-PEREIRA: 2004).

¹⁴¹ A criação do CESIT é aprovada na Congregação da FFCL/USP a 30/11/1961 e no Conselho Universitário da USP na sessão do dia 21/12 do mesmo ano. Mas apenas com o decreto n. 39854 de 28/02/1962, assinado pelo então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, é que o Centro é criado oficialmente. Informação obtida em ROMÃO (2003).

estou deste lado, que me parece intrínseco à opção com a qual o cientista deve se identificar, qualquer que seja o seu campo de especialização” (*apud* CÂNDIDO, 1996: 128).

Considerando essa ética, suas reflexões possibilitam perceber a sociologia em três níveis: como uma ciência, uma técnica social e um ponto de vista. Florestan Fernandes entende que a ciência precisa ser institucionalizada de acordo com os padrões universais de desempenho, devendo assumir-se como ciência aplicada, em função de um planejamento racional e transformador da sociedade. Decorre dessa sua concepção de ciência, uma preocupação fundamental com as transformações estruturais da sociedade mediante técnicas sociais apropriadas, objetivando a constituição de uma sociedade na qual a democracia seja um dos seus pilares básicos. Incisivo quanto ao papel do cientista, Fernandes atribui aos intelectuais considerável parcela de responsabilidade na tarefa de combater o “atraso cultural” da sociedade que ele faz parte. E, nesse sentido, o cientista precisa impor a si mesmo uma “ética de responsabilidade científica”. Essa postura conjuga o elo entre a ciência e a política. Fernandes defende, portanto, a tese de que ao intelectual não cabe a “neutralidade científica”, enfatizando que os sociólogos não devem perceber-se como servos do poder, mas como agentes do conhecimento e da transformação social.

No processo de construção do projeto nacional, Fernandes postulava a necessidade de se permitir aos “dominados” uma parcela de expressão política que efetivamente contribuísse para o exercício de sua cidadania. Nessa perspectiva, o sociólogo paulista também reconhece na educação um fator importante na definição do projeto nacional. Seu pensamento estabelece, assim, um estreito contato na relação entre educação e sociedade, assentando sua reflexão na discussão sobre a escola pública (em um plano mais geral) e na universidade e em seu envolvimento com o processo de transformação social (em um nível mais específico). E, segundo essa expectativa, ao sugerir a educação como um espaço privilegiado para a Sociologia Aplicada, a abordagem permite novas possibilidades de campo para que os intelectuais possam intervir nos “processos de mudança cultural espontânea” transformando-os em “processos de mudança cultural provocada”. Um dos pressupostos básicos assumidos por esse intelectual, em relação à educação, refere-se ao fato de que os problemas educacionais brasileiros só poderiam ser resolvidos através de uma mudança social organizada.

Sob este aspecto, parece haver um duplo condicionamento social do conhecimento sociológico. De um lado, a explicação sociológica “pressupõe certa intensidade e coordenação dos efeitos produzidos por processos sociais”, na esfera da secularização das atitudes e na racionalização dos modos de compreender o curso dos eventos histórico-sociais. Por outro lado, o vínculo entre ensino e pesquisa exige “um complexo suporte institucional e estrutural, que se formou e se desenvolveu, nas sociedades européias e nos Estados Unidos, em conexão com a formação da ordem social capitalista” (FERNANDES, 1977: 25).

A possibilidade de conjugar esses elementos surgiu para o primeiro plantel da Cadeira de Sociologia I a partir do convite de Roger Bastide para que o grupo ingressasse no projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre a questão racial no Brasil republicano. O projeto tinha por interesse examinar a hipótese de Gilberto Freyre sobre a inexistência de preconceito racial no Brasil. Nesse projeto, o grupo formado por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni pôde averiguar seu ideário acerca de novos modos de compreender o curso dos eventos histórico-sociais e ainda colocar em evidência a “ética de responsabilidade científica”.

Outro elemento a não ser desconsiderado em relação ao ingresso do grupo no projeto da UNESCO está colocado – ainda que implicitamente – na obra “A Sociologia no Brasil”. No texto, Florestan Fernandes demonstra sua preocupação com a falta de financiamento para a pesquisa empírica em grupo, bem como para a constituição de centros de pesquisa que se dedicassem à sociologia aplicada. Na avaliação do sociólogo, a dificuldade de financiamento nessa área compromete o conhecimento dos problemas sociais do Brasil, bem como debilita a capacidade da sociologia de contribuir para a solução desses problemas (FERNANDES, 1977: 50-5).

No projeto, os diagnósticos afiançados apontavam para a mesma direção: desde o Brasil colônia, predominaram as relações de opressão, de hierarquia e de exploração (do trabalho e da sexualidade) do negro pelo branco. Segundo esses pressupostos os autores buscaram compreender as alterações do preconceito de cor¹⁴² em relação às transformações econômicas e sociais que se processaram na transição do regime escravocrata para o regime capitalista. De acordo com Florestan Fernandes, o Brasil da primeira metade do século XX estava cheio de contradições e “dilemas”. Entre esses,

¹⁴² Temática trabalhada por Florestan Fernandes e Roger Bastide durante a primeira metade dos anos de 1950, culminando na publicação da obra “Branços e Negros em São Paulo”.

apontava para o “dilema social” de uma sociedade rural, estamental, em fase de modernização, que não conseguia libertar-se de seus fantasmas e estruturas do passado e, principalmente, inviabilizava a consolidação do processo de industrialização em larga escala que, na consideração de Fernandes era requisito para manter os padrões de acumulação necessários para implementar uma “ordem social competitiva”. Isto é, faltavam à “sociedade patrimonial”, os agentes que representassem a racionalidade e o espírito empresarial, pré-requisito, em sua opinião, para a implementação do capitalismo no Brasil (ARRUDA: 1995).

A compreensão de que a “ordem social competitiva”, mais especificamente a estrutura de classes com seus mecanismos de regulamentação dos conflitos, demorou a instalar-se, sem jamais conseguir extinguir completamente a velha ordem patrimonial na mentalidade e nas ações dos atores sociais inseridos no Estado democrático, no sistema de partidos e na escola (FREITAG: 2005). A partir dessa compreensão, observou-se que os mecanismos de ascensão social funcionavam mais como “obstáculos” à emergência da ordem social competitiva do que como agentes de mudança. O “dilema racial” consistia para Fernandes no fato de a abolição da escravatura ter ocorrido de forma precipitada (1888), sem assegurar aos negros livres uma verdadeira integração na sociedade dos brancos. Excluídos do mercado de trabalho e sem uma formação profissional e uma experiência no mercado de trabalho livre, os antigos escravos necessariamente ficariam à margem dos processos de inclusão e modernização em marcha, dos quais somente os imigrantes passariam a se beneficiar a longo prazo. A falta de formação profissional reduzia as chances de trabalho do negro, descendente dos escravos, dificultando o seu acesso aos mecanismos de ascensão como a formação escolar, o voto democrático, a realização pelo trabalho (FREITAG: 2005).

Em decorrência dos resultados obtidos sobre o problema de integração do negro em uma sociedade de classes e necessariamente competitiva, outra questão veio à pauta da Cadeira de Sociologia I: qual o tipo de sociedade que estava sendo organizada e quais os rumos dessa sociedade? Essa temática colocou Fernandes frente a um novo problema: o processo de mudanças sociais, focalizado na cidade de São Paulo – palco das grandes transformações operadas pela urbanização e pela industrialização. A partir de então, os temas anteriormente analisados pelo autor (as comunidades indígenas e o folclore) cederam lugar às reflexões em torno da passagem da sociedade patrimonial à “ordem social competitiva”. A presente transição temática é expressiva de um momento no qual as ciências sociais desenvolvidas na Universidade de São Paulo passaram a

debater-se com o contexto histórico imediato: a sociedade contemporânea em seu processo de mudanças.

E, nesta acepção, seguindo a linha da sociologia aplicada e desenvolvendo-se na esfera universitária, podemos situar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), que surge a partir das preocupações do grupo reunido na Cadeira de Sociologia I e do estímulo do sociólogo francês Alain Touraine, então estudioso da Sociologia Industrial, acerca da estrutura social e ocupacional da cidade de São Paulo.

O Centro é organizado de forma hierárquica: no primeiro plantel estão Florestan Fernandes (chefe da Cadeira de Sociologia I, desde 1954, quando do retorno de Roger Bastide para a França) e os seus principais assistentes: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A segunda linha de assistentes diretos é formada por Marialice Mencarini Foracchi e Luiz Pereira. O Centro contou ainda com os pesquisadores contratados: Celso de Ruy Beiseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola.

Segundo Juarez Brandão Lopes (1978), a transição temática (da questão racial para os processos desencadeados pela modernização e industrialização) sugere uma atuação mais contundente no debate político nacional, como ocorrera ao final da década de 1950, na participação na Campanha em Defesa da Escola Pública. O papel de Florestan na defesa de uma sociologia aplicada, comprometida com a elaboração de programas práticos de transformação da realidade social, mais uma vez, será decisivo. Em realidade essa preocupação crescente nos meios políticos e acadêmicos, articulava-se com as idéias de “planejamento” e de uma intervenção técnico-científica na sociedade. E, a partir dessa compreensão podemos perceber uma particular aproximação entre Florestan Fernandes e Karl Mannheim: ambos concebem as mudanças objetivadas pela intervenção racionalmente orientada no sentido da reforma social e não da revolução. Mannheim, no conjunto de sua obra rechaça todos os tipos de ditaduras, sejam elas fascistas ou comunistas, bem como às instabilidades e dissensos típicos de épocas revolucionárias. Para Mannheim, o planejamento das transformações sociais deveria ser um planejamento democrático, baseado na discussão e no consenso e não na imposição de um modelo social por um Estado autoritário (MANNHEIM, 1976).

De forma semelhante, em Florestan Fernandes, a idéia de intervenção racional como forma de controle das mudanças sociais é expressa pelo planejamento democrático, obtido com base em consensos sociais e visando uma organização social igualmente democrática. Segundo o sociólogo paulista (1970), como processo social, a

intervenção racional precisa levar em conta as “tendências de desenvolvimento histórico-sociais da sociedade”, bem como a “vontade coletiva” das forças sociais que nela operam. Esses requisitos impõem-se à medida que a transformação social se realiza mediante deliberação e vontade, segundo os rumos previsíveis que a realidade tende a tomar. Isso significa dizer que a intervenção racional precisa levar em conta as aspirações dos sujeitos sociais, devendo ser ajustada à capacidade desses sujeitos de absorver as modificações previstas pelo processo histórico, bem como de seu empenho em realizá-las. Não caberia, portanto, a implantação de medidas que não pudessem ser compreendidas e realizadas pelos sujeitos sociais. Seria preciso, portanto, estudar as necessidades sócio-culturais da sociedade.

A “sociologia militante” de Fernandes pode ser percebida pelo seu envolvimento na Campanha, tanto em termos de uma produção analítica sobre a questão da educação, como da participação efetiva, através de conferências e comícios públicos e de contatos com deputados e senadores, nos momentos que antecederam a votação, pelo Congresso, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (SOUZA: 2005). Na campanha em Defesa da Escola Pública, Fernandes experimentou uma sorte de reencontro com seu passado,

(...) tudo se passou como se me transformasse, de um momento para outro, em porta-voz das frustrações da revolta dos meus antigos companheiros de infância e juventude. O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações (...). Nesse sentido, assumi nos debates travados uma posição análoga à que Patrocínio desempenhou nas lutas abolicionistas, descontados naturalmente os coeficientes históricos e pessoais. (...) Como ele, coube-me o dever de levar ao mundo cultivado do Brasil as angústias, os sentimentos e as obsessões dos esbulhados, e honro-me ao lembrar que não trepidei, por um instante, diante dos imperativos deste dever. Professor, sociólogo e socialista – não foi de nenhuma dessas condições que extraí o elemento irredutivelmente inconformista, que deu sentido à participação que tive na Campanha de Defesa da Escola Pública. (FERNANDES: 1977, 56).

Esse envolvimento e a frustração quanto aos rumos tomados pelos legisladores e o próprio Executivo, chefiado já então (1961) por João Goulart, provocaram uma mudança na hipótese orientadora de sua obra, enquanto resposta à problemática das possibilidades de constituição de uma ordem racional, industrial e democrática no

Brasil, passando a vigorar a hipótese do dilema social brasileiro, em substituição à hipótese da demora cultural (LIEDKE: 2005).

A leitura de Florestan Fernandes sobre a realidade brasileira sugere que o dilema social consiste “numa resistência residual super-intensa à mudança social, que assume proporções e conseqüências sociopáticas” (FERNANDES: 1963, 211). De acordo com o autor, trata-se de “um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores morais básicos de determinada ordem social” (208), comportamento este das camadas privilegiadas econômica-social e politicamente¹⁴³:

[O] (...) dilema social brasileiro caracteriza-se como um apego sociopático ao passado, que poderá ter conseqüências funestas. Ostenta-se uma adesão aparentemente leal e faminta ao progresso. Professa-se, porém, uma política de conservantismo cultural sistemático. Os assuntos de importância vital para a coletividade são encarados e resolvidos à luz de critérios que possuíam eficácia no antigo regime, ou seja, há três quartos de século. Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da Nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão (212).

4.1 Renovação teórico-metodológica

Conforme procuramos explicitar, a multiplicidade de questões a cerca do papel do sociólogo no Brasil será pautada pela sociedade em mudança, cabendo à análise sociológica revelar a relação do sociólogo com a sociedade (BOAS, 1997). Nesse sentido, surge a possibilidade do sociólogo atuar, pela sua formação profissional, na coletividade, percebendo as especificidades que envolvem cada sociedade. Logo para a “escola uspiana de sociologia”, o sociólogo para exercer seu ofício necessita de responsabilidade e de imaginação que permitam pensar a sociologia como um saber de transformação. Saber este que é reflexivo, porque atualiza as novas e velhas indagações.

A tradução dos processos sociais na sua complexidade se concretiza nas diversas dimensões, por uma formulação que deve congrega as análises mais distintas que se

¹⁴³ O “dilema educacional” também expressa – nas reflexões de Florestan dessa primeira fase – uma ambigüidade do sistema societário brasileiro que postula a educação como sendo um mecanismo de ascensão e inclusão social, mas que, de fato, mostra-se seletivo e pouco atraente para os já desprivilegiados.

veiculam intimamente ao tratamento dado à questão das diferenças. A sociologia não se apresenta na forma de modelos, com respostas mecânicas e fixas, mas no sentido de contribuir para o conhecimento e a compreensão da realidade social. Para tanto, o sociólogo se põe ao “ofício” do reconhecimento das várias facetas que englobam o social.

Nesse sentido, a sociologia é mediada pela concepção de que toda sociologia deve ser, ao mesmo tempo, uma sociologia do conhecimento. Como observou Ianni: “em sociologia o pensamento é pensado o tempo todo”. As suas contribuições históricas e teóricas estão permeadas pela reflexão e pela crítica sobre as relações entre o pensamento e o pensado. (MARTINS, 1998: 15). Para tanto, ao tratar do fazer sociológico em Florestan Fernandes, é necessário se pensar em uma certa instrumentalização de sua própria sociologia. Fazendo disso a sociologia instrumento de sua prática, da sua profissão, do seu trabalho e de defesa da própria sociologia enquanto ciência. Entende a ciência na especificidade que lhe é própria, mas ainda na sua relação com a sociedade, da qual é parte, específica, mas parte. O desenvolvimento científico não resulta apenas do movimento de construção interna da própria ciência, mas também de condições histórico-sociais, as quais afetam a institucionalização da pesquisa (CARDOSO, 1996: 92). Partindo disto, o sociólogo e a sociologia vão ser a porta de entrada para as possíveis indagações, a fim de superar o patamar de uma sociologia profissional ressentida, em busca de uma sociologia na qual o sociólogo com a formação profissional participa e põe o trabalho intelectual dele, como e enquanto sociólogo, em interação com as expectativas e as preocupações da coletividade. Mas, para isso, é indispensável o amadurecimento intelectual que tenha a capacidade de reagir com o mínimo de energia intelectual.

Sobre essa temática também adverte o cientista político italiano Norberto Bobbio, pois “se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo”. Mas se, de outra parte, “o homem de cultura põe-se acima do combate para não trair e se ‘desinteressar das paixões da cidade’, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral”. Dessa maneira, Bobbio parte da constatação de que a “melhor prova da presença da cultura na sociedade contemporânea é o debate, muitas vezes áspero, sempre vivo e atualíssimo, sobre a tarefa e a responsabilidade dos intelectuais”. Segundo o autor, não somente do ponto de vista ético, mas também analítico, seria mais apropriado falar em “responsabilidade” do que em “engajamento”

dos intelectuais. Considerando o tema do engajamento como um “falso problema”, Bobbio argumenta que mais do que o engajamento em si, o que conta é a “causa pela qual alguém se engaja”. Para Bobbio, “importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das conseqüências que dela derivam” (BOBBIO, 1997: 91; 100).

A partir desse parâmetro, a “ética da responsabilidade científica” da “escola uspiana de sociologia” pode ser compreendida como a necessidade de extrair conseqüências práticas das pesquisas sociológicas. Em “A sociologia numa era de revolução social”, Florestan Fernandes expõe com clareza a necessidade de combinação dos papéis de cientista e de cidadão:

A conexão de sentido, que nos compelia a ver nossos papéis na sociedade brasileira, à luz da responsabilidade intelectual ativa, crítica e militante (...) todo sociólogo digno desse nome deve saber ajustar-se à situação e, em conseqüência, sua capacidade de contribuir para o conhecimento sociológico de uma realidade tão imperativa (...) o que lhes compete [aos sociólogos] não é traçar planos ideais de organização das sociedades humanas. Mas produzir conhecimentos que expliquem esse processo cientificamente e assegurem o maior domínio possível sobre as diversas fases de intervenção racional na realidade social (FERNANDES, 1976: 34; 123).

A sociologia pode revelar os (des) caminhos históricos inerentes a cada situação social e a cada situação de classe, essenciais para orientar racionalmente a ação social e política. Porém, a sociologia não se separa da sociedade, assim, segundo Fernandes, a sociedade não se separa da consciência social; “só vê sociologicamente quem quer algo socialmente” (FERNANDES, 1976: 61). Desse modo, a concepção de mudança vai ocorrer em torno do eixo que compreende a ação transformadora como uma idéia de intervenção para a superação dos entraves representados pela herança colonial. As condições de atuação para o fazer sociológico engloba sentidos, valores, ações distintas e contraditórias dentro de uma realidade, no mínimo, desafiadora para o sociólogo. Já que este possui todo um aparato simbólico, teórico e metodológico para se pensar e se fazer sociologia no Brasil. Todavia, tendo em vista uma sociedade com seus valores e idéias em dinâmica constante.

Para Florestan Fernandes, o sociólogo é um agente de transformação que age tanto sobre o contexto social quanto sobre si mesmo: ao tentar explicar a sociedade brasileira, como sociólogo, o cientista social é desafiado por múltiplas questões que

exige do intelectual a compreensão das singularidades históricas e culturais do país (FERNANDES, 1978: 50). Assim, as múltiplas dimensões do papel do sociólogo na sociedade brasileira contornam um indivíduo, que é o sociólogo voltado para as coletividades nacionais, desenvolvendo reflexões que questionam as inquietações mais profundas, ou seja, as que mobilizam, por excelência, a condição de sociólogo e sua inquietação. Nessa visão sobre o papel do sociólogo e da sociologia há algo em comum com a idéia de “imaginação sociológica” desenvolvida por Wright Mills:

[...] A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos (...) é deixar claro os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas. É a exigência central que lhe fazem outros trabalhadores culturais (MILLS, 1972: 11; 20).

Aposta também retificada por Florestan Fernandes: “basta enxergar a imaginação sociológica¹⁴⁴”: a idéia de “inquietação” por parte do sociólogo ilumina um caminho no qual ele se vê desafiado por uma formação teórica e geral. O sociólogo pode correr o risco de ficar centrado numa formação científica rigorosa e de perpetuar uma ausência de sensibilidade capaz de agir sociologicamente (FERNANDES, 1978: 21). Para tanto, a sociologia deveria ser produzida em vista da preocupação não só com a investigação empírica e com a construção teórica, mas também conjugada aos problemas que são coletivos e sociais. Um tipo análise que é sensível a realidade brasileira, já que a preocupação em conhecer e em fazer conhecer a realidade do país, faz projetar a sociologia. Florestan Fernandes procurou combinar o caráter afirmativo de suas análises, fundamentadas em rigor metodológico e sólida construção teórica, com os questionamentos constantes do ofício do sociólogo. Esta sensibilidade sociológica, esta inquietação é um traço questionador que permite flexibilidade ao olhar sociológico, requisito indispensável a uma ciência cujo objeto é por ele mesmo dinâmico: a sociedade.

A partir da concepção mannheimiana de que os cientistas sociais precisam alargar a sua noção de teoria, no sentido de estendê-la à investigação dos processos deliberados de intervenção na realidade, Fernandes passa a indicar a necessidade de participação ativa dos sociólogos na “conversão dos conhecimentos sociológicos em

¹⁴⁴ FERNANDES, 1978: 11.

forças sociais”. Esta concepção de intervenção racional, na qual o intelectual tem papel ativo em seu controle, é orientada pela percepção da parcialidade e da ineficácia dos políticos e de outros homens de ação na resolução dos problemas sociais, isto é, a ciência deveria ser colocada a serviço da política e a função do intelectual seria mediar esse processo (FERNANDES: 1977). Conforme buscamos apontar na Introdução desta dissertação, essas preocupações de Fernandes com a sociologia aplicada se dão em um momento no qual ele enfatiza a necessidade da consolidação das ciências sociais no Brasil em marcos institucionais. Daí sua abordagem em torno do imperativo da construção de centros de pesquisas que possam integrar trabalhos empíricos e a aplicação do conhecimento à realidade social.

A construção de um campo científico autônomo ou de uma “comunidade científica mertoniana” – ancorada na institucionalização das atividades e na consolidação da carreira científica seriam condições imprescindíveis para que a sociologia pudesse se dedicar com segurança ao estudo dos “problemas brasileiros”: “Os leigos (...) culpam os cientistas sociais por indiferença diante dos ‘problemas brasileiros’, negligenciando o fato de que a ‘vontade’ deles não é determinante: o concurso das ciências sociais na solução desses problemas depende, evidentemente, da constituição de instituições de pesquisa científica ou de ciência aplicada, especialmente dedicadas a esse fim (FERNANDES, 1977: 53).

Isto é, a sociologia aplicada de Fernandes está calcada na idéia de que o processo de intervenção social deveria ser controlado pela pesquisa sistemática, em razão do autor considerar que o próprio processo de intervenção é um processo social e deve ser compreendido como parte do campo de pesquisa. Essa noção é claramente influenciada pela perspectiva de controle da mudança social e do planejamento democrático propugnadas por Mannheim. O planejamento mannheimiano é pautado pelo princípio racional, ou seja, pelo pressuposto de que a teoria e a pesquisa científica fornecessem bases seguras ao planejamento da transformação social, isto é, a seu controle (MANNHEIM, 1953, 1967, 1972).

Sob esse ideário da participação ativa do intelectual na esfera social, observamos um elevado grau de dissenso, entre os autores que analisamos para qualificar os momentos de ruptura na obra e na atividade política do chefe da Cadeira de Sociologia I, Florestan Fernandes. Para Arruda (1995), são quatro os momentos importantes: a)

trabalhos sobre o folclore e os estudos etnológicos sobre os Tupinambá¹⁴⁵; b) pesquisas raciais (UNESCO) e “Fundamentos empíricos da explicação sociológica”; c) postura militante, quando produz “A Sociologia numa era de revolução social”; e os trabalhos críticos ao regime autoritário (após a aposentadoria compulsória - 1969). Já para Freitag (1987), a obra de Fernandes pode ser dividida em dois grandes momentos: a) fase acadêmico-reformista; e b) fase político-revolucionária.

Neste estudo, por critérios didáticos, adotaremos a percepção de Mota (1985), segundo a qual, o momento de radicalização na trajetória do professor paulista se deu ao final da década de 1950, e tem como marco o livro “A Sociologia numa era de revolução social” (1963), reunião de escritos formulados entre os anos de 1959 a 1962 (LAHUERTA: 1990). Mota também nos aponta “a perspectiva da postura radicalizada” já ao final da década de 1950, isto é, antes da virada “marxista-socialista”, corroborando nossa compreensão de que ainda neste período já se apresentava uma preocupação com a noção de “sociologia aplicada”, por exemplo, já em 1956, antes, até mesmo da participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, Florestan Fernandes integrou o Conselho Técnico Consultivo do DIEESE (CHAIA: 1988). E, apesar da brevidade da existência do supracitado Conselho e de seu caráter apenas formal, tal elemento nos sugere uma preocupação com o desenvolvimento industrial e econômico da cidade de São Paulo. Entretanto, somente com os estudos realizados pelo CESIT essa preocupação será explicitada.

Outro ponto importante a salientar em “A Sociologia numa era de revolução social” é a influência¹⁴⁶ de Karl Mannheim e Hans Freyer na concepção do papel do intelectual e nas propostas de planejamento social. É nesta obra que os projetos de investigação do CESIT “A Empresa Industrial em São Paulo” e “Economia e Sociedade no Brasil: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento” são explicitados.

Segundo Fernandes, o projeto do Centro tinha a intenção de apresentar interesses empíricos, teóricos e práticos. No nível empírico seria possível adquirir “conhecimentos objetivos sobre a estrutura, funcionamento e evolução da indústria paulistana”, tais

¹⁴⁵ Os frutos desse momento de sua produção intelectual são: a dissertação de mestrado, defendida no ano de 1947, na Escola Livre de Sociologia e Política, “A organização social dos tupinambás¹⁴⁵”; e a tese de doutorado, defendida no ano de 1951, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, “A função social da guerra na sociedade tupinambá”. Fernandes, Florestan. *A função da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Museu Paulista, 1952. (2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1970).

¹⁴⁶ Fernandes agrega explicitamente a idéia mannheimiana do “intelectual desvinculado”, isto é, acima dos grupos sociais, esta concepção possibilitava o “ideal” divisionista entre ciência e política (Mannheim, 1973: 80 e segs.)

conhecimentos permitiriam a compreensão do “Brasil moderno”. Já no nível teórico, a partir de questões acerca da formação e do crescimento da indústria, tornar-se-ia possível identificar os tipos de empresa industriais mais ajustados à realidade ambiente. E, por último, no nível prático: “passar” o conhecimento aos homens de ação (administradores, economistas, legisladores e políticos) (1963: 329).

Entretanto, a partir da leitura específica sobre o período e de entrevistas por nós realizadas sobre o CESIT, com intelectuais participantes do Centro, esbarramos em um obstáculo inesperado: nossas duas fontes de pesquisa indicaram que não houve uma divisão perceptível acerca dos encargos de cada pesquisador, segundo o projeto em que cada um deveria tomar parte. Isto é, os dois projetos apresentados por Florestan em “A Sociologia numa era de revolução social” de fato foram conduzidos, mas não ocorreu a separação pronunciada entre os projetos (“A Empresa Industrial em São Paulo” e “Economia e Sociedade: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento”). De maneira que, compreendemos como trabalhos diretamente relacionados ao Centro os estudos realizados a partir do *survey* de 1958, sobre a empresa industrial paulistana, cuja idéia era a obtenção de um diagnóstico sobre o principal núcleo industrial do país (São Paulo – Capital, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos). A pesquisa pretendia compreender o acelerado processo da industrialização de São Paulo, e, em contrapartida, o sofrado desenvolvimento econômico no restante do país, desencadeando a percepção de outro fenômeno que precisava ser avaliado: a descontinuidade no desenvolvimento econômico da nação. O projeto também se relacionava à preocupação do grupo da Cadeira de Sociologia com a racionalidade e a adequação do empresário à modernização:

[...] Na fase pioneira da indústria, a capacidade de improvisação, a audácia e até certas disposições predatórias eram essenciais para o êxito do empresário e da consolidação da empresa (...). Como tudo estava por desbravar, o mais brutal individualismo conciliava-se com os interesses da inovação econômica da coletividade (FERNANDES, 1963: 323).

Os temas a serem desenvolvidos no âmbito do CESIT apontam – *a priori* – para três frentes: a consolidação da hegemonia da Cadeira de Sociologia I; as preocupações da Cadeira com a questão do desenvolvimento econômico brasileiro e, a par com esse ponto, a necessidade de captar o modo pelo qual a empresa industrial irradiava seus

efeitos sobre a urbanidade; e a dificuldade de obtenção de recursos para a viabilização das pesquisas – concomitantemente a este último item, está presente a tentativa de incorporar os projetos de investigação do Centro ao Plano de Ação da gestão do então governador de São Paulo Carvalho Pinto (1959-1963), conforme justificativa de Fernandes (1977):

[...] Após muitas e ponderadas discussões, optamos pela área crucial do desenvolvimento sócio-econômico do ‘Brasil-moderno’ – a da industrialização e seus efeitos na cidade de São Paulo. Muitos outros temas foram cogitados: mas, nenhum parecia reunir, nas mesmas proporções, viabilidade diante de recursos limitados e importância marcante para a ciência e para a coletividade (340).

Para José de Souza Martins (1998), o Plano de Ação foi uma proposta de intervenção acadêmica através do Estado, no sentido de transformar a sociedade brasileira pelo alto. Em sua avaliação, pretendia-se que os governos fossem orientados por técnicos, portadores do conhecimento científico – e, por isso, “neutros”, distanciados de motivações políticas – que tomariam as decisões necessárias para a realização do desenvolvimento econômico das atividades governamentais, sobre a qual estava calcada parte da legitimidade política da gestão de Carvalho Pinto.

No entanto, o CESIT não foi contemplado pelo Plano de Ação do governo estadual. Coube a Fernando Henrique Cardoso, futuro diretor do Centro, buscar dotações para o andamento das pesquisas. Cardoso procurou Fernando Gasparian, então diretor da Confederação Nacional das Indústrias. Gasparian doou ao CESIT, ao final de 1961, Cr\$ 10.000.000,00, valor que representava pelo menos sete vezes o orçamento anual da Cadeira de Sociologia I (FERNANDES: 1977, 238-279). A outra fonte de recursos proveio da recém-criada Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/1962). É de interesse apontar o grau de prestígio da Cadeira de Sociologia I em relação às Ciências Humanas e Ciências Sociais, essas duas últimas recebiam 6% do valor total de dotações, desses 6%, 25% eram destinados à Cadeira de Sociologia I e ao CESIT. A dotação destinada às investigações em empresas industriais em São Paulo, ou seja, à compra de material de pesquisa (máquina fotográfica e máquina de calcular elétrica, por exemplo), e ao financiamento de viagens: Octávio Ianni iria à London School of Economics a fim de estudar Sociologia do Desenvolvimento Industrial; Fernando Henrique Cardoso iria a Paris, para estudar

técnicas de pesquisa e organização dos Centros de Pesquisas Industriais, na *École Pratique des Hautes Études, Laboratoire de Sociologie Industrielle*, dirigido por Alain Touraine¹⁴⁷.

Inicialmente, como já observamos, o projeto consistiu na procura de um objeto que atendesse às indagações da cadeira de Sociologia I e pudesse ter participação nos fundos proporcionados pelo Plano de Ação do governo estadual. Deste momento, tomaram parte os seguintes professores: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira, Marialice Mencarini Foracchi e Bertram Hutchinson, então comissionado junto à Cadeira de Sociologia I pela UNESCO. O segundo momento foi determinado pelos critérios de escolha da amostra¹⁴⁸ e do cadastramento das empresas.

O projeto sobre a empresa industrial em São Paulo foi organizado com o intuito de realizar cinco monografias¹⁴⁹, cada uma deveria ficar a cargo dos seguintes pesquisadores responsáveis: Leôncio Martins Rodrigues¹⁵⁰ (“Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo”), José Carlos Pereira (“Estrutura e expansão da indústria em São Paulo”), Lourdes Sola (“Racionalização na indústria paulista”), Cláudio José Torres Vouga (“Direção das empresas industriais em São Paulo”) e Gabriel Bolaffi (“A racionalização da empresa privada ou a racionalização do sistema econômico: o falso dilema em que se debate a civilização industrial no Brasil”), os quais contaram com a cooperação dos seguintes auxiliares de pesquisa na coleta e análise dos dados: Albertina Boal, Cacilda Maria Ascitti de Sabóia Fiuza, Gabriel Cohn, José

¹⁴⁷ Leôncio Martins Rodrigues, depoimento à autora (07/06/2006).

¹⁴⁸ O critério escolhido, que mereceu a aprovação do Dr. Lindo Fava, professor de Estatística da Seção de Ciências Sociais, determinou a fixação em 300 empresas a serem incluídas no levantamento (Fernandes, 1963:331).

¹⁴⁹ Ainda foram realizados outros trabalhos do Centro, a cargo dos pesquisadores considerados como do primeiro plantel da Cadeira de Sociologia I, a saber: “mentalidade do empresário industrial”, a cargo de Cardoso (“Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil”/1964); a “intervenção construtiva do Estado”; de responsabilidade de Ianni (“Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil”/1965); e a “mobilização da força de trabalho”, isto é, a análise sobre os fluxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica social e política, sob os cuidados de Luís Pereira (“Trabalho e desenvolvimento no Brasil”/1965) (ARRUDA: 1995).

¹⁵⁰ A primeira utilização analítica dos dados obtidos no *survey* foi feita pelo pesquisador Leôncio M. Rodrigues, em trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de Sociologia (“Greve e Estrutura das Empresas”. Do mesmo modo, Fernando H. Cardoso, professor assistente da cadeira de Sociologia I e diretor do Centro também utilizou uma parte dos dados levantados em monografia redigida sob o patrocínio da CEPAL), (Fernandes: 1963, 333).

Rodrigues Barbosa, Linda Ganej, Maria Conceição D’Incao, Maria Marcia Martins Smith, Vera Lúcia Brizola, Vera Mariza Henrique de Miranda e Zilah Branco Weffort.

Sendo o prazo para conclusão do curso de Mestrado (*Stricto Sensu*) de vinte e quatro meses, para a realização de nosso estudo, selecionamos somente dois dos trabalhos acima mencionados: “Estrutura e expansão da indústria em São Paulo”, de José Carlos Pereira e “Greves operárias em São Paulo”, de Leôncio Martins Rodrigues. Entretanto, no decorrer de nossa análise procuramos não apenas traçar, especificamente, um diálogo entre estes autores, mas sim complementá-los com outros textos pertinentes no interior da discussão sociológica sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

4.2 “Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo”

Conforme explicitamos brevemente, a compreensão de que a industrialização brasileira converteu-se em um fenômeno predominantemente paulistano motivou a Cadeira de Sociologia I e o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho a programarem um *survey*, realizado em 1962, acerca de 285 empresas industriais paulistanas. A tese de doutorado de José Carlos Pereira, “Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo¹⁵¹”, é um dos resultados desse *survey*.

A fase inicial do *survey* contou com a colaboração dos seguintes pesquisadores do CESIT: Celso de Ruy Beiseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Lourdes Sola, Gabriel Bolaffi e Cláudio José Torres Vouga que, durante a etapa de reelaboração, experimentação e crítica do questionário, tiveram a assistência do Dr. Bertram Hutchinson. Durante a tabulação dos dados colaboraram: Maria Conceição D’Incao de Melo e Maria Márcia Smith (ambas licenciadas), também colaboram na tabulação dos dados Lybia de Mattos Bruno (licenciada), do Serviço de Estatística do Centro Regional de Pesquisas Educacionais.

No prefácio à obra, Florestan Fernandes identifica o estudo com um “diagnóstico de situação”, avalizando ainda que considerável parcela de seu conteúdo procura esmiuçar a realidade da empresa industrial e do complexo de industrialização. Segundo Florestan, “Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo” procurou responder a alguns itens do programa geral de pesquisas do CESIT, como, por exemplo,

¹⁵¹ Pereira defendeu a tese em 1964, sob orientação do Prof. Dr. Florestan Fernandes. O trabalho de Pereira, foi publicado posteriormente, em 1967, sob o mesmo título.

explicitar de que maneira foram processadas e quais seriam as linhas previsíveis do crescimento industrial da cidade de São Paulo.

A escolha dos elementos da amostra foi feita tendo por base o ano de 1958, pois era o ano mais recente sobre o qual os pesquisadores possuíam informações sobre as empresas paulistanas. Os dados utilizados foram os do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. A pesquisa procurou analisar as empresas segundo o ramo e o tamanho dos estabelecimentos industriais da região considerada, isto é, Grande São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos.

As empresas com 20 ou mais operários foram, inicialmente, estratificadas por ramo. Em seguida, foram classificadas por ordem crescente de número de empregados. Após esse procedimento (mantida a divisão por ramo) houve uma repartição em três estratos:

- a) Empresas pequenas – 20 a 99 operários¹⁵²;
- b) Empresas médias – 100 a 499 operários; e
- c) Empresas grandes – 500 ou mais operários.

Realizado esse trabalho, foi extraída uma amostra sistemática, fazendo com que a fração da amostragem variasse de maneira a fornecer um número igual para cada um dos estratos construídos segundo o tamanho. A partir disso, foi dada uma representatividade proporcional a todos os ramos e maiores possibilidades aos grupos de empresas com maior número de operários. Posteriormente foi feito um sorteio: um estabelecimento em cada 25, no primeiro estrato; um em cada 8, no segundo; um em cada 2, no terceiro. Essa variação da fração de amostragem aproximou, com uma pequena discrepância¹⁵³, a representatividade dos vários estratos quanto às duas variáveis básicas citadas: valor da produção e volume de mão de obra (1967: 2).

¹⁵² Os estabelecimentos que possuíam menos de 20 operários não foram incluídos no estudo.

¹⁵³ O resultado foi – praticamente - uma amostra inicial de 100 em cada estrato. A esse respeito Pereira faz uma ressalva acerca de um problema no *survey*: “No decorrer da pesquisa houve algumas recusas e 3 questionários foram eliminados (...), o número dos efetivamente aplicados variou da seguinte forma: 96 no primeiro, 95 no segundo e 94 no terceiro, dando um total de 285 questionários utilizáveis” (2).

Pereira realiza um breve excuro sobre a transição do capitalismo agro-exportador para o capitalismo industrial, indicando a transferência de capital excedente produzido pela cafeicultura para outras atividades:

[...] O grande fazendeiro de café era frequentemente uma pessoa urbanizada que, aos poucos, impelido pelos seus próprios interesses, foi obrigado a diferenciar seus papéis econômicos e a intervir organizadamente nos desdobramentos financeiros, comerciais e políticos dos negócios do café¹⁵⁴ (11).

O primeiro estímulo recebido pela indústria nacional foi ocasionado pela Primeira Guerra Mundial, que dificultou as importações dos países nela envolvidos. Contudo, terminado o conflito, voltadas as economias beligerantes para a produção não-bélica, cessou estímulo, reduzido unicamente à vantagem – relativa – da depreciação do valor externo da moeda.

A construção histórico-econômica de Pereira coloca que, com a “Crise de 1929” a situação da lavoura de café impossibilitou a obtenção de crédito externo para financiar a política de retenção de estoques, entretanto, paradoxalmente, a mesma situação que desfavoreceu a produção de café incrementou a indústria, em razão de três motivos principais assinalados pelo sociólogo: em primeiro lugar, para defender o setor exportador foi **desvalorizada a moeda**, elevando os preços dos produtos importados e, conseqüentemente, diminuindo a competição externa; em segundo, o governo deu prosseguimento à **política de retenção de estoques**, agora com recursos internos devido à desvalorização da moeda; provocando o terceiro motivo: a **pressão da procura** que, segundo Pereira, aliada à manutenção do nível de renda da classe assalariada, fomentou a economia interna e “pela primeira vez outros setores da economia passaram a oferecer melhores oportunidades de inversão que o cafeeiro” (13).

Já na Segunda Guerra, o autor nos aponta que a economia brasileira foi submetida a um esforço; “como não era possível aumentar a produtividade em virtude da inadequada produção interna de bens de capital”, os equipamentos foram utilizados até sua capacidade máxima, acarretando uma obsoletização, lançando mão de todos os “expedientes possíveis para manter o nível de produção”, utilizando amplamente a mão

¹⁵⁴ Ver também sobre essa temática: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965, p. 25 e segs.

de obra, cuja procura cresceu acentuadamente, o que “trouxe um novo desequilíbrio, pois os salários reais cresceram, aumentando ainda mais a procura de bens” (14). Terminado o conflito, cresceu o volume de importação e, para se evitar um *déficit* na balança de pagamentos, o governo impôs barreiras aos produtos importados¹⁵⁵. De maneira que, devido aos altos encargos cambiais, os investidores externos fossem atraídos a produzir seus artigos no Brasil. Ademais, a situação forçou os empreendedores nacionais a buscarem alianças com o capital estrangeiro, a fim de obter o equipamento de que careciam para expandir a produtividade, após a percepção de aumento da demanda.

A economia paulista

Segundo Pereira, a economia paulista ancorou-se em condições extremamente favoráveis para seu pleno desenvolvimento, com a ampliação de sua capacidade de acumulação por meio da integração das atividades cafeeiras, da agricultura variada, da rede dos transportes, da diversificação do comércio varejista ao grande atacado, do sistema bancário e, sobretudo, da potencialidade revelada no setor industrial. Nesse processo, não interrompido, a década de 1950 configura-se como herdeira dos anos anteriores. Foi nesse período que nasceram mais da metade das indústrias mecânicas, um terço das metalúrgicas e um quarto dos estabelecimentos destinados à produção de material elétrico e de comunicação, em relação ao parque industrial existente em 1958. O desenvolvimento de estabelecimentos industriais destinados à produção de material de transporte e de autopeças, junto com o processo de intensa modernização pelo qual passava a indústria alimentícia completavam o quadro de grande diferenciação industrial alcançada nessa fase. Em decorrência disso, e como resultado de ampliação da massa salarial distribuída, os bens de consumo dos assalariados tiveram um incremento, trazendo à cena do mercado atores até então ausentes. O dinamismo do setor industrial mobilizou trabalhadores antes envolvidos em atividades primárias, ao mesmo tempo em que atraiu numerosa parcela da população rural aos centros urbanos. (PEREIRA, 1967; 29). Isto é, a economia voltada para a exportação de produtos primários cedeu lugar a

¹⁵⁵ Introdução de 5 categorias diferenciais de câmbio, de acordo com a essencialidade do produto importado. Os bens de produção foram incluídos nas categorias favorecidas, enquanto os bens de consumo pagavam ágios mais elevados.

um setor industrial. O fato de desempenhar o papel de fornecedor de produtos primários pode arrazoar porque a taxa de atividade econômica nacional dependia do desempenho dos centros industrializados externos, configurando uma alta relação de dependência econômica em relação a esses países. Portanto, acreditava-se que a industrialização brasileira, visando a substituição de importações¹⁵⁶, proporcionaria uma diminuição considerável da relação de dependência.

Pereira realiza um breve relato sobre como as condições de trabalho e fatores externos, de certa maneira, impulsionaram o desenvolvimento industrial paulista, como por exemplo: absorção de imigrantes – advindos do meio rural – pelos centros urbanos; e a transferência de capitais, isto é, aplicação de capitais (investimento do excedente produzido pela cafeicultura) em alguns setores industriais que exigiam pouco maquinário, como por exemplo, a indústria têxtil.

O texto nos aponta como figura central do processo de industrialização o imigrante, em razão de três fatores, quais sejam: o comportamento de assalariado (repelindo a relação patrimonialista), transplantação de técnicas modernas (oriundas de seus países de origem), e propulsão a acumulação graças à poupança, pois os imigrantes conseguiram “amealhar algumas economias trabalhando na lavoura do café (...) [de onde] emigraram para as cidades, onde aplicaram essas somas em pequenas oficinas artesanais, muitas delas se tornando ponto de partida para a construção de poderosos conjuntos industriais” (11). Segundo Pereira, os imigrantes ampliaram o mercado não somente pelo aumento numérico da população¹⁵⁷, mas também pela introdução de novos hábitos de consumo.

¹⁵⁶ Segundo Celso Furtado (2000), podemos apreender o sistema de substituição de importações como um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição das suas importações. Quando o processo é fruto de política econômica, geralmente esse aumento é obtido por controle de taxas de importação e manipulação da taxa de câmbio. Entre as décadas de 1950 e 1960 a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL/1949) defendia que o desenvolvimento das economias terceiro mundistas passava pela adoção da política de substituição de importações. Tal política permitiria a acumulação de capitais internos que poderiam gerar um processo de desenvolvimento auto-sustentável e duradouro. No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, a política de substituição de importações foi implementada com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos. Segundo Baptista (2004), os estudos da CEPAL, influenciados por teses estagnacionistas, passaram a considerar “as nações periféricas marcadas, e até mesmo identificadas, pelo predomínio do setor primário e determinadas pela imposição do mercado interno”, de maneira que o sistema econômico formado no Brasil e em toda América Latina “seria incapaz de gerar um sistema autônomo” que conduzisse ao crescimento, acarretando num processo de estagnação” (24).

¹⁵⁷ Em 1872, a cidade de São Paulo possuía 3,75% da população do Estado (31.385 habitantes), já em 1920, o município alçou a 12,92% da população do Estado (593.134). Cf. Censos Nacionais, *apud* Oracy Nogueira. “Índices do desenvolvimento de São Paulo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. II, nº 2, julho de 1962.

Expansão da indústria

Segundo o *survey* do CESIT, no decorrer da década de 1920 a fundação de empreendimentos aumentou em 165% em relação ao fim da década anterior. Após esse surto de instalações, foi assinalado um decréscimo na criação de empreendimentos, essa redução seguiu até a década de 1950, quando o desenvolvimento de novas forças produtivas alterou os moldes tradicionais, isto é, a produção de caráter mais complexo modificou as relações de produção, alterando o equilíbrio dos grupos na luta pelo poder político. De acordo com Pereira, a cisão parcial da classe dominante (cafeicultores e industriais) proporcionou uma das condições para que “os grupos industriais, juntamente com a incipiente classe média, representada pela burocracia militar e civil, participassem da reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros, através da Revolução desencadeada em 1930” (27).

Segundo a análise do historiador Boris Fausto, as indústrias na década de 1920 podem ser caracterizadas pela dependência do setor agrário exportador, pela insignificância dos ramos básicos, pela baixa capitalização, pelo grau incipiente de concentração. Vejamos:

[...] Do ponto de vista da estrutura social, se abandonarmos a imensa maioria de pequenos empresários, cujas atividades se assemelhavam muitas vezes às de um simples artesão, o setor que pode ser definido como burguês industrial, constituía uma faixa restrita do ponto de vista numérico mas significativo, capaz de expressar na esfera política, seus interesses específicos, junto aos centros de decisão. Entretanto, seus limites se revelam no alcance das reivindicações: se executarmos as propostas de Serzedelo Correia e Amaro Cavalcanti, que aliás, não podem ser considerados representantes políticos da burguesia industrial, esta não oferece qualquer programa industrialista, como alternativa a um sistema cujo eixo é constituído pelos interesses cafeeiros (FAUSTO, 1997: 23).

Ou seja, contrariamente ao que Pereira expressa, para Fausto o colapso da hegemonia da elite cafeeira¹⁵⁸ não conduziu ao poder político parcela da classe. Fausto compreende que a Revolução de 1930 foi o ápice da decadência da hegemonia cafeeira, mas sem a sua substituição por uma classe média ou industrial, como sugere Pereira.

¹⁵⁸ Para maiores informações sobre essa temática, consultar: FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Política Cafeeira”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, III. 1 - O Brasil Republicano. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Segundo Fausto, o que se pode observar é uma complementaridade entre os dois setores, ainda que consideradas suas respectivas diferenças. Em síntese, a Revolução de 1930 pode ser colocada como o movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930) e propiciou a união entre a incipiente burguesia industrial, políticos e tenentes a fim de enfraquecer, senão extinguir, o sistema oligárquico, já bastante enfraquecido com a crise de 1929 e a fuga de capitais estrangeiros.

De maneira que, segundo Pereira, os capitais em disponibilidade passaram a afluir para a indústria: um terço dos estabelecimentos existentes em 1958 foram fundados nos 8 anos anteriores, porém, em termos relativos, o grande período de industrialização foi processado no decorrer da década de 1930, em razão da crise da lavoura cafeeira, isto é, os capitais em disponibilidade passaram a afluir para a expansão da indústria. A seqüência do desenvolvimento industrial seguiu por ramos: inicialmente foram estabelecidas as indústrias primárias, representadas por aquelas que atendiam às necessidades básicas, já as secundárias “apareciam quase que espontaneamente”, isto é, enquanto um ramo não se instalava, não poderiam surgir outros que com eles seriam associados (cadeia produtiva¹⁵⁹):

[...] Assim, as indústrias de bens de consumo se desenvolvem antes das de bens de produção no sistema capitalista, em que a existência de um mercado amplo que propicie altos lucros pesa mais na consideração dos empreendedores que quaisquer outros (18).

Contudo, esse período pode ser assinalado como de desnacionalização da indústria brasileira. O processo de industrialização¹⁶⁰ do Brasil, modelado pela Instrução 113, da Sumoc, procurou fortalecer o segmento estrangeiro do empresariado, isto é, a comunidade de *managers* estadunidenses e de outras nacionalidades. Em

¹⁵⁹ Por exemplo, a indústria automobilística somente pôde se desenvolver após o desenvolvimento no mercado interno da indústria de aço e autopeças.

¹⁶⁰ É importante levar em consideração que, ao final da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de investimentos para a continuidade da industrialização teria feito com que se consolidasse um novo tipo de relação de dependência, a saber, a de tipo “associado” (multinacionais estrangeiras/setores modernos da economia nacional/Estado). E, em decorrência do desequilíbrio estrutural entre necessidade de investimento e disponibilidade de recursos para tal, a sociedade brasileira viu-se continuamente impossibilitada de satisfazer as demandas de parte significativa de sua população, mesmo após ter atingido consideráveis níveis de urbanização e atividade industrial.

síntese, podemos dizer que a Instrução 113, da Sumoc, provocou um *dumping*¹⁶¹ no mercado nacional de máquinas e equipamentos: de um lado, o dispositivo de proteção às manufaturas nacionais (Instrução 70 da Sumoc) compelia os investidores estrangeiros a produzirem no Brasil, de outro lado, a Instrução 113 da Sumoc, permitia que se importassem máquinas e equipamentos obsoletos, sem cobertura cambial ou restrição em relação aos artigos similares nacionais. Em linhas gerais, pode-se dizer que a Instrução 113 tanto prejudicou o crescimento da indústria nacional de bens de produção, que possibilitaria ao país substituir as importações em um setor vital para a reprodução capitalista, quanto incentivou a transferência do controle acionário de empresas brasileiras para as corporações internacionais; em outras palavras, animou o processo de desnacionalização da indústria brasileira (VIZENTINI: 1996). Conforme apura Pereira:

[...] De início, não houve um selecionamento [*sic*] de investimentos segundo áreas, de modo a evitar que as indústrias nacionais já instaladas pudessem vir a sofrer concorrência de similares estrangeiras, sobretudo das já estabelecidas no país e que tiveram, então maiores possibilidade de expansão (33).

De acordo com os dados coligidos por Pereira, posteriormente ao período áureo de ampliações dos estabelecimentos industriais (governo JK), apenas 16% dos estabelecimentos existentes entre os anos 1960 e 1962 declaravam ter passado por ampliações acentuadas. O período subsequente (1963/64) recebeu a pecha da incerteza para o empreendedorismo industrial:

[...] Não só foram desastrosas as repercussões da agitação política sobre a economia como esta praticamente esgotou as possibilidades de expansão oferecidas pelo processo inflacionário. Consumidores assoberbados por dívidas decorrentes de compras a crédito (um dos meios, para estes, de obviar as conseqüências da inflação), comerciantes (varejistas e atacadistas) e as próprias indústrias com estoques exageradamente altos em relação aos necessários em tempos normais, não podiam mais continuar comprando” (50).

¹⁶¹ *Dumping* pode ser definido quando uma empresa exporta um produto a preço inferior àquele que pratica para produto similar nas vendas para o seu mercado interno. Desta forma, a diferenciação de preços já é por si só considerada como prática desleal de comércio. Informação obtida em: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/defComercial/insDefComercial/Ins_MedAnt_Inv_dumping.php. Acesso em 21/12/2007.

Outra consideração a se realizar, em relação ao processo de desnacionalização é referente ao equipamento utilizado pelas empresas. Enquanto os estabelecimentos nacionais possuem um parque industrial com 10% de equipamentos posteriores a 1955, as empresas estrangeiras detém 60% de maquinário construídos após 1955. Ainda devemos ressaltar que, já em 1958, os estabelecimentos estrangeiros contribuem com quase 40% da produção brasileira e, conseqüentemente representam grande absorção da mão de obra, sendo que aproximadamente 70% deles são de grandes proporções, empregando um número igual ou superior a 500 funcionários (77-78).

Mecanização, obsolescência e capacidade ociosa

No segundo capítulo de “Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo”, Pereira aponta que a produtividade passou a depender cada vez mais dos avanços tecnológicos e menos da perícia do trabalhador. Isto é, o autor promove uma desvalorização do conhecimento prático e simbólico que o operário utiliza para operar um maquinário mais avançado, *grosso modo*, no nosso entender, o maquinário que implica em um maior grau de tecnologia, necessita, para seu manuseio, um operário instruído a contento. Vejamos a análise de Pereira:

[...] Se antes a força de trabalho representava quase tudo, agora é o instrumento de trabalho, a máquina, que representa o principal ponto de partida. De certo modo a perícia do trabalhador, embora tendo importância fundamental, passou a plano mais baixo (52).

Contudo, como vimos no sub-item anterior, “Expansão da indústria”, a Instrução 113 da Sumoc, permitia que se importassem máquinas e equipamentos obsoletos com a prática de *dumping*. De tal maneira que, em 1958 (realização do *survey* do CESIT), mais de 80% dos estabelecimentos industriais paulistas possuíam equipamento com pelo menos 10 anos de idade. Ou, segundo constatação de Pereira:

[...] Isso nos parece indicar que o equipamento inicial das novas fábricas ou o que serviu para se fazerem as ampliações não era de todo de fabricação muito recente (...) Isso viria a confirmar o que dissemos a respeito das ampliações verificadas de 1955 em diante: que as

facilidades de importação e a penetração em larga escala do capital estrangeiro fizeram entrar no país equipamento em parte já gasto nos países exportadores (57).

Contudo, para Pereira, a importação de máquinas desgastadas revela um “erro de cálculo” por parte dos empreendedores industriais. Vejamos:

[...] A grande euforia que percorreu toda a nossa economia na década passada tê-los-ia [os empreendedores] levado a aparelharem suas empresas antes no sentido de colocar mais máquinas em linha do que no de substituir o material desgastado, prevendo que o ritmo de crescimento da economia nacional, acelerando-se constantemente, permitiria não só a plena utilização de toda a maquinaria, como a rápida amortização dos novos meios de produção adquiridos (58).

Segundo Pereira, a obsolescência do equipamento apresenta-se associada ao desenvolvimento de um determinado ramo. Isto é, a facilidade na obtenção e baixo custo da mão de obra aliadas a uma relativa baixa taxa de lucros por conta da saturação de bens cuja procura é de natureza inelástica, como os setores de produtos alimentícios e têxtil (vestuário, calçados e artefatos de tecidos), configuram-se como fatores condicionantes do baixo desenvolvimento tecnológico e a alta porcentagem de maquinaria com elevada capacidade ociosa. A grande dificuldade para os ramos acima listados parece estar representada em sua própria estrutura de mercado:

[...] sendo a procura desses bens relativamente inelástica, a ampliação de seu mercado depende, em larga medida, do crescimento demográfico e do conseqüente aumento da população consumidora (...) Ora, havendo outros ramos mais vantajosos não só quanto às possibilidades de expansão do mercado, como também em termos de concorrência, às vezes, os próprios empreendedores instalados nesses ramos vêm-se obrigados a investir em outras áreas e não no próprio negócio (71).

Pereira localiza os ramos de transformação de minerais não-metálicos, mecânico e metalúrgico como em situação intermediária. Isto é, o primeiro possui equipamento relativamente recente e voltado às indústrias de construção, cuja produção apresenta facilidade no escoamento devido ao processo de urbanização e, nesse sentido, o equipamento é continuamente renovado. O ramo mecânico apresenta ausência de lastro

financeiro sólido, isto é, endividamento, baixa capacidade de análise preditiva (produção contando com a produção futura sem compreensão da existência de demanda). Já o ramo metalúrgico apresenta alta porcentagem de maquinaria antiga e também elevada capacidade ociosa, ou seja, o equipamento, mesmo durante o período normal de trabalho não é utilizado em sua plena capacidade. Já as indústrias de material elétrico, de comunicação e de transporte representam a inversão do cenário acima descrito. De acordo com Pereira, a principal característica desses ramos é a procura elástica e com tendência a crescer, tendo em vista o aumento da capacidade aquisitiva real da classe média e o aumento de seus quadros.

Racionalidade na organização das empresas

A manutenção, na direção das empresas, de certos “pioneiros” com “certas disposições predatórias eram essenciais para o êxito do empresário e da consolidação da empresa” (FERNANDES, 1963: 323). Contudo, destituídos de conhecimentos mais aprofundados de análise de mercado e de conjuntura econômica (nacional e internacional), tal “disposição predatória” dos “pioneiros” diante da intensa racionalização advinda de seus concorrentes estrangeiros, colocava em risco a própria sobrevivência da empresa:

[...] Tivemos oportunidade, no decorrer do trabalho de campo, de entrevistar alguns dos novos *managers* que nos declaravam; com pesar, que sua atuação era perturbada por velhos proprietários e diretores, incapazes de acompanhar a marcha dos tempos. Alguns se mostravam mesmo categóricos em sua opinião de que a situação das empresas, na direção das quais tomavam parte, só melhoraria com a morte ou o afastamento desses industriais da velha guarda (84).

Isto é, o excessivo “controle pessoal e direto” por parte desses homens (“a velha guarda”) acaba restringindo “os limites de eficiência possível”, impedindo “a direção burocrática da administração e o aproveitamento de técnicos especialistas”. O êxito empresarial e a prosperidade da empresa são vistos por muitos empresários como resultados de uma “herança social” dos ancestrais. (CARDOSO, 1972: 95-97). Isto é, resistindo às transformações modernizadoras, tais empresas deixam de aumentar seu capital colocando suas ações no mercado ou aumentando o número de sócios: “temendo

perder o controle da empresa (...), parece-lhes que dando um tal passo ou, até mesmo, delegando poderes a administradores profissionais, teriam diminuído o seu poder” (PEREIRA, 1967: 85).

4.3 “Greves operárias em São Paulo”

Segundo entrevista concedida por Leôncio Martins Rodrigues¹⁶², o estudo realizado no interior do CESIT, “Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo”, encontra-se na Segunda Parte da obra “Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil”. A Segunda Parte da obra em questão intitula-se “Greves Operárias em São Paulo”.

Em estudo sobre as transformações nas relações de trabalho e a estabilidade na indústria brasileira durante a década de 1960, Maria Inês Rosa selecionou algumas obras dos integrantes da Cadeira de Sociologia I e participantes do CESIT. A obra de Rodrigues consta desta seleção, entretanto, para a autora, a pesquisa representa uma “produção independente em relação ao CESIT”, isto é, não é oriunda do Centro, “haja vista a sua curta existência [em algumas bibliografias durou até 1964, em outras até 1969] impossibilitando-lhe constituir-se em núcleo gerador sistemático de conhecimento de sociologia industrial e do trabalho no Brasil” (1982: 16). Contudo, para nós a obra atende efetivamente aos temas propostos no projeto do Centro (conforme apresentação de Florestan Fernandes em “A Sociologia numa era de Revolução Social”), e embora, segundo o autor a pesquisa fosse inteiramente individual ela foi realizada no âmbito do CESIT. Vejamos o extenso, porém elucidativo depoimento de Rodrigues sobre a experiência no Centro:

[...] Nenhum dos contratados era da Cadeira, embora girassem em torno dela. Éramos da “turma do Florestan”. Havia os da “turma do Fernando Azevedo”, depois do Ruy Coelho. Fomos contratados para uma pesquisa. Depois, todos os principais pesquisadores recém-contratados — Gabriel Bolaffi, Lourdes Sola, Celso Beisiguel, José Carlos Pereira, Cláudio Vouga e eu — acabaram passando para a Cadeira. Na época não havia carreira de pesquisador. A ambição de todos era passar para o corpo docente. E assim acabou acontecendo. O Cesit foi uma espécie de celeiro de abastecimento da antiga Cadeira de Sociologia I. (...) No meu período, o CESIT não desenvolveu nenhum projeto coletivo. Predominava a prática de pesquisas

¹⁶² Rodrigues, Leôncio Martins. 07/06/2006.

individuais, necessárias para a realização de teses. (...) Todos os projetos da Cadeira estão comentados no livro do FF [Florestan Fernandes]. Recordo-me que havia duas pesquisas principais: uma do FHC [Fernando Henrique Cardoso] sobre os empresários e outra do Octávio, sobre o Estado. A linha de preocupações era o estudo do Brasil moderno, urbano. Quando o CESIT surgiu, havia um projeto sobre a estrutura industrial de S. Paulo que deveria ser dirigido por um pesquisador inglês, Hutchinson. Contudo, esse professor teve pequena participação efetiva. Maria Sylvia Carvalho Franco também participou desse grupo. Acho que depois se afastou. Do resultado dessa pesquisa, os pesquisadores do CESIT retirariam dados para os mestrados. Eu usei parte do material sobre a ocorrência de greves para minha dissertação, publicada depois no livro *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* (II Parte: “Greves Operárias em S. Paulo”). José Carlos Pereira publicou também um livro usando dados da mesma pesquisa. Mais tarde, cada um dos cinco pesquisadores “principais” indicados acima, teve como obrigação realizar uma monografia sobre uma empresa industrial enquanto trabalhavam como assistente de pesquisa com o Fernando Henrique ou com o Octávio. Eu fiquei trabalhando com o FHC. Creio que o Cláudio Vouga também. Com o Octávio ficaram a Lourdes e o José Carlos Pereira. Havia também a “turma do FHC” e a “turma do Octávio”. (...) Você me pergunta se os trabalhos eram realizados simultaneamente. Em princípio, sim. Cada um deveria desenvolver a sua monografia sobre a empresa indústria, que deveria resultar em teses de doutorado. Eu escolhi a *Willys Overland*, na época a empresa automobilística mais importante do País, com 51% de capital nacional (ao que se dizia). Posteriormente, foi comprada pela Ford. Decidi estudar os trabalhadores. Daí saiu meu doutorado denominado “Atitudes Operárias na Indústria Automobilística”¹⁶³.

Em “Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil”, uma das preocupações de Rodrigues está em mostrar o processo de incorporação/ajustamento do trabalhador à indústria. Para realizar o estudo, Rodrigues tomou como recurso teórico metodológico a análise acional desenvolvida por Alain Touraine em *Sociologie de l'Action*, especialmente o capítulo V. Segundo a tipologia desenvolvida por Touraine, encontraríamos três modelos de sistemas técnicos e de produção, a cada um corresponderia um tipo de sindicalismo e luta operária e, por conseguinte, um tipo de consciência, expressando-se esta nos princípios de totalidade, identidade e oposição da classe operária em relação à burguesia industrial. Estes tipos demarcariam as estratégias do desenvolvimento da indústria.

Em junho de 1989, a Universidade de São Paulo promoveu o seminário “O Retorno do Ator”, na conferência de Alain Touraine: “A sociologia da ação: uma

¹⁶³ Rodrigues, Leôncio Martins. 07/06/2006.

abordagem teórica dos movimentos sociais¹⁶⁴”, o sociólogo retomou os três momentos de sua produção. No primeiro momento Touraine estudou o movimento operário, dando ênfase a um dos seus aspectos positivos: o trabalhador defendia seu mundo, como fator positivo e centrado numa civilização do trabalho, numa civilização industrial “(...) Esse foi, portanto, um primeiro esforço para identificar a consciência operária e não, simplesmente, a história da indústria ou das lutas de classe”. (TOURAINÉ, 1991: 31/32).

No segundo período Touraine, a partir de uma “quebra de confiança na industrialização”. Ele afirma:

[...] Um movimento social está formado por dois aspectos, que não podemos separar: um aspecto conflitivo, que consiste no enfrentamento de um ator com outro ator social. Por exemplo, uma classe social com outra classe social. Um enfrentamento que ocorre no interior de uma relação de poder, de dominação social. Esse é o primeiro aspecto. O segundo é uma orientação positiva em direção a valores centrais da sociedade. Não se trata, portanto, nem de uma visão puramente conflitiva, nem de uma visão participacionista (...) o movimento social envolve um conflito entre atores opostos, mas que têm algo em comum: as orientações culturais (TOURAINÉ, 1991: 32).

De acordo com Touraine o movimento social é um conceito analítico, teórico, que poderá ser visualizado através do estudo de conflitos onde atuem atores sociais que partilhem de um mesmo campo social - estejam no interior de um sistema de ação histórica - e que, através de sua prática social questionem a orientação da historicidade. Touraine continua:

[...] O movimento social é muito mais do que a defesa de interesses particulares. É uma vontade de construir ou reconstruir a sociedade em seu conjunto, de maneira favorável aos interesses de um grupo. Com esta visão comecei imaginando um método de pesquisa que permitisse estudar a formação de movimentos sociais. Não a formação em termos concretos, mas a presença de um conflito, no interior de uma ação coletiva. A presença ou não de um movimento social, definido como nível mais alto de uma ação coletiva. A capacidade de um ator coletivo ser agente de discussão e construção de um certo modelo de sociedade (TOURAINÉ, 1991:33).

No terceiro período, Touraine considera que o sujeito não é o indivíduo (no sentido liberal do termo), pois “ser sujeito” significa ter a vontade de ser ator, isto é,

¹⁶⁴ ANAIS DO SEMINÁRIO O RETORNO DO ATOR-França/Brasil. Faculdade de Educação-USP. São Paulo, 1991.

atuar e modificar seu meio social mais do que ser determinado por ele. Portanto, a liberdade do sujeito será construída em sua relação com o outro, na alteridade, mas não na subjugação, não na integração sistêmica acrítica, mas na busca do reconhecimento, na sua universalidade e na sua particularidade. Por isso, os temas do multiculturalismo, do dilema entre igualdade e diferença e da educação intercultural também assumem relevância em seus debates, tendo como lastro social a condição democrática, sob a premissa de que o sujeito possa tornar-se ator em seu destino pessoal e coletivo (GADEA & SCHERER-WARREN: 2005).

Mas para o que interessa ao nosso objeto de estudo, são os dois primeiros momentos da produção bibliográfica de Touraine, pois essa produção relaciona-se, no campo teórico metodológico, ao trabalho promovido por Rodrigues sobre as greves operárias. Nas considerações de Touraine, conforme mencionamos brevemente acima, existem três modelos de sistemas técnicos e de produção e, a cada um corresponderia um tipo de sindicalismo e luta operária e, concomitantemente estes modelos demarcariam as estratégias do desenvolvimento da indústria. Vejamos as pontuações sobre cada fase:

1. Fase “A” – corresponderia a um sistema profissional relacionado à cooperação simples, à manufatura, ao operário de ofício e ao trabalho em grupo, decorrente da decomposição do trabalho artesanal, à noção de qualificação profissional.
2. Fase “C” – representaria um sistema técnico e aponta à produção continuada: automatização e automação e à definitiva dissociação produtor/produto e sistema de produção.
3. A esse conjunto de fases estaria uma fase intermédia e contraditória entre o sistema profissional e o sistema técnico de trabalho, denominada fase “B”, correspondente à grande série e à produção em cadeia, ao operário em ajustamento ao sistema industrial, à racionalização técnico-organizacional operada pelo taylorismo e pelo fordismo (GADEA & SCHERER-WARREN: 2005).

A indústria brasileira estaria na “fase B”, cujo acento está em delimitar a transição e superação de um sistema de trabalho para outro: do sistema profissional para o sistema técnico, isto é, a organização estaria fundada no trabalho em série, especializado e não-qualificado. Segundo a expectativa dessa fase, ocorreria a expansão

macia da industrialização a par com a institucionalização crescente das lutas de classe, denominadas “conflitos industriais”. Nesse quadro de mudança, a consciência profissional que se expressaria sob os princípios de ação de oposição e identificação operária cederia lugar à consciência de classe econômica. Com esta, seria introduzido o princípio de totalidade, enquanto o de oposição seria modificado, ocorrendo a coalescência em relação tanto ao seu adversário de classe enquanto à sociedade industrial, na qualidade de sujeito histórico. E neste sentido, a consciência de classe seria encaminhada a se identificar com a classe burguesa enquanto *ethos* civilizatório.

Condicionantes para ocorrência de greves

A primeira consideração de Rodrigues é em relação à “quase total inexistência de dados e informações estatísticas” (51). Os únicos dados que o autor encontrou sobre a ocorrência de greves em São Paulo foram extraídos da Revista de Estudos Sócio-Econômicos do Departamento Intersindical de Estatística de Estudos Sócio-Econômicos: 180 em 1961 e 154 em 1962. No entanto, devemos ressaltar que a pesquisa que orientou o estudo sobre a ocorrência de greves nasceu de outro desiderato: fornecer uma visão sobre a indústria paulista. Daí, a exposição dos dados, em poucas ocasiões, ser apresentada de maneira insuficiente.

Segundo Rodrigues, as atividades grevistas na indústria paulista não decorrem da consciência sindical do proletariado brasileiro: “a grande maioria das greves brasileiras são determinadas diretamente por fatores de ordem econômica, são greves de natureza salarial e não visam objetivos políticos, sociais e profissionais mais amplos” (53). Isto é, as greves operárias são estimuladas diretamente pelo processo inflacionário e, mais do que conseguirem uma participação na distribuição da renda nacional, indicam o esforço das camadas assalariadas para a preservação do seu nível de vida ante a desvalorização da moeda nacional.

Segundo o autor, nas sociedades mais desenvolvidas economicamente – onde a classe operária alcançou um padrão de vida relativamente elevado em comparação com a classe trabalhadora brasileira – as reivindicações operárias tendem a deslocar-se do plano salarial para se concentrarem na obtenção de outros benefícios e vantagens. Para o autor, isso não ocorre no Brasil porque, em primeiro lugar, a atenção dos sindicatos é absorvida pela defesa dos salários ameaçados pelo processo inflacionário e pelos problemas políticos gerais. Em segundo lugar, a preocupação sindical relaciona-se à

legislação trabalhista. Entretanto, esse sindicalismo agrupa somente uma parcela da classe, “dando grande importância aos problemas da nação e pouca atenção aos problemas profissionais da classe, ou encarando esses últimos do prisma de transformações estruturais gerais” (55), atuando sobre uma massa de trabalhadores que, além de trazer consigo apenas a visão social tradicional, essa massa apenas age coletivamente quando se trata de impedir a redução de seus salários ante a inflação “sob o impulso direto da liderança sindical efetuada através dos ‘piquetes’¹⁶⁵ das greves” (56). De maneira que, paradoxalmente, quando observamos os programas e objetivos que motivam a liderança sindical, somos levados a ressaltar sua politização, mas quando os sindicatos são percebidos a partir do conjunto da classe, assinalamos tanto sua politização quanto a sua despolitização. Ou seja, o desnível entre liderança e base decorre da importância secundária que os sindicatos atribuem aos problemas estritamente profissionais dos operários e às reivindicações ligadas diretamente à situação fabril:

[...] as questões relacionadas com a supervisão, relações com a mestria, condições e ritmo de trabalho, higiene e segurança, classificação profissional etc. não fazem parte das principais preocupações das lideranças operárias. *O sindicalismo brasileiro é um sindicalismo que vive fora das empresas* (grifos nossos, 56).

Destarte, nos casos de conflitos entre trabalhadores e classe patronal, os sindicatos se limitam a prestar assistência jurídica aos interessados e orientá-los em suas reivindicações junto à Justiça do Trabalho. Isto é, sendo que as exigências salariais ocupam o centro das preocupações das camadas operárias, as greves políticas¹⁶⁶ – praticamente – não têm ocorrência na indústria paulista. O texto nos aponta duas greves que podem ser assinaladas como políticas: a de 5 de julho e a de 14 de setembro de 1962, ambas assumiram a feição de greve geral de 24 horas e visaram pressionar o Parlamento para a formação de um “governo nacionalista e democrático”. Contudo, Rodrigues faz a seguinte ressalva: “a realização desses movimentos foi em parte

¹⁶⁵ Os piquetes são organizados pelas lideranças sindicais e seus objetivos podem ser postulados a partir de três elementos: a) impedir a entrada de “furadores de greve”; b) disciplinar os trabalhadores (no sentido de promover o desenvolvimento da consciência sindical; e c) elevar a moral dos operários. Segundo Rodrigues, o piquete visa atingir a grande massa operária não integrada e não organizada sindicalmente.

¹⁶⁶ Rodrigues compreende “greve política” pelo conflito de ações que ultrapassam o âmbito das reivindicações restritas aos problemas salariais e condições de trabalho.

facilitada pela inexistência de repressão violenta, uma vez que várias das reivindicações colocadas pelo movimento grevista coincidiam com as de um setor político no Poder” (57). Como também assinala Jorge Miglioli a respeito das greves acima citadas: “(...) Eram, inclusive, reivindicações que interessavam a uma parte do governo, não só na Câmara dos Deputados, mas no próprio Executivo, assim como à ampla camada das Forças Armadas” (1963: 125).

Enfim, como os sindicatos se concentram nas empresas mais importantes, a paralisação do trabalho em algumas das unidades fabris constitui em êxito apenas parcial. Assim, as determinações sociais, políticas e econômicas que têm raízes mais profundas no subdesenvolvimento brasileiro contribuiram para criar uma direção sindical impregnada por uma consciência nacionalista, mas com uma massa de trabalhadores desorganizada e com baixo índice de sindicalização. A respeito da filiação sindical e de sua relação com índices de sindicalização, José Albertino Rodrigues aponta interessante observação:

[...] todos os dados apresentados quanto ao número de associados devem receber uma correção. Referem-se sempre ao número de associados inscritos no sindicato, mas nem todos os trabalhadores inscritos mantêm-se em dia com suas obrigações associativas e, a rigor, apenas nominalmente podem ser considerados sócios. Um grande número de trabalhadores procura sua organização sindical no momento em que tem um grave problema a enfrentar, seja de natureza jurídica, seja de natureza assistencial. Não sendo sócio, precisa adquirir essa qualidade para ser atendido – e o faz *incontinenti*. Resolvido o problema, nem sempre continua a freqüentar o sindicato, embora nele permaneça inscrito. (RODRIGUES, 1965: 173).

Conforme observamos acima, as greves deflagradas em São Paulo constituíram-se, basicamente, em ações reivindicativas de reajuste salarial. Levando em consideração que, praticamente, todas as categorias profissionais, em algum momento entre 1956 e 1961, empreenderam movimentos grevistas através de seus respectivos sindicatos, causa estranheza a Rodrigues a constatação dada a partir da depuração de questionários¹⁶⁷ sobre as atividades sindicais (respondidos por trabalhadores de diversos segmentos),

¹⁶⁷ Em entrevista com a Profª. Dra. Vera Mariza Henrique de Miranda (03/05/2007), auxiliar de pesquisa na coleta e análise dos dados para o desenvolvimento da pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues, tomamos conhecimento de que, uma de suas funções consistia em ir às fábricas para argüir o operariado sobre as atividades grevistas na empresa em que trabalhavam.

pois parte considerável da porcentagem de empresas estudadas no *survey* não apresenta ter sido afetada por greves. Vejamos o Quadro I* abaixo:

	Empresas Grandes¹⁶⁸	Empresas Médias	Empresas Pequenas
Uma ou mais greves	74%	71%	53%
Sem greves	26%	29%	47%
Total de fábricas	87	100	78

* Fonte: Rodrigues, 1966: 58.

À primeira vista, notamos que a porcentagem das empresas em que houve greve aumenta na medida em que passamos dos pequenos para os grandes estabelecimentos fabris. Outro ponto demonstrado pelo Quadro I é que o tamanho da empresa (medido pelo número de empregados) é fator significativo para a ocorrência de movimentos grevistas, conforme Quadro II** abaixo:

Fábricas segundo o número de empregados	Houve greve	Sem greve
20 – 49	36%	64%
50 – 99	47%	53%
100 – 249	69%	31%
500 – 749	67%	33%
750 – 999	70%	30%
1.000 – 1.499	72%	28%
1.500 – 1.999	100%	-
2.000 – 2.999	71%	29%
3.000 a mais	70%	30%

** Fonte: Rodrigues, 1966: 59

¹⁶⁸ A classificação de Rodrigues é a mesma utilizada por Pereira. Recordando: empresas pequenas de 20 a 99 operários (estabelecimentos que possuíam menos de 20 operários não foram incluídos no estudo); empresas médias de 100 a 499 empregados; e empresas grandes com mais de 500 trabalhadores.

A partir dos dados apresentados acima, Rodrigues procura situar o problema nos seguintes termos: verificando os fatores exógenos a cada empresa (inflação, conjuntura política, orientação salarial do governo) e os fatores endógenos, isto é, o que ocorre no interior da empresa. Elencados e distribuídos os fatores, Rodrigues procurou averiguar o ramo industrial a que as empresas se dedicavam, localizando a natureza das tarefas que os operários perfaziam; a composição da mão de obra (proporção de operários qualificados, semi-qualificados, presença de mulheres e menores empregados); a categoria profissional dos trabalhadores, e, conseqüentemente, os sindicatos a que estavam filiados. A partir da construção do cenário, impõe-se a indagação que norteou considerável parcela do trabalho de Rodrigues: em qual proporção a existência ou não existência de greves numa empresa depende de fatores endógenos ou exógenos, controláveis ou não?

Para responder à questão, Rodrigues lança a hipótese de correspondência entre burocratização e greve. Conforme procuramos destacar – brevemente – no sub-ítem “4.2.4 Racionalidade na organização das empresas” acima, as empresas que fundamentam suas decisões e orientações em bases pessoais e familiares representam menores índices de burocratização (CARDOSO: 1972). Para Rodrigues, as principais características dos estabelecimentos com “menor burocratização” são as seguintes:

- 1) seleção, admissão e promoção de operários com base em relações pessoais;
- 2) comunicação verbal de modo direto (entre direção – operários);
- 3) utilização de procedimentos informais (observação direta e pessoal), com o fito de medir o rendimento dos operários;
- 4) inexistência de técnicas de controle de tempo e movimento nas operações de produção;
- 5) inexistência de sanções quando de faltas ou atraso de horários;
- 6) inexistência de cálculos visando determinar a produção e seu custo; e
- 7) inexistência de cálculos de previsão de vendas etc.

À guisa de ilustração, achamos conveniente apontar o estudo sobre os sindicatos estadunidenses de Seymour Lipset. No estudo, o cientista político sugere que “(...) os sindicatos, como toda outra organização em grande escala, se vêem obrigados a desenvolver estruturas burocráticas, isto é, um sistema administrativo racional (...). A estrutura de uma organização em grande escala requer, por si só, o desenvolvimento de normas burocráticas de comportamento”. (LIPSET, 1968: 349; 385). De maneira que, corroborando à análise de Lipset, Rodrigues considera como indicadores de “maior burocratização” os seguintes itens:

- 1) existência de provas padronizadas para a seleção e admissão dos empregados;
- 2) promoções fundamentadas segundo critério de eficiência;
- 3) ausência de contatos verbalizados com a direção (por parte dos operários);
- 4) cálculo do preço de custo do produto;
- 5) previsão de vendas; e
- 6) propaganda e pesquisa de mercado

Devemos salientar que, para Rodrigues, o processo de burocratização na estrutura sindical é devida à associação desta com os órgãos governamentais. Entretanto, o autor não sugere que o termo “sindicalismo burocrático de massas” seja adequado para referir-se ao movimento sindical brasileiro: “[os sindicatos] independem do apoio efetivo da classe” e são, “pela legislação vigente, os representantes oficiais obrigatórios da classe nas negociações com os sindicatos patronais” (98).

Todavia, ao aplicar o “Teste do Qui¹⁶⁹”, a associação greves e burocratização foi considerada não-significante, a 5%. Como sua primeira hipótese foi desfeita ante o teste, Rodrigues parte para outras considerações a fim de encontrar a força motriz das greves e sua estrutura.

¹⁶⁹ O “teste do Qui”, a que Rodrigues faz menção refere-se ao “teste do Qui-quadrado”, que consiste na aplicabilidade para variáveis discretas, contínuas e mesmo categóricas. O teste colocaria à prova frequências esperadas e observadas, isto é, um critério para a admissibilidade da aproximação da distribuição. Contudo, tivemos conhecimento dessa informação apenas pela definição encontrada no seguinte sítio: <http://www.isa.utl.pt/dm/ede/00-01/sumario.html>.

Partindo, então, da hipótese de que as fábricas mais necessitadas de mão de obra qualificada e em grandes proporções fornecem clima mais propício à eclosão de greves, posto que o grupo de operários mais qualificados apresentava um índice de sindicalização mais elevado, Rodrigues submete a nova hipótese à aplicação do “teste do Qui” e, novamente, a correspondência glosada é classificada como insignificante.

A outra hipótese de Rodrigues refere-se à aplicação de sanções aos funcionários, como por exemplo, quando são anotados atrasos de horários na entrada dos operários em serviço. Outro ponto considerado por Rodrigues é que as empresas que mais aplicam sanções são, também, as de maior grau de burocratização e formalização no trato entre funcionários.

Entre as fábricas consideradas grandes (acima de 500 operários) foram registradas as porcentagens mais elevadas de firmas que costumam aplicar sanções por atrasos de horários: 57%, contra 47% das empresas médias (100 a 499 trabalhadores) e 27% dos estabelecimentos pequenos (20 a 99 funcionários). Visto que, entre as empresas grandes também é encontrada a maior porcentagem de fábricas atingidas por greves, Rodrigues associa a aplicação de sanções à incidência de greves.

Segundo o autor, outras associações visando medir a influência das condições endógenas para a ocorrência de greves não foram possíveis de ser efetuadas devido a insuficiência dos próprios dados coligidos. Como mencionamos anteriormente, a pesquisa que orientou o estudo sobre a ocorrência de greves foi animada por outra motivação: o estudo destinava-se à obtenção de informações mais gerais sobre a indústria paulista. Todavia, Rodrigues pondera que a ausência ou presença de greves no período analisado (1955-1961) não se deve tanto à capacidade ou habilidade da empresa em evitá-la, mas da capacidade ou habilidade do sindicato em promover movimentos grevistas.

Consciência sindical

Segundo Rodrigues, diante do enfraquecimento das formas de dominação patrimonialista, os sindicatos deveriam desenvolver sobremaneira a consciência da necessidade de coesão grupal entre os trabalhadores. O desenvolvimento dessa consciência poderia traduzir-se em participação mais ativa em movimentos e atividades sindicais, inclusive greves, visto que “(...) O que une os trabalhadores é uma forma de

solidariedade afetiva e pessoal, e não o sentimento de pertencer a uma mesma classe, a consciência de objetivos comuns representados pelos sindicatos” (75).

Neste sentido, os piquetes são considerados pelo autor como um instrumento para atingir a grande massa operária não integrada e não organizada sindicalmente. A importância dos piquetes, no contexto brasileiro, advém do fato de que os sindicatos agruparam somente uma parcela minoritária da classe trabalhadora. Rodrigues elenca três fatores para a presença de piquetes no Brasil, a saber:

- 1) “Inexistência de organizações sindicais de local de trabalho” – organizados pelo Estado, os sindicatos constituíram-se fora do movimento operário e apresentam íntima relação com o Ministério do Trabalho e outras agências governamentais. De maneira que, a inexistência de organizações sociais de fábricas obstam a emergência de padrões organizados de conduta, destinados a exercer algum tipo de pressão sobre a gerência da fábrica;
- 2) “Baixo nível de integração sindical do proletariado” – com exceção, possivelmente, dos trabalhadores portuários, ferroviários e da indústria petroquímica, os demais operários industriais apresentam baixos índices nas atividades sindicais; e
- 3) “Origem agrária” – como grande parcela da mão de obra urbana veio das zonas rurais, certas formas de comportamento submisso diante da classe patronal subsistiram, dificultando o processo que conduz o operário ao desenvolvimento da consciência de classe¹⁷⁰. Ainda que as influências do meio urbano-industrial tenham contribuído para a modificação das formas rurais de agir, e ainda que, as condições de trabalho tenham imposto – progressivamente – um tipo de comportamento mais próximo do conflito entre capital e trabalho, as condutas do operário advindo do meio rural não propiciam, segundo Rodrigues, a construção de laços de solidariedade coletiva que não sejam baseados em relações primárias ou de parentesco. Ainda é possível somar à situação desse operário, o alheamento político-social a que a estrutura agrária brasileira relegou as massas rurais, isto é, o tipo de dominação paternalista acarretou em uma

¹⁷⁰ RODRIGUES, José Albertino “Situação Econômico-Social da Classe Trabalhadora”. In: *Revista de Estudos Sócio-Econômicos*, Ano 1, n. 1, setembro de 1961, p. 23-27

“atitude de submissão das pessoas pertencentes às camadas inferiores ante os membros dos estratos superiores, em que a humildade e o respeito são traços característicos” (78).

Localização das fábricas e as greves

Tendo em consideração que a paralisação do trabalho nas empresas se realiza mediante a chegada dos piquetes, torna-se possível realizar uma correspondência entre a localização da fábrica, isto é, as fábricas situadas em bairros operários, e as inseridas em grandes áreas de concentração fabril, que tendem a evidenciar maior frequência de greves:

[...] A paralisação do trabalho numa empresa situada em área de grande concentração fabril tende a propagar-se rapidamente a outras fábricas, e é obviamente para aí que os piquetes se dirigem de preferência, onde podem contar com a solidariedade da população e se reforçar com a adesão possível dos que abandonam o trabalho nas várias fábricas circunvizinhas (80).

O atributo “localização” é relevante na medida em que significa a conjunção de dois fatores, quais sejam: a concentração operária e a atuação dos piquetes. Todavia, Rodrigues salienta que a localização perderia sua força no que concerne à ocorrência de greves se a participação dos operários nas atividades sindicais fosse mais desenvolvida, ou seja, se os sindicatos existissem no interior dos estabelecimentos fabris (comissões de local de trabalho, por exemplo) a função dos piquetes, como instrumento de consecução dos movimentos grevistas, também tenderia a decrescer.

Ramos industriais e greve

Para Rodrigues, a capacidade de paralisar o trabalho no maior número possível de empresas, nos momentos das greves de categoria profissional, apresenta-se estreitamente relacionado ao ramo industrial, conforme o Quadro III* a seguir:

G R U P O I	Ramos Industriais	Houve greve	Sem greve	Total de Fábricas
	Mecânico	100%	-	14
	Material Elétrico e Comunicações	94%	6%	17
	Meturgia	91%	9%	34
	Construção e montagem de material de transporte	80%	20%	20
	Têxtil	74%	26%	54
G R U P O II	Outros ¹⁷¹	62%	38%	58
	Vestuário, calçados e artigos de tecido	59%	41%	17
	Transformação de minerais não-metálicos	35%	65%	17
	Químicos e Farmacêuticos	32%	68%	22
	Produtos alimentícios	20%	80%	15

* Fonte: Rodrigues, 1966: 83.

Analisando comparativamente os dois grupos separados por ramos industriais (Quadro IV), podemos perceber que a quase totalidade das fábricas do Grupo I (92%) registrou a incidência de greves, enquanto que as do Grupo II, em cerca da metade não ocorreram movimentos grevistas. Desta forma, torna-se possível relacionar a propensão para a eclosão de atividades grevistas segundo o ramo industrial. Segundo Rodrigues, o fator decisivo para a ocorrência de movimentos grevistas apresenta-se conjugado ao poder da organização sindical (no sentido do sindicato possuir condições de estender as ordens de greve a um número expressivo de estabelecimentos fabris). Outro ponto assinalado é a composição da mão de obra, isto é, os sindicatos de categorias profissionais mais numerosas dispõem, ainda que a arrecadação do Imposto Sindical não seja empregado em financiamento de greves, de uma maior soma de recursos materiais e humanos para a formação de piquetes e outros meios de pressão.

¹⁷¹ O item/ramo “Outros” compreende as seguintes indústrias: Madeira, Mobiliário, Papel e Papelão, Borracha, Couros, Peles e produtos similares, Bebidas, Fumo, Editoras e Gráficas.

Quadro IV**: Comparação entre Grupo I e Grupo II

		Fábricas Grandes	Fábricas Médias	Fábricas Pequenas
Grupo I	Houve greve	92%	87%	61%
	Sem greve	8%	13%	39%
	Total de fábricas	51	52	36
Grupo II	Houve greve	51%	54%	30%
	Sem greve	49%	46%	70%
	Total de fábricas	39	48	42

** Fonte: Rodrigues, 1966: 83.

Frequentemente fala-se de “dois brasis” como se tivéssemos sempre, em compartimentos estanques, uma estrutura social arcaica e outra moderna, como se essas estruturas não se interpenetrassem, como se os fenômenos sociais típicos de uma organização social patrimonialista também não fossem revelados e, constantemente, no chamado “Brasil moderno”. E, é esse processo de desenvolvimento combinado, consubstanciado na dualidade estrutural de nossa sociedade, que torna ainda mais complexa, contraditória e singular a conduta política e social da indústria e do proletariado brasileiro:

[...] A implantação da indústria em bases amplas dependeu e implicou na alteração das formas tradicionais das relações entre os homens, com todas as conseqüências disso no plano de motivação do comportamento, da aspiração de ideais de vida, da emergência de formas novas de conduta social (CARDOSO, 1961: 154).

Contrariamente às abordagens acerca de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, a abordagem em que o grupo em torno da Cadeira de Sociologia I e, especialmente o CESIT se vincula e expressa ocupa posição nodal, não se trata mais de acentuar resquícios ibéricos - sejam eles patriarcais ou patrimoniais - na dinâmica da sociedade brasileira contemporânea em seus mais variados âmbitos e dimensões.

Para a sociologia desenvolvida pelo Centro, os processos de modernização experimentados pelo Brasil possibilitaram à nossa gramática social amortecer alguns elementos da ordem tradicional. Entretanto, para essa sociologia, isso não significou que o Brasil tenha incorporado exatamente o mesmo padrão de sociabilidade das ditas

“sociedades modernas centrais”: é a insuperada condição de “dependência estrutural”, explicação que buscou apresentar a particularidade do padrão de sociabilidade que consolidada no Brasil. De maneira que, segundo esse modelo viés interpretativo, o caminho tomado em direção à modernidade no Brasil não foi o mesmo da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra: o aparato estatal brasileiro teria sido levado a adotar uma postura consideravelmente mais ativa em esferas sociais as mais variadas, a fim de superar insuficiências e dar um “salto pra frente”.

Florestan Fernandes também está inscrito nesta concepção. Segundo o sociólogo, já na década de 1950, a sociedade brasileira teria internalizado os mesmos padrões sociais, políticos e econômicos vivenciados pelas sociedades capitalistas hegemônicas apenas em suas linhas mais gerais. Entretanto persistiu a condição de dependência estrutural: setores econômicos modernos, de um lado, e setores arcaicos, de outro. Em tais condições, conforme Florestan, nossa modernização teria, então, permanecido “dissociada do modelo de civilização operante nas nações hegemônicas”, pois ela negligencia (a nossa modernização) ou põe em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista. Na periferia, essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação (FERNANDES, 1976: 256).

Com o projeto do CESIT, a concepção das limitações históricas das diferentes classes sociais está proposta como base de uma possível intervenção sociológica modernizante na sociedade brasileira: no âmbito desse Estado que sufoca e confina organizações civis, mas também da burguesia e da classe trabalhadora.

Ao buscar explicações para nossa “tão peculiar modernidade”, Florestan Fernandes (1975; 1976) sugere que a combinação inicial de grande lavoura, escravidão e expropriação colonial teria revitalizado algo que havia muito se esgotara no continente europeu, a saber, uma configuração social de tipo estamental. Fernando Henrique Cardoso (1972, 1980) também refuta a tese segundo a qual tendências culturais profundas teriam aprisionado a sociedade brasileira em formas de sociabilidade de tipo patrimonial. Para ele, as principais estruturas da sociedade brasileira contemporânea deveriam ser compreendidas como decorrentes do reaparecimento do sistema externo de dominação capitalista em práticas nacionais de determinados grupos sociais. Em nenhum momento teria sido possível dar um “salto” em direção à almejada

autonomização, pois as etapas finais de realização da produção capitalista permaneceram intrinsecamente dependentes da dinâmica do mercado internacional (posição também em acordo aos postulados apresentados pelo “Boletim” nº11, como vimos no capítulo anterior).

Octávio Ianni (1971, 1978), por sua vez, argumenta que os dilemas do Brasil contemporâneo resultam dos conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais que teriam emergido ao longo do planejamento, da sucessão e da coexistência de quatro modelos de desenvolvimento no Brasil: 1) o modelo exportador; 2) o de substituição de importações; 3) o de desenvolvimento associado; e, ainda que de maneira limitada, 4) o socialista. As lutas e os conflitos em torno de cada um desses modelos jamais teriam deixado de depender, de maneira bastante acentuada, do resultado de contradições e crises que se desenrolaram no cenário internacional. Mesmo quando fatores internos tiveram algum peso em tais conflitos, isso só teria se dado depois que transformações exteriores fizessem valer seu impacto. Central para a compreensão do Brasil moderno seria, pois, a noção de dependência estrutural, que para Ianni ocorreria “sempre que relações e estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações e estruturas de tipo imperialista” (1971, p. 33).

Segundo a percepção desse cenário, a sociologia aplicada realizada no interior do CESIT não procurou separar a sociedade e a consciência social, e combinou seus feitos a partir – em certa medida – da figura de Florestan Fernandes, em função disso procuramos apresentar de maneira mais precípua as reflexões sociológicas do professor paulista no desenvolvimento deste capítulo. Fernandes buscava invocar a idéia de que “só vê algo sociologicamente quem quer algo socialmente”. De maneira que, o sociólogo deveria aparecer menos como militante propriamente dito e mais como instrumento da militância e ele próprio sujeito dos processos sociais¹⁷². Essa concepção de mudança social compreendia um significativo envolvimento na ação transformadora e modernizadora, através do *mannheimiano* planejamento para a mudança, por meio daquilo que ele desenvolveu e teorizou como sociologia aplicada.

Podemos compreender o projeto do CESIT como um estudo animado pelos êxitos da experiência de planejamento do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, que o

¹⁷² “Como intelectual aproveitei muito e, principalmente, descobri que a sociologia precisa responder às expectativas que não devem 'nascer dos donos do poder, mas sim de critérios racionais de reforma, que levam em conta as necessidades da Nação como um todo, ou das pressões históricas de grupos inconformistas.” Cf. Florestan Fernandes. *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978, p. 61.

apoiou, ainda que não financeiramente, e não ocultou a idéia de uma intervenção desse tipo, através do Estado, no conjunto da sociedade brasileira para mudá-la e modernizá-la. Isto é, procurar orientar e modernizar as visões e condutas das classes sociais, e do Estado, vencer as resistências à mudança (*cultural lag*), superar o corporativismo e a dominação patrimonial. Entretanto, embora o projeto modernizador do Centro não tenha alcançado efetivamente a esfera social, povoou, sobremaneira, uma nova e necessária literatura sobre a realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação e profissionalização das Ciências Sociais no Brasil gerou um paradoxo em termos das teorias disponíveis de explicação da especificidade nacional. Em seus primórdios, as Ciências Sociais apresentaram um conjunto de teorias de natureza ensaística, que escolhiam algum aspecto da formação social brasileira — a presença do Estado ou o privatismo — para explicá-la. É assim que podemos entender o surgimento de alguns ensaios que se tornaram referência básica para a compreensão do Brasil, como “Casagrande & Senzala”, de Gilberto Freyre, ou “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Hollanda. Tais interpretações, sempre acompanhadas de inquietações e interrogações, permitiram reafirmar a hipótese de que o Brasil é uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso da história moderna em busca de articulação e direção. É como se a história brasileira fosse desenvolvida em termos de signos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos.

Conforme procuramos demonstrar na presente dissertação, o final da década de 1950 apresentou-nos um acelerado processo de institucionalização e profissionalização das Ciências Sociais de São Paulo, elementos estes que levaram à aplicação mais minuciosa dos modelos analíticos disponíveis à realidade brasileira. Segundo Souza (2000), desse processo de profissionalização surgiram “teorias de médio alcance”, que se preocuparam em explicar alguns aspectos da sociedade brasileira, como o corporativismo, a cidadania, os partidos políticos, o sindicalismo, o empresariado e a organização do Estado. A preocupação que move grande parcela dos estudos surgidos entre 1950 e 1960 é explicar as características da sociedade brasileira, principalmente em função de seu papel fundamental tanto no processo de industrialização quanto na experiência política liberal democrática do país. E a compreensão destas características remonta ao período da Primeira República, compreendida como o berço do processo de industrialização e de formação da classe trabalhadora brasileira (FAUSTO: 1997).

Uma característica marcante da bibliografia específica sobre o sindicalismo apresenta-se segundo a perspectiva adotada de privilegiar os estudos das instituições sindicais como realidade dinâmica. Nas palavras de Leôncio Martins Rodrigues, “pensar

as linhas de transformação do sindicalismo implica (...) situar as principais variáveis que afetam o seu desenvolvimento. Este tipo de colocação implica uma certa dose de futurologia” (RODRIGUES, 1979: 122). Isto é, segundo essa perspectiva a maioria das hipóteses analisadas se constituem em torno dos problemas do *devir* do sindicalismo apontando os prognósticos como “linha-mestra”. E, nesse aspecto adverte Vianna,

[...] Se é verdadeiro, porém, que o movimento sindical e operário hoje, não pode ter sua natureza capturada a não ser como um objeto de transição, longe de se simplificar o problema se complica. Que dimensões isolar para a análise: o caráter do sistema político, os novos problemas de coerção e de consenso ao nível das fábricas, a institucionalidade, normatização, o mercado de trabalho, a modernização no sistema produtivo e suas repercussões sobre a força de trabalho? (1986: 181).

Vianna observa também que a maturidade científica inscreveu-se na produção bibliográfica da Sociologia do Trabalho a partir das pesquisas precursoras de Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e Albertino Rodrigues (VIANNA: 1986). Aproveitamos a seleção de autores elencada por Vianna por dois fatores. O primeiro é o de realizar um pequeno balanço bibliográfico de algumas das análises que os autores listados propuseram no decorrer da década de 1960 e, com isso promoveram uma nova perspectiva para se compreender o “Brasil moderno”. O segundo fator é relacionado à trajetória pessoal e institucional desses sociólogos: todos, direta ou indiretamente fizeram parte das instituições que procuramos analisar ao longo deste texto.

Nosso balanço inicia-se com “Sindicato e Estado” (1966) de Azis Simão, cujo título prontamente deixa nítido o foco de atenção: a questão do sindicalismo como elemento chave para a organização e atuação política dos trabalhadores e para suas relações com o poder do Estado. A utilização de fontes como dados estatísticos, documentos de associações de classe empresarial e entrevistas com militantes do movimento operário também constitui outro ponto inovador de Azis Simão. A obra é considerada seminal no interior da sociologia com a utilização da estatística. Sua análise busca correlacionar as condições de trabalho por ocasião da emergência do sindicalismo na Primeira República - em especial os conflitos grevistas -, com o tipo de resistência da classe patronal e, sobremaneira, com o tipo de intervenção do Estado. Analisando de forma comparativa com os períodos do pré e do pós-30, o autor chama a atenção para o

tipo de tradição organizacional deste primeiro momento: uma tradição mutualista (e não corporativista), quer na experiência do operariado, quer na da classe patronal. Para Simão, o exame da evolução do sindicalismo no Brasil provocou um processo de uniformização dos tipos de associação - para o que concorre fortemente o Estado – e para um processo de “racionalização” das relações e ações sociais destas organizações, que se traduz na questão da burocratização do sindicato no pós-30. A figura do dirigente sindical como burocrata, ou melhor da burocratização do sindicato e a ideologia burguesa que fundamentava o processo de burocratização são centrais às preocupações do estudo de Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins “O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil”, cuja análise alia a observação participante como Diretora Técnica do DIEESE à perspectiva teórica. Para Martins, o processo de burocratização do sindicato e dos conflitos, do trabalho teve, na Revolução de 1930 e nos golpes de 1937 e 1964, os seus pontos mais marcantes, na medida em que esses momentos definiram mais precisamente os limites e as normas de exercício da autoridade legal-burocrática.

Uma característica distintiva desse grupo de precursores, em relação aos “cientistas políticos do trabalho”, é o abandono de abordagens macro em favor de monografias de empresas ou estudos de caso, embora vários autores procurem conciliar ambas as metodologias. Esse é o caso do ensaio de Juarez Brandão Lopes em “Crise do Brasil Arcaico”, que tem como quadro de referência o processo de transformação da sociedade de base agrária em sociedade industrial. Nesse estudo, Lopes analisa o tradicionalismo e o autoritarismo nas empresas brasileiras (1967), cuja pesquisa procura – inspirada na tradição weberiana – analisar as estratégias de industrialização segundo tipos de elite. No estudo sobre indústrias têxteis em duas comunidades de Minas Gerais, o autor mostra a predominância de práticas tradicionalistas nas relações de trabalho e, nesse sentido, de baixa burocratização, herdadas tanto da origem rural do operariado, como da mesma origem rural de parte da elite industrial. Mostra, entretanto, que tais práticas começavam a apresentar sinais de mudança. O autor procura relatar as normas sociais vigentes nas relações de trabalho da época através de um conjunto de práticas de contratação, demissão, promoção, distribuição de benefícios sociais, respeito ou desrespeito à lei e valores sindicais.

Em “Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil” (1966), Leôncio Martins Rodrigues coloca a necessidade de captar o modo como a empresa industrial irradiou

seus efeitos sobre a cidade, transformando a mentalidade do homem (condutas, atitudes, motivações etc.) e, num sentido mais amplo, a própria sociedade. Aqui, haveria, então, um processo mútuo de integração: empresa industrial, cidade e o homem. A pesquisa se desenvolve a partir da análise de como foi processada a integração do trabalhador assalariado na empresa industrial e, a integração conseqüente com a “comunidade”, isto é, a cidade de São Paulo. A combinação dessas integrações sugere ou mesmo expressa – em certa medida – a própria realização da civilização industrial. Em “Conflito Industrial...” é a própria empresa industrial que se coloca como ethos civilizatório: “(...) formas semi-coloniais ou pré-capitalistas de organização social e de produção ao lado de formas mais avançadas e representativas do moderno capitalismo industrial” (1966: 4). A concepção dual da formação econômica-social capitalista brasileira conduziu Rodrigues a preocupar-se com a incorporação e o ajustamento do trabalhador ao sistema industrial ou à indústria, isto é, após o trabalhador deixar a sociedade tradicional em que vivia e inserir-se numa sociedade moderna de cunho industrial. Entretanto, a análise de Rodrigues, ao privilegiar o aspecto **incorporação/ajustamento** do trabalhador ao regime assalariado, exclui o seu outro aspecto, seu contrário: a objetiva subordinação/dominação do trabalhador à divisão e organização capitalista do trabalho.

Em “Sindicato e Desenvolvimento Econômico no Brasil” (1968), José Albertino Rodrigues trata da classe trabalhadora na Primeira República sob o enfoque do desenvolvimento do sindicalismo, procurando confrontar os momentos do pré e do pós-30, valorizando a experiência vivida pelos trabalhadores até 1930 e situa sua importância para a linha mais geral de atuação sindical no país. Rodrigues procurou diversificar as fontes bibliográficas para analisar o sindicato. Ao invés de se situar somente ao nível teórico, o sociólogo recorreu também a jornais, depoimentos e memoriais, processo esse facilitado em função de seu trabalho como Diretor Técnico do DIEESE durante a década de 1950 e parcela da década posterior.

Em seu livro, José Albertino Rodrigues tem por objeto o sindicato brasileiro. Em primeiro lugar sua preocupação está retida em uma reconstituição histórica. O autor procura estabelecer as fases do desenvolvimento do movimento sindical brasileiro. Albertino Rodrigues aponta cinco fases, a saber: período mutualista (anterior a 1888¹⁷³)

¹⁷³ É válido recordar que a historiografia considera data 1858 como o ano da primeira greve brasileira. A greve foi realizada por tipógrafos de três jornais cariocas, que por terem aprendido e acesso à leitura constituem pioneirismo do movimento operário e, é interessante apontar que no dia seguinte surgiu a imprensa sindical: “Jornal dos Tipógrafos”. A greve foi realizada em razão de aumentos salariais e melhorias das condições de trabalho. Para maiores informações sobre essa temática ver: Vitorino, Artur

que ainda não representa, rigorosamente, fase sindical, mas já apresenta a implementação do trabalho livre; período de resistência (1888-1819), em que ele adota essa designação pelo grande número de associações intituladas “União da Resistência”, “Associação da Resistência, “Liga da Resistência” e “Sindicato da Resistência” e a periodicização que é referente ao Tratado de Versalhes porque, embora os reflexos do Tratado não tenham tido efeito imediato no Brasil, com eles coincidem ocorrências particulares que paulatinamente atenuaram a agressividade do movimento sindical da época; período de ajustamento (1819-1934), em que, com a vitória bolchevique em 1917 excitam-se os ânimos, tanto na intelectualidade¹⁷⁴ como no próprio movimento sindical com tendências tanto anarquistas como comunistas¹⁷⁵, mas nesse mesmo período, em função do acento político e da repressão militar, o sindicalismo vai perdendo o seu caráter revolucionário, buscando, principalmente, a adoção de novos dispositivos de legislação social e do trabalho; período de controle (1934-1945), interregno fortemente marcado pela criação de dispositivos regulamentadores do trabalho, institutos da previdência social e, o ponto principal: os sindicatos são declarados, por lei, órgãos de colaboração do Estado. Neste sentido podemos perceber que os sindicatos são descaracterizados como órgãos de luta da classe operária; e finalmente: período competitivo (1945-1964), revestido pelo ideário democrático. Com o final da Segunda Guerra Mundial é assinalado o início da “redemocratização”: “o movimento sindical (...) beneficiou-se com o fenômeno de verdadeiro diálogo democrático favorecido com a criação da Organização das Nações Unidas” (RODRIGUES, 1966: 22), todavia, não podemos excluir a possibilidade burocrático-legal de intervenção estatal, que podia atuar e atuou inúmeras vezes diretamente no bojo da estrutura sindical¹⁷⁶.

Em resumo, ao longo deste panorama da evolução da Sociologia no Brasil, verificou-se uma diversidade de respostas para a questão de para quê serve socialmente

José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2000.

¹⁷⁴ Como exemplo, podemos citar a fundação do *Clarté*, grupo que tinha a finalidade de defender a revolução russa e divulgar as realizações dos soviets, e que tinha à frente intelectuais como Nicanor Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Pontes de Miranda entre outros.

¹⁷⁵ No entanto, o sectarismo ideológico dos dois grupos erodiu o movimento operário e nenhum deles tinha força política suficiente para predominar o meio operário (Rodrigues, 1966: 15).

¹⁷⁶ No interior dessa reconstituição histórica, Albertino Rodrigues ainda procura comparar os avanços, ou não, da legislação trabalhista mediante cada fase.

a Sociologia. Observando a trajetória dos trabalhos produzidos no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho podemos entender a Sociologia de maneira polifônica: instrumento de dominação de fração de classe; disciplina auxiliar do progressivismo pedagógico; instrumento de modernização societária; instrumento da libertação nacional; elemento de apoio aos esforços de democratização da sociedade brasileira (LAHUERTA: 2005). Outro ponto a salientar em relação ao CESIT é que sua experiência em meio ao processo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro procurou denunciar como anacrônicas as referências intelectuais da Sociologia sobre a oposição “atraso-moderno”, cuja resolução nos seus quadros de análise implicava a supremacia do segundo termo sobre o primeiro. Entretanto, com o golpe de 1964, as reivindicações do movimento estudantil e dos professores mais progressistas, identificados com a reformulação estrutural da universidade e da sociedade brasileiras, foram distorcidas e absorvidas pelos técnicos do Ministério da Educação e pelos consultores norte-americanos que os auxiliaram a reformar as universidades brasileiras. Bernardo Sorj & Antonio Mitre indicam que: “(...) Nos primeiros anos do regime militar, no período que se estende entre 1964 e 1969, os prognósticos pessimistas pareciam confirmar-se. As cassações de professores universitários logo depois do golpe, e posteriormente, com impacto ainda maior, aquelas que se seguiram ao AI-5, levou a pensar que as ciências sociais entrariam em recesso no Brasil. Neste mesmo período, foi aplicada a reforma universitária, com assessoria americana e contra a vontade da comunidade acadêmica” (1985: 46).

Neste sentido, também podemos considerar como polifônica a sociologia do DIEESE. Se, em um primeiro momento, o sindicalismo apresenta-se dependente e frágil, devido a falta de argumentação racional, ausência de um denominador comum pertinente aos trabalhadores e posição de desigualdade frente ao Estado e ao capital. No segundo momento esse sindicalismo, associado ao Departamento pôde operacionalizar transformações de caráter técnico-científico, isto é, ao se considerar a produção do Departamento Intersindical, podemos observar que, segundo a distinção de Ianni – os dois tipos de sociologia aplicada perpassam na instituição: conhecimento técnico (elaboração do índice do custo de vida, por exemplo) e o aspecto crítico (análise da situação político-econômica e da classe trabalhadora). E, em relação ao CESIT

buscamos, neste texto, sugerir como a concepção mannheimiana¹⁷⁷ de que os cientistas sociais precisavam alargar a sua noção de teoria, no sentido de estendê-la à investigação dos processos deliberados na realidade, pôde realmente indicar a necessidade de participação ativa dos sociólogos no que Florestan Fernandes denominava de “conversão dos conhecimentos sociológicos em forças sociais”.

¹⁷⁷ Cf. Florestan Fernandes: “A história da Sociologia não se reduz à história do Marxismo; e também é algo duvidoso que a parte da história da Sociologia que se distingue da história do Marxismo possa ser indicada com - suficiente clareza pela expressão “Sociologia acadêmica”. É preciso que se diga, embora de passagem, que as perspectivas mais completas e as tentativas mais fecundas de fundamentação teórica da Sociologia, em nossos dias, provêm exatamente de “conciliadores”, como Mannheim, Freyer, Holbwachs, Linton etc.” (1976b: 411-412)

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Paulo Roberto. **Charles Taylor: Para uma ética do reconhecimento**. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia/IFCH/UNICAMP. Campinas, 2003.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil, 1930-1945**. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1978.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sérgio (Organizador). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.

_____. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Fernando de. “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”. IN: **A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

BAPTISTA, Katia. **Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: o debate sobre a questão da dependência – um capítulo do pensamento social no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: Sociologia, FCL-UNESP, 2004.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BASTOS, Élide. “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”. IN: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS: Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002.

BASTOS, Élide. & RÊGO, Walquíria. (Orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d’Água, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BOSI, Alfredo. “O fio vermelho”. Publicado na **Folha de S.Paulo**, domingo, 17 de maio de 1981.

BOUDIN, Louis. **Os intelectuais**. Tradução Maria do Carmo Pizarro. Lisboa: Arcádia, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**; tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro, 2001.

_____. “O campo científico”. **Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato (Org.). São Paulo: Ática, 1994.

BÔAS, Gláucia Kruse Villas. “A recepção da sociologia alemã no Brasil. Notas para uma discussão”. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 44, 1997.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. [organização de] Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1993.

BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos. “O conceito de desenvolvimento do ISEB Rediscutido”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.

CAMPOS, Jorge. “Metateoria Lingüística – (Considerações ao nível da Filosofia da Ciência)”. In: Revista ADUPCRS. Porto Alegre, n. 5, p.25-32, dez. 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996.

CÂNEO, Leticia. **O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944: seu significado político**. São Paulo: Símbolo, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. “Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo”. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, nº11, 1961.

CARDOSO, Irene. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CHAIA, Miguel W. **Conhecimento e organização sindical – a trajetória do DIEESE**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 1988.

_____. **Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990**. São Paulo; Ibitinga: Humanidades, 1992.

FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”. **Estudos Avançados**. 6(14), p. 07 - 22, 1992.

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?**. São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Condição do Sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ª ed., reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Nacional, 1963.

_____. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Nacional, 1970.

- _____. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo Pioneira, 1976b.
- _____. “O mestre exemplar”. In: D’INCAO, Maria Ângela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). **Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido**. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992, p. 33-6.
- _____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.
- FORJAZ, Maria Cecília. “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.12, n.35, fev., 1997.
- FREITAG, Bárbara. “Democratização, universidade, revolução”. IN: D’INCAO, Maria Conceição (Org.). **O saber militante (ensaio sobre Florestan Fernandes)**. São Paulo: UNESP, 1987.
- FREITAG, Barbara. “Habermas: 70 anos”. **Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- FREITAS, Sônia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.
- FUNDAÇÃO IBGE. “Metodologia – Bens e serviços alvo de pesquisa de um índice de Preços ao Consumidor”. In: **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Série Relatórios Metodológicos**, vol. 34. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2005 (13-15).
- _____. **O que é o Centro de Documentação e Informação Estatística – CENDIE**. Guanabara: Fundação IBGE, 1971.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2000.
- _____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Coleção “Os economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GADEA, C. A. & SHERER-WARREN, I. “Alain Touraine e a democracia na América Latina”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 220, p. 9-18, nov.-dez., 2005.
- GALBRAITH, John Kenneth. “A teoria do poder compensatório”. In: **Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- GALVÃO, Maria Rita Eliezer. **Burguesia e cinema, o caso Vera Cruz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: EMBRAFILME, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**; tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: **Tempo**. Niterói, Rio de Janeiro: UFF/Relume Dumará, Vol. 1, no. 2, dez. 1996.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do espírito**. Tradução. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOFFER, Eric. **O Intelectual e as Massas**. São Paulo: Lidador, 1969.

HOFFMANN, Rodolfo. “Números-índices”. In: **Estatística para Economistas**. São Paulo: Pioneira, 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Sociologia e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.

KAVÁFIS, Konstatino. **Poemas**. Tradução José Paulo Paes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

KIRSTEN, J. “Notas sobre a reformulação da estrutura do índice do custo de vida no município de São Paulo”. In: **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP. vol. II, nº. 5, out., 1972.

LAHUERTA, Milton. **Elitismo, autonomia, populismo: intelectuais na transição dos anos 40**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de Ciência Política, IFCH-UNICAMP, 1992.

_____. “Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica”. IN: **Revista Perspectivas**, vol. 28, jul - dez, 2005.

_____. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, 1999.

_____. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: LORENZO, H.; COSTA, W. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

LEME, Marisa Saenz. “O pensamento econômico da burguesia industrial”. In: **A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1955.

LIEDKE FILHO, Enno. “Sociology in Brazil: history, theories, and challenges”. In: **Sociologias**, July/Dec. 2005, no.14.

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001a.

_____. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001b.

LIPSET, Seymour. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e Mudança Social**. São Paulo: Nacional, 1978.

GOLDMAN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **O homem e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d.

_____. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Sociologia Sistemática – Uma introdução ao estudo da sociologia**. Tradução Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Pioneira, 1962.

MALUF, Mariana & MOTT, Maria L. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: **História da Vida Privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio** (Nicolau Sevcenko, org). São Paulo: Companhia das Letras, 1999; pp. 368-421.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. “Azis Simão e José Albertino Rodrigues: duas trajetórias de pesquisadores e militantes”. Texto enviado por e-mail e apresentado no “29º Encontro Anual da ANPOCS”, na mesa redonda “Os precursores da Sociologia do Trabalho no Brasil”, coordenada pelo Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil**, São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Florestan Fernandes: Ciência e política, uma só vocação**. Versão modificada de exposição feita na mesa-redonda em homenagem ao Professor Florestan Fernandes no Encontro Anual da ANPOCS de 1995, em Caxambu (MG). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_05.htm. Acesso em: 15 abr. 2007.

MENDONÇA, SÉRGIO E. A.. “A experiência do DIEESE em pesquisa e conhecimento”. In: **Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2007.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico**. Tese de Doutorado. Unicamp: Departamento de Sociologia, 2006.

MICELI, Sérgio. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

_____. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

_____. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In: **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.

_____. “Por uma sociologia das Ciências Sociais”. In: **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001b.

MIGLIOLI, Jorge. **Como são feitas as greves no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MOISÉS, José Álvaro de. **Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo: 1953/54**. São Paulo: Polis, 1978.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MORAES, Rubens Borba de. “O Departamento de Cultura: um sonho que não se realizou completamente”. Entrevista concedida a Margarida Cintra Gordinho. In: **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, edição comemorativa dos 50 anos, São Paulo, 1984.

_____. “Não eram só literatos os jovens de 22 (entrevista cedida a José Augusto Guerra)”. In: **Cultura**, Brasília, janeiro-março, 1972, n. 5.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. In: **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Abril 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1977.

OFFE, Claus. & WIESENTHAL, Helmut. “Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional”. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, J. A. et alii. “Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. IN: FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade & Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. IN: MICELI, Sérgio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. vol. 2.

ORTIZ, Renato. **Impressões sobre as ciências sociais no Brasil**. São Paulo, mimeo, s/d.

PAULA, Maria Fátima. **A influência das concepções alemã e francesa sobre a universidade de São Paulo e a universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/mariafatimapaulat11.rtf>>. Acesso em 10/05/2006.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil no Brasil - entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB: 1922/128, notas e documentos**. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e expansão da indústria em São Paulo**. São Paulo: Nacional, 1967.

PINDICK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. "Comportamento do consumidor". In: **Microeconomia**. São Paulo: McGraw-Hill. 1999.

PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1955.

PINTO, Carvalho. **Plano de Ação do Governo 1959-1963**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

PONTES, Heloísa. "Cidades e intelectuais: os 'nova-iorquinos' da Partisan Review e os 'paulistas' de Clima entre 1930 e 1950". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n, 53, São Paulo, out. 2003.

_____. **Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PULICCI, Carolina. **De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH- USP, 2003.

RAGO, Margareth. "Trabalho feminino e sexualidade". In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

ROMÃO, Wagner. **A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2003.

ROSA, Maria Inês. **A indústria brasileira na década de 60: as transformações nas relações de trabalho e a estabilidade**. Dissertação de mestrado. Campinas: Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. “Organização e mobilização da comunidade científica”. IN: **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1979.

_____. & BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

SIMÃO, Azis. Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues (Departamento de Ciências Sociais, UFSCar) e Vera Rita da Costa (Ciência Hoje). Acesso em 22/03/2007. Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=21>

_____. **Sindicato e Estado; suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo, Dominus, 1966.

SIMONSEN, Roberto. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo, 1933.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1987.

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil: 1930-1964**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultural Acadêmica, 1999.

SORJ, Bernardo & MITRE, Antonio. **Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap a as Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: CEBRAP, datilografado, 1985.

SOUZA, Jessé de. (Org.) **O malandro e o protestante – A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SOUZA, Patrícia Olsen de. **Os dilemas da democracia no Brasil: um estudo sobre o pensamento de Florestan Fernandes**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: Sociologia, FCL-UNESP, 2005.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: **Argumentos filosóficos**; tradução Adail U. Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: Vitória, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

TOURAINÉ, Alain. “O Método da Sociologia da Ação: A Intervenção Sociológica”. In: **Novos Estudos**. Cebrap. 1 (3), p. 36-45. Julho, 1982. (Tradução de Danielle Ardaillon; originalmente publicado na Revue de Sociologie Schewiz-Ges. F. Soziologie / Soc. Suisse de Sociologie).

_____. **Anais do Seminário O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva**. França/Brasil. Faculdade de Educação, USP. Agosto de 1991.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **Travessia – Da abertura à Constituinte**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. vol. 2. São Paulo Edusp, 1987.

VICTOR, Mário. **Cinco Anos que Abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa do governo JK (1956-61)”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa**. vol.1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

WILLIAMS, Daryle “Gustavo Capanema, ministro da cultura”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

YUKIZAKI, Suemy. “Sociologia da Educação – a sociedade e o indivíduo”. In: LIBANEO, J.C.& SANTOS, A. (Orgs). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas,SP: Alínea, 2005.

ZOLA, Émile. **Eu acuso!**. São Paulo: Brasil Editora, s/d.

Transcrições de entrevistas

LOSACCO, S. 30 anos do DIEESE.[nov. 1987]. Entrevistador: Miguel Wady Chaia. São Paulo: Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, CEDIC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1987. Transcrição da entrevista. Coleção 30 anos do DIEESE.

MARTINS, H. 30 anos do DIEESE.[mar. 1988]. Entrevistador: Miguel Wady Chaia. São Paulo: Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, CEDIC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1987. Transcrição da entrevista. Coleção 30 anos do DIEESE.

POMERANZ, L. 30 anos do DIEESE.[nov. 1987]. Entrevistador: Miguel Wady Chaia. São Paulo: Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, CEDIC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1987. Transcrição da entrevista. Coleção 30 anos do DIEESE.

TROYANO, A. 30 anos do DIEESE.[jun. 1988]. Entrevistador: Miguel Wady Chaia. São Paulo: Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, CEDIC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1987. Transcrição da entrevista. Coleção 30 anos do DIEESE.

Periódicos

- DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 01, ano I. 01-15, junho de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 02, ano I. 01-12, maio de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 03, ano I. 01-15, julho de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 04, ano I. 01-15, agosto de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 05, ano I. 01-15, setembro de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 06, ano I. 01-12, outubro de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 07, ano I. 01-19, novembro de 1960.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 08, ano I. 01-19, dezembro de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 09, ano I. 01-19, janeiro de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 10, ano I. 01-16, fevereiro de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 11, ano I. 01-19, março de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 12, ano I. 01-15, abril de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 01, ano II. 01-15, maio de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 02, ano II. 01-15, junho de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 03, ano II. 01-15, julho de 1961.
DIEESE. Boletim do DIEESE. nº 04, ano II. 01-12, agosto de 1961.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº01, ano I. 01-59. setembro de 1961.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº02, ano I. 01-55. outubro de 1961.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº03, ano I. 01-61. novembro de 1961.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº04, ano I. 01-67. dezembro de 1961.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº05, ano I. 01-55. janeiro de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº06, ano I. 01-63. fevereiro de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº07, ano I. 01-68. março-abril de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº08, ano I. 01-72. maio-junho de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº09, ano I. 01-99. julho-agosto de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº10-11, ano I. 01-49. setembro-dezembro de 1962.
DIEESE. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. nº12, ano I. 01-55. janeiro-fevereiro de 1963.

Videografia

O DIEESE no ano 2000. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. s/d. 1 fita e vídeo (30 min).

Entrevistas concedidas à autora

- Pomeranz, Lenina. 04/08/2006.
Rodrigues, Leôncio Martins. 07/06/2006.
Martins, Heloísa Helena Teixeira de Souza. 05/10/2006.
Andraus-Troyano, Annez. 12/09/2006.
Henrique de Miranda, Vera Mariza. 03/05/2007.

Sítios visitados

<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.DIEESE.org.br>
<http://www.seade.gov.br>
<http://www.saopaulo.sp.gov.br>
<http://www.scielo.br>
<http://www.museudapessoa.com.br>
<http://www2.fpa.org.br/portal>
<http://www.historia.uff.br/nec/bibpei.htm>
<http://www.prefeitura.sp.gov.br>
<http://www.buitroneditorial.com.br/nossosmapas.htm>
http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/sugestoes_trabalho/sugestao_2.asp
<http://www.sp-turismo.com/bairros-sp.htm>
<http://www.prodham.sp.gov.br/dph/acervos/acdoc.htm>
<http://almanaque.folha.uol.com.br/>
<http://www.sampa.art.br/>
<http://www.geografia.fflch.usp.br/>
http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/servidor_Municipio_SP.htm
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23801311.pdf>
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_politica_social.htm
<http://www.cpdoc.fgv.br/>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000100008&lng=es&nrm=&tlng=pt
<http://www.pdt.org.br/partido/ptb.asp>
http://veja.abril.com.br/numero1/p_027.html
http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=198178
<http://www.trt15.gov.br/boletim/boletim200002.pdf>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/srmipca_pof.pdf
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/indice.shtm>
http://www.embrapa.gov.br/noticias/artigos/2000/artigo.2004-12-07.2386377986/mostra_artigo
<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=84>
http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_mcj/website-ael_mcj.htm
http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_mcj/website-ael_mcj_planilhaisad.htm
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/jgoulart_main.htm
<http://www.DIEESE.org.br/pof/pof.xml#C2>
http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/defComercial/insDefComercial/Ins_Me dAnt_Inv_dumping.php
<http://www.isa.utl.pt/dm/ede/00-01/sumario.html>
<http://209.85.165.104/search?q=cache:j8tIC6rGltwJ:www.anped.org.br/reunioes/25/josevieirasousat14.doc+%E2%80%99CVencidos+pelas+armas,+sab%C3%ADamos+perfeitamente&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>

ANEXO A*

- Zona A – Aeroporto, Vila Nova Conceição, Itaim, Cidade Ademar, Indianópolis, Vila Olímpia, Americanópolis, Moema, Planalto Paulista, Ibirapuera, Vila Leonor de Barros, Vila Alexandria, Vila Guarani, Jardim Prudência, Vila Santa Catarina e Jardim Brasil.
- Zona B – Casa Verde, Bairro do Limão, Freguesia do Ó, Itaberaba, Vila Nova Caxoeirinha, Vila Santa Maria, Vila Carolina, Vila Espanhola e Vila Baruel.
- Zona C – Centro (Sé), Aclimação, Cambuci, Consolação, Brás, Liberdade, Luz, Pari, Barra Funda, Bom Retiro, Paraíso, Canindé, Vila Buarque, Campos Elíseos, Santa Cecília e Bela Vista.
- Zona D – Ipiranga, Fábrica, São João Clímaco, Moinho Velho, Sacomã, Vila Monumento, Vila Prudente, Vila Carioca, Vila Santa Clara, Vila Brasília Machado, Vila Paulina, Vila Alpina, Vila Gumercindo, Vila Bela, Vila Nair e Parque São Lucas.
- Zona E – Lapa, Osasco, Perdizes, Pompéia, Jaraguá, Sumaré, Pirituba, Vila Romana, Cruz das Almas, Vila Hamburguesa e Água Branca.
- Zona F – Móoca/Belém, Belenzinho, Vila Diva, Vila Formosa, Água Raza, Vila Santa Isabel, Vila Zelinda, Cidade Mãe do Céu, Quarta Parada, Gomes Cardim, Vila Bertioiga, Vila Oratório e Vila Antônia
- Zona G – Penha, Vila Luíza, Vila Guilhermina, Vila Dalila, Vila Beatriz, Ponte Rasa, Vila Marieta, Cidade Patriarca, Cidade São Matheus, Jardim Piratininga, Vila Ré, Alencar Araripe, A. E. Carvalho, Guaiaúna, Tatuapé, Vila Buenos Aires, Vila Carrão, Vila Matile, Parque São Jorge, São Miguel, Vila Aricanduva, Vila Esperança, N. Manchester, Vila Talarico, Arthur Alvim, Ermelindo Matarazzo e Engenheiro Goulart.

- Zona H – Pinheiros, Butantã, Jardim Europa, Jardim Paulistano, Cerqueira César, Vila Madalena, Ferreira, Jardim Arpoador, Jardim Bonfiglioli, Morumbi, Vila Sônia, Jardim Maria Luíza e Vila Pirajuçara.

- Zona I – Santana, Vila Santana Inês, Cumbica, Nova Cantareira, Vila Albertina, Vila Paulicéia, Água Fria, Carandiru, Imirim, Jaçanã, Mandaqui, Parada Inglesa, Parque Edu Chaves, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Mazzei, Cantareira, Jardim São Paulo, Tremembé, Vila Gustavo, Santa Terezinha e Vila Galvão.

- Zona J – Santo Amaro, Cidade Dutra, Vila Cruzeiro, Jardim São Luiz, Alto da Boa Vista e Brooklin.

- Zona K – Jardim da Saúde, Monções, Bosque, Cidade Vargas, Jabaquara, São Judas, Vila Morais, Vila Fachini, Vila Santo Stefano, Vila Alioe e Parque Bristol.

- Zona L – Vila Maria, Vila Medeiros, Jardim Japão, Vila Munhoz, Parque Novo Mundo e Vila Sabrina.

- Zona M – Vila Mariana, Vila Clementino, Jardim da Glória e Mirandópolis.

*Fonte: Boletim do DIEESE, Ano 1, julho de 1960, nº 03, 9-11.